

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS MACAÉ

A EXPANSÃO URBANA DE MACAÉ: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES  
DOS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO

JULIANE FELIX EVANGELISTA MUNIZ

Macaé-RJ  
Maio de 2019

JULIANE FELIX EVANGELISTA MUNIZ

A EXPANSÃO URBANA DE MACAÉ: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES  
DOS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Arantes Camargo

Macaé-RJ  
Maio de 2019

## CIP - Catalogação na Publicação

FM9667 ee Felix Evangelista Muniz, Juliane  
A Expansão Urbana de Macaé: uma análise a partir  
das ações dos Agentes Sociais no espaço / Juliane  
Felix Evangelista Muniz. -- Rio de Janeiro, 2019.  
127 f.

Orientador: Gustavo Arantes Camargo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Campus Macaé, Programa de Pós  
Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, 2019.

1. Macaé. 2. Expansão Urbana. 3. Agentes  
Sociais. I. Arantes Camargo, Gustavo, orient. II.  
Título.

A EXPANSÃO URBANA DE MACAÉ: UMA ANÁLISE A PARTIR  
DAS AÇÕES DOS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO

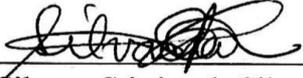
Juliane Félix Evangelista Muniz

Orientador: Gustavo Arantes Camargo

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, *Campus* UFRJ-Macaé Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

Aprovado por:

  
Presidente: Prof. Dr. Gustavo Arantes Camargo

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Cristina da Silva

  
Prof. Dr. Rodrigo Lemes Martins

Macaé – RJ

Maio de 2019

Ao meu esposo, Thiago Muniz.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pois sei que Nele tudo posso e que sem Ele nada sou;

À Nossa Senhora da Conceição, por sempre interceder por mim;

Aos meus pais, por sempre me apoiarem e acreditarem que eu posso alcançar os meus sonhos;

Ao meu querido esposo, meu parceiro de vida, que tem sido nos últimos anos o meu maior incentivador, alguém que me ajuda a superar os meus medos e a alçar voos mais altos;

À CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa;

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, ao meu orientador, Gustavo Arantes Camargo, e aos demais professores do Campus Macaé, que impulsionam a educação no interior do Estado do Rio de Janeiro;

Ao professor Roberto Lobato Corrêa, pela inspiração e pelo apoio acadêmico;

À Prefeitura Municipal de Macaé, ao IBGE, ao Solar do Melos e aos seus funcionários pela colaboração no fornecimento de dados importantes para o desenvolvimento deste estudo;

Aos amigos e colegas que contribuíram no processo de construção deste trabalho;

E aos demais familiares que mesmo longe estão sempre juntos a mim.

## RESUMO

MUNIZ, Juliane Felix Evangelista. **A Expansão Urbana de Macaé:** uma análise a partir das ações dos agentes sociais no espaço. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2019.

Nos últimos anos o espaço urbano de Macaé tem passado por intensas transformações e muitas delas tem causado inúmeros impactos à sociedade e ao meio ambiente. Tais transformações foram iniciadas com a chegada da indústria do petróleo, na década de setenta, e desde então elas têm sido intensificadas junto ao desenvolvimento do setor. Dessa forma, para melhor entender este cenário, buscou-se analisar as ações dos agentes sociais no espaço e no tempo e assimilar o papel de cada um deles no processo de expansão da área urbana do município. Estes agentes, entendidos como atores responsáveis efetivamente pela produção do espaço, estão organizados em cinco grupos, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os excluídos sociais. Cada um deles, por sua vez, representam agentes com diferentes interesses e estratégias que somados influenciam e determinam a lógica e a organização da cidade. Para, então, alcançar o objetivo de compreender o desenvolvimento urbano de Macaé, bem como os principais impactos sociais e ambientais decorrentes desse processo, sobretudo no período de 1998 a 2018, foram utilizadas referências, como publicações científicas, documentos oficiais, registros fotográficos, entre outras, que nos auxiliaram na contextualização da problemática e orientaram os caminhos desta reflexão. Dessa maneira, considerando que compreender o processo de expansão urbana de Macaé na sua totalidade envolve muitas nuances, a sua complexidade, a dificuldade de acesso à determinados dados e o tempo relativamente curto, discutiremos aqui alguns aspectos sobre a expansão da cidade de Macaé e exporemos uma das muitas perspectivas de análise que esse objeto de estudo pode ter.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano, Agentes Sociais, Indústria Petrolífera, Macaé.

## ABSTRACT

MUNIZ, Juliane Felix Evangelista. **A Expansão Urbana de Macaé**: uma análise a partir das ações dos agentes sociais no espaço. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2019.

In recent years the urban space of Macaé has undergone intense transformations and many of them have caused numerous impacts to society and the environment. These transformations began with the arrival of the oil industry in the 1970s, and since then they have been intensified along with the development of the sector. Thus, to better understand this scenario, we sought to analyze the actions of social agents in space and time and to assimilate the role of each of them in the process of expansion of the urban area of the municipality. These agents, understood as effective actors for the production of space, are organized into five groups, owners of the means of production, landowners, real estate developers, the state and socially excluded. Each of them, in turn, represent agents with different interests and strategies that together influence and determine the logic and organization of the city. In order to reach the objective of understanding the urban development of Macaé, as well as the main social and environmental impacts resulting from this process, especially from 1998 to 2018, references were used, such as scientific publications, official documents, photographic records, and others, which helped us to contextualize the problem and have guided the paths of this reflection. Considering that understanding the process of urban expansion of Macaé in its entirety involves many nuances, its complexity, the difficulty of access to certain data and the relatively short time, we will discuss here some aspects about the expansion of the city of Macaé and expose one of the many perspectives of analysis that this object of study may have.

**Keywords:** Urban Space, Social Agents, Oil Industry, Macaé.

## LISTA FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Planta do projeto de arruamento da vila de são joão de macaé (1840). fonte: acervo da biblioteca nacional .....	41
<b>Figura 2:</b> Ponte sobre o rio macaé, rodovia amaral peixoto, aproximadamente na década de 1960. fonte: ibge.....	44
<b>Figura 3:</b> Praia de imbetiba e, ao fundo, o hotel balneário de imbetiba, na década de 1960. fonte: ibge.....	45
<b>Figura 4:</b> Construção do porto de imbetiba pela petrobras na década de 1970 - macaé-rj. fonte: petrobras. ....	46
<b>Figura 5:</b> P-01 - primeira plataforma auto elevatória construída no brasil, na década de 1970. fonte: petrobras.....	47
<b>Figura 6:</b> Aerofotografia da cidade de macaé na década de 1956. fonte: geomacaé.....	56
<b>Figura 7:</b> Imagens da delimitação da área urbana de macaé nos anos de 1966, 1976, 1989, 1999, 2000 e 2004. fonte: silva, 2009. ....	58
<b>Figura 8:</b> Vista para a rua presidente sodré, localizada no centro de macaé nos anos de 1958 e atualmente. fonte: ibge e pmm. ....	75
<b>Figura 9:</b> Comunidade da ilha leocádia no ano de 2018. fonte: jornal o debate .....	81
<b>Figura 10:</b> imagem de satélite com a identificação das rodovia transportuária e a estrada de santa tereza. fonte: jornal clique diário .....	88
<b>Figura 11:</b> Vista área da cidade de macaé nos anos de 1938 e 2006. fonte: pmm, 2010. ....	90
<b>Figura 12:</b> Vista aérea do condomínio quintas da glória em macaé. fonte: apto.vc (site de divulgação e vendas de imóveis).....	91
<b>Figura 13:</b> Imagem de divulgação do polo industrial cabiúnas macaé. fonte: polo cabiúnas. ....	93
<b>Figura 14:</b> Favela da linha em macaé/rj, ano de 2017. fonte: jornal o debate on.....	95
<b>Figura 15:</b> Orla da praia dos cavaleiros, na zona sul de macaé, e orla do lagomar, na zona norte da cidade – ano de 2018. fonte: jornal o debate on (fontes, 2017) e pmm .....	102
<b>Figura 16:</b> À esquerda o loteamento novo botafogo (ano de 2012) e à direita o loteamento vivendas da lagoa (ano de 2019). fonte: jornal o debate on e acervo pessoal. ....	106
<b>Figura 17:</b> Loteamento bosque azul na fase de construção – ano de 2016. fonte: pmm .....	107
<b>Figura 18:</b> Área alagada no bairro praia campista (ano de 2012) e trabalhadores da prefeitura municipal trabalhando na limpeza rua evaldo costa, sol e mar (ano de 2019) em 2016. fonte: portal g1 e nf notícias. ....	108
<b>Figura 19:</b> Fotos aéreas da lagoa imboassica em aproximadamente na década de 1970 e em 2014. fonte: rômulo campos e cláudia barreto, respectivamente.....	109
<b>Figura 20:</b> Antes de depois da abertura da barra na lagoa imboassica – ano de 2018. fonte: acervo pessoal de juliane felix e. muniz .....	111
<b>Figura 21:</b> Placas com a identificação da licença de instalação do complexo logístico industrial de macaé, na rj 168, e início das obras – ano de 2019. fonte: juliane felix e. muniz. ....	112

<b>Figura 22:</b> Representação da estrutura do complexo portuário de macaé – ano de 2018. fonte: ambiental, 2018.....	113
<b>Figura 23:</b> Planta do complexo logístico e industrial de macaé (clima) – ano de 2019. fonte: clima.....	115

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Destaca a localização do município de macaé no estado do rio de janeiro. elaboração: madeiros, 2019.....	17
<b>Mapa 2:</b> Bairros mais populosos de macaé no ano de 2010. fonte: ibge. elaboração: medeiros, 2019 .....	61
<b>Mapa 3:</b> Destaca a área de influência da petrobras na zona urbana de macaé. elaboração: madeiros, 2019.....	68
<b>Mapa 4:</b> Destaca as zonas industriais do município de macaé. fonte: pmm. elaboração: madeiros, 2019. ....	69
<b>Mapa 5:</b> Mapa com a indicação dos assentamentos precários segundo no código de urbanismo – 2010. fonte: pmm, 2010 .....	100
<b>Mapa 6:</b> Uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica da lagoa imboassica em 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015. fonte: farias, 2018.....	110
<b>Mapa 7:</b> Destaca a áreas urbana de macaé no ano de 1999 e no ano de 2018. elaboração: madeiros, 2019.....	116

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** População residente em macaé por lugar de nascimento - ano de 2010. fonte: ibge..... 60
- Tabela 2:** Bairros mais populosos de macaé no ano de 2010. fonte: ibge..... 62
- Tabela 3:** Informações de despesas gerais, despesas com infraestrutura (e seu percentual) e despesa com pessoal (e seu percentual), realizadas pela prefeitura de macaé entre os anos de 2002 e 2018. fonte: prefeitura municipal de macaé. .... 83

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ADA	Área Diretamente Afetada
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BHLI	Bacia Hidrográfica da Lagoa Imboassica
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
CLIMA	Complexo Logístico e Industrial de Macaé
CLIPA	Complexo Logístico, Industrial e Portuário de Açu
CP	Complexo Portuário
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ESF	Estratégia da Saúde da Família
ETE	Estação de Tratamento de Efluente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto Sobre Serviços
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MT	Ministério do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PMM	Prefeitura Municipal de Macaé
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPP	Parcerias Público Privadas
PT	Parque de Tubos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TEPOR	Terminal Portuário de Macaé

UC	Unidade de Conservação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZI	Zona Industrial
ZUD	Zona de Uso Diversificado

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	16
2. CAPÍTULO I – CONCEITOS E REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA CONTRUÇÃO DO OBJETO TEÓRICO.....	19
2.1. O QUE É ESPAÇO?.....	19
2.2. O QUE É ESPAÇO URBANO?.....	24
2.3. O AVANÇO INDUSTRIAL E A URBANIZAÇÃO .....	34
2.4. A URBANIZAÇÃO NO BRASIL .....	35
2.5. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MACAÉ .....	38
2.6. MACAÉ: UMA BREVE TRAJETÓRIA ENTRE O PERÍODO PRÉ-COLONIAL E A CRISE DA ECONOMIA AGRÍCOLA .....	40
2.7. A ERA DO PETRÓLEO E O CRESCIMENTO URBANO DE MACAÉ: PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES .....	45
2.8. AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE MACAÉ, UMA CIDADE MÉDIA .....	54
3. CAPÍTULO II – AGENTES SOCIAIS: OS PRINCIPAIS ATORES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MACAÉ .....	65
3.1. OS PROPRIETÁRIOS DOS MEIOS DE PRODUÇÃO .....	66
3.2. ESTADO.....	77
3.3. OS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS .....	86
3.4. OS EXCLUÍDOS SOCIAIS .....	94
3.5. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS: CONSEQUÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO EM MACAÉ.....	104
3.5.1. Remoção da População .....	104
3.5.2 Saneamento Básico .....	107
3.5.3. Grandes Empreendimentos .....	111
3.5.4. Desafios futuros da Expansão Urbana de Macaé.....	115
4. CONCLUSÕES FINAIS.....	117
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	120

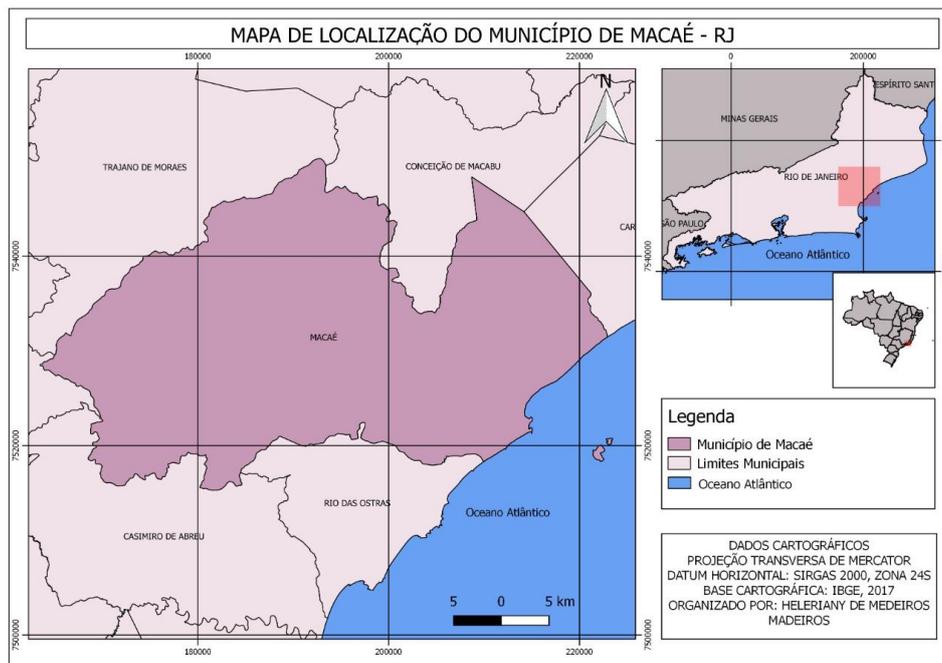
## 1. INTRODUÇÃO

As cidades capitalistas, com suas áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, geradas por distintos processos e agentes sociais, tem sido alvo dos interesses de vários campos científicos – especialmente das ciências humanas – que se designam a compreender o espaço e toda a sua complexidade. Em vista disso, há no meio acadêmico inúmeras produções que versam sobre este objeto ante diferentes perspectivas. Todas elas, no entanto, propiciam a compreensão fragmentada de um todo que dificilmente será esgotado e, por isso, se apresentam apenas como uma via que propõe o entendimento parcial da realidade.

Desenvolver, pois, uma análise a partir das ações dos agentes sociais pode ser um caminho para entender (parcialmente) a produção do espaço urbano, uma vez que ele é produto das ações de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2017). Esta análise, por conseguinte, deve apreender as (rel)ações sociais tanto no espaço quanto no tempo, isto é, perceber (e dialogar) as ações dos e entre os agentes sociais no meio e a sua historicidade (BARBOSA, 2017). Por esse motivo, para se investigar a produção de um dado espaço urbano é necessário depreender que ele é fruto de um processo histórico. Sendo assim, entender a realidade (urbana) de Macaé, pressupõe-se, certamente, compreender o contexto histórico no qual o município se insere.

Localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, a 180 km da capital, Macaé, cuja principal atividade econômica é a industrial, foi por muito tempo um município de perfil agrário de grande importância para a Região Norte Fluminense. Não obstante, desde a chegada da Petrobras, na década de setenta, a sua relevância passou a ser atribuída às atividades de exploração e produção do petróleo e gás natural e ao valor que estas têm para a economia e o desenvolvimento nacional.

Com seus mais de mil km<sup>2</sup>, que se estendem da Serra do Mar ao Oceano Atlântico, repletos de belezas naturais, Macaé faz divisa com os municípios de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Conceição de Macabu e Carapebus (Mapa 1), abriga uma população de aproximadamente 251 mil habitantes (segundo as estimativas do IBGE para o ano de 2018) e apresenta um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do país.



**Mapa 1:** Localização do município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro. Elaboração: Madeiros, 2019.

Influenciada por uma política desenvolvimentista, comum ao período militar, e em seguida pelos ideais neoliberais de um governo democrático, ela foi o cenário das primeiras ações de um plano para reduzir a dependência do Brasil à importação do petróleo (RESSIGUIER, 2012). Com o passar dos anos, e o desenvolvimento da indústria nacional de óleo e gás, inúmeras transformações ocorreram em seu espaço, especialmente o urbano, que hoje abriga mais de 90% da população, além de inúmeras empresas do setor *offshore*. Todavia, torna-se importante destacar que tais transformações não aconteceram apenas a partir das mudanças no arranjo econômico do município, mas também por meio da troca dos agentes modeladores do solo, os quais apresentam uma importância fundamental no processo de produção (e constituição) dos centros urbanos.

Posto que a cidade capitalista, enquanto ambiente construído, pode ser vista como reflexo de mecanismos que a sociedade estrutura em um determinado espaço restrito (ALMEIDA, 1982), pode-se declarar que a cidade de Macaé é, na atualidade, um produto das ações dos agentes sociais sob a forte influência da indústria do petróleo. Dado esse contexto, compreender o processo de sua expansão urbana, no período entre os anos de 1998 (ano da abertura comercial da Petrobras) e 2018, por meio da análise das ações dos atores sociais e das principais consequências que tangem as questões socioambientais presentes no espaço, faz-se o objetivo geral desta pesquisa.

Desse modo, de maneira mais específica, buscou-se aqui

- Analisar a dinâmica da expansão urbana de Macaé nos últimos 20 anos;

- Distinguir as principais mudanças que ocorreram na distribuição espacial da cidade;
- Investigar o papel dos grandes empresários industriais e comerciais, dos proprietários de terra, dos promotores imobiliários, do Governo Municipal e dos grupos sociais excluídos na produção do espaço urbano; e
- Identificar as principais consequências que atingem as questões sociais e ambientais materializadas no espaço.

Para alcançar estes objetivos, foram necessárias algumas etapas metodológicas. Como estratégia central, realizou-se o levantamento bibliográfico de artigos, livros e publicações que abordavam a temática urbana e a história do município de Macaé, os quais constituíram a base teórica para o desenvolvimento desta investigação, que tem como proposta uma análise qualitativa do seu objeto de estudo – a expansão urbana de Macaé –, mas que, não obstante, se utilizou, também, de dados quantitativos.

Juntamente a esse processo, efetuou-se o levantamento de fotografias, jornais, mapas, documentos oficiais e dados estatísticos, disponíveis tanto nas secretarias e no museu do município, como nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Nesse contexto, de compilação das informações, foram requeridas e priorizadas as referências bibliográficas e documentais que possibilitaram uma melhor compreensão da evolução urbana do município, como os livros e publicações de autores locais, os documentos e planos urbanos estruturais – como os planos diretores –, os mapas e plantas da cidade, as fotografias aéreas, os dados populacionais – como os índices de migrações –, entre outras informações pertinentes.

O método utilizado nesta pesquisa foi o de análise documental, que, segundo Cellard (2008), é um método de investigação que busca compreender, por meio de textos escritos, documentos de natureza iconográfica, cinematográfica, ou qualquer outro tipo de testemunho registrado, vestígios de uma outra época que possam corroborar com o procedimento de construção do conhecimento e análise do objeto pesquisado. Assim, após a constituição de um “corpus” satisfatório de informações, foram avaliados o contexto em que esses documentos foram elaborados, os autores e atores sociais em cena, a sua confiabilidade e natureza, as suas consequências e alterações, bem como, a sua significância em relação à pesquisa. Além disso, foi feito um esquema sintético de compilação das informações coletadas, que teve o objetivo de facilitar a triangulação desses dados e, conseqüentemente, a compreensão desse intenso e contraditório processo de transformação urbana vivenciado pelo município de Macaé.

Quanto à parte escrita, ela foi estruturada em dois capítulos. O primeiro deles, intitulado de “*Conceitos e reflexões acerca da produção do espaço urbano: uma construção do objeto teórico*”, visa apresentar uma discussão teórica sobre os conceitos de espaço, espaço urbano, urbanização e uma introdução à problemática urbana de Macaé, por meio de uma breve análise da sua história que vai do período colonial até os dias atuais. Ademais, busca discutir algumas transformações ocorridas na cidade com a chegada da indústria do petróleo e intensificadas a partir do ano de 1998, com o fim do monopólio da Petrobras e o advento das multinacionais do setor.

Já o segundo capítulo, nomeado de “*Agentes sociais: os principais atores no processo de desenvolvimento urbano de Macaé*”, trata, como o próprio título apresenta, de uma análise das ações dos principais agentes sociais no processo de expansão urbana do município. Nele, buscou-se expor as relações de poder presente na cidade, as consequências das influências e resistências dos atores sociais dentro e fora da área urbana, os impactos sociais e ambientais decorrentes do processo de urbanização, além de uma reflexão sobre os desafios futuros da expansão urbana do município.

Por fim, nas *Considerações Finais*, procurou-se sintetizar algumas conclusões acerca da atuação dos agentes sociais na produção do espaço citadino, dos impactos causados por meio de suas obras e da questão do uso de instrumentos de gestão e planejamento urbano no município de Macaé.

## **2. CAPÍTULO I – CONCEITOS E REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA CONTRUÇÃO DO OBJETO TEÓRICO**

### **2.1.0 QUE É ESPAÇO?**

De acordo com Lefebvre (2006), o espaço é o resultado de um processo com múltiplos aspectos e movimentos, significantes e não-significantes, percebido e vivido, prático e teórico. Segundo o autor, há sobre o espaço mais do que traços incertos deixados pelos acontecimentos, há a inscrição da sociedade em ato, o resultado das atividades sociais, que podem ser compreendidas e analisadas, a título de exemplo, por meio do estudo sobre a expansão urbana

Na história do espaço, o histórico, o diacrônico, o passado gerador, se inscrevem incessantemente sobre o espacial. Por isso, o espaço é sempre atual, sincrônico e dado como um todo onde ligações internas e conexões, também produzidas pelo tempo, religam seus elementos determinando, assim, um produto dinâmico, marcado tanto pela história como pela dialética (LEFEBVRE, 2006).

Lefebvre (2006) entende que a história do espaço não coincide com um inventário dos objetos no espaço, nem com as suas representações e discursos, mas sim com o espaço de representação e representações (concepções), onde considera-se, sobretudo, seus laços e práticas sociais. Por isso, é imprescindível compreender os ritmos naturais, suas modificações, bem como, as inscrições no espaço feitas pelos gestos humanos, afinal de contas, os ritmos espaço-temporais da natureza foram transformados, ao longo do tempo, pelas práticas sociais. Ou, com as palavras do autor, a primeira natureza, dada a priori, foi transformada, pelas ações da sociedade, em uma segunda natureza. Esta interpretação do espaço, baseada na dialética sócio-espacial, tem como resultado uma complexa e abrangente teoria, desenvolvida pelo autor, a qual abordamos aqui de maneira sucinta, sobre o espaço social (TONUCCI FILHO, 2017).

Em seu estudo, Lefebvre (2006) aponta que sobre o espaço-natureza, entendido como um espaço físico e fisiológico, a atividade mental e social lançou suas malhas e estabeleceu uma ordem que coincide, até certo ponto, com a das palavras (LEFEBVRE, 2006). Diante dessa premissa, o espaço-natureza, atravessado e interconectado por diferentes caminhos, atividades e redes, modificou-se, implicando uma representação do espaço. Hoje, nos tempos do espaço como “produto industrial”, os lugares são marcados e remarcados, e entre eles existem tramas, lacunas, margens e muita diversidade. Há também muitos animais e objetos inanimados, bem como, traços de inúmeras realidades, pessoas de inúmeros lugares, com diferentes valores e expectativas, ações e reações, ou seja, uma teia infinita de conexões. Neste cenário, onde o reprodutível, a repetição e a reprodução de relações sociais, sobrepõem deliberadamente a reprodução natural, a realidade inscrita é entendida como texto, ou melhor, como uma textura, animada pelas pessoas que seguem trajetos e percursos, redes e caminhos, e o percebem como existências concretas (LEFEBVRE, 2006).

Ainda em sua reflexão sobre o espaço, Lefebvre (2006) argumenta que, desde os tempos mais remotos, onde a natureza dominava o espaço, existiam numerosos traços que caracterizavam as relações sociais desenvolvidas sobre o espaço e que, ao longo de um processo que pode ser entendido como histórico, constituíram-se alguns tipos de relações, entre elas, aquelas entendidas por ele como abstratas. A exemplo dessas relações, Lefebvre (2006) cita o valor de troca, o dinheiro e o capital. Para ele, essas abstrações, empunharam uma dupla existência sensível, onde o instrumento e o equivalente geral do valor de troca, a moeda, existe no objeto moeda, mas as relações que esta última supõe e induz, existem socialmente, projetadas nas redes de relações, nos mercados, e nos centros

hierarquizados, as cidades. Ou seja, a tal dupla existência supõe a face real, concreta e material, presente no objeto, e a face social, relacional e simbólica, inerente ao dinheiro e ao capital. Diante disso, é possível afirmar que as tais relações abstratas apontadas por Lefebvre (2006) são derivadas, primeiro, de uma atividade fundamental, que é a produção do espaço, compreendido por ele como espaço social, e, segundo, do desenvolvimento de um sistema que hoje conhecemos como capitalista.

Outra interpretação sobre o espaço é dada por Carlos (2015), que o entende como condição, meio e produto da reprodução da sociedade. Segundo a autora, o espaço é visto como circunstância, ou estado, para que haja a reprodução da sociedade, como meio, ou caminho, pelo qual acontece essa reprodução e, também, como resultado, fruto das relações sociais. Assim, pensá-lo nessa perspectiva, de reprodução da sociedade, significa, então, “pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar” (CARLOS, 2015, p. 70).

Para a autora, o espaço enquanto condição, meio e produto das relações sociais “expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade” (CARLOS, 2015, p. 28), dessa forma, é possível afirmar que a reprodução das relações sociais determina o processo de reprodução do espaço e “é na associação entre as determinações históricas específicas e as condições gerais do sistema” (CARLOS, 2015, p. 29) que a sua configuração é definida. Isto é, de acordo com a autora, o espaço geográfico é aquele que é construído por meio das relações sociais, cuja a configuração é determinada historicamente, e isso implica desconsiderar o espaço como uma existência real independente da sociedade, que não age e sofre as consequências da reprodução da sociedade. Dessa forma, é necessário, então, compreender o espaço como uma produção humana contínua, dinâmica, ou, utilizando as palavras da autora, um “fazer incessante”.

Já na análise de Santos (1986), o espaço é entendido como um fato social, uma instância da sociedade, cuja estrutura é subordinada-subordinante, e tende a se reproduzir por meio de uma sociedade organizada. Nessa perspectiva, Santos (1986) entende que o espaço, como instância social, ou seja, uma categoria de análise da sociedade, é dotado de uma inércia dinâmica que faz dele tanto um resultado como uma condição para que haja os processos sociais, isto é, para o autor o espaço enquanto categoria analítica da sociedade se apresenta sob uma lógica ativa e não inativa, inerte ou passiva aos processos

sociais, isto quer dizer que ele tanto age quanto sofre as consequências dos processos da sociedade.

Para Santos (1986), a essência deste espaço é social, mas, no entanto, ele não é constituído apenas pela sociedade, é também formado por objetos geográficos, naturais e artificiais, que compõem a natureza. Em vista dessa reflexão, Santos (2002) aprofunda a sua análise sobre o espaço e afirma que este pode ser entendido como um conjunto “indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2002, p. 63), que, por meio de um conjunto de interações, constituem uma unidade inseparável e envolve uma multiplicidade e uma diversidade de situações e de processos. Isto é, o espaço, segundo o autor, pode ser entendido como um misto de materialidade e evento, que devem ser analisados por uma perspectiva unitária, conjunta, e em interação, dado que os objetos, desassociados das ações, assim como as ações, desassociadas dos objetos, não nos levam ao conhecimento da realidade espacial. Por esse motivo, podemos definir o espaço como um agrupamento desses sistemas de objetos e sistemas de ações, que coexistem de maneira interdependente, influenciando e definindo, a partir de inúmeros processos e circunstâncias, a complexa realidade em nossa volta.

No que se refere aos objetos, Santos (2002) afirma que eles são tudo aquilo que se apresenta de forma concreta na superfície da terra, sejam eles frutos de ações naturais ou humanas, isto é, todo aquele instrumento material que compõe a nossa realidade. Estes objetos são inseridos e organizados no espaço segundo uma ordem, uma lógica, a qual dá a ele um sentido. Tal ordem, é estabelecida em função da intencionalidade com que os objetos são concebidos ao longo da história e, também, de suas finalidades. Em outras palavras, Santos (2002) entende que os objetos que constituem a realidade material do espaço definem e são definidos por uma ordem espacial intencional, que se modifica ao longo do tempo, principalmente, em função das transformações sociais e técnicas que caracterizam os momentos históricos.

Segundo o autor, ao longo da história, os objetos naturais começaram a ser substituídos por objetos fabricados, técnicos, mecanizados e cibernéticos, os quais surgiram por meio das transformações tecnológicas e das condições sociais, e possibilitaram a reconfiguração do espaço, que, aos poucos, foi adquirindo atributos cada vez mais artificiais. Em vista dessa reflexão, Santos (2002) afirma que o espaço hoje é formado por sistemas de objetos cada dia mais artificiais e sistemas de ações igualmente inculcados de artificialidades, que se distingue da realidade natural de alguns séculos atrás. Tal artificialidade foi conduzida pela evolução das técnicas que, por sua vez, são

entendidas como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2002, p. 29). Ou seja, as técnicas são elementos que constituem e transformam o espaço – em velocidades e em contextos diferentes – e por isso elas são entendidas como parte integrante da sua realidade artificial e unitária. Elas são também responsáveis pela rápida difusão das inovações e pela incorporação destas à natureza e ao território, provocando, assim, uma série de transformações na organização espacial.

Sobre a questão da interpretação do espaço, Santos (2004) entende que este não pode ser percebido como se os objetos materiais que o compõem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Na sua perspectiva, é necessário, para que se compreenda a complexidade que envolve a dinâmica espacial, considerar os processos que ocasionaram as formas, suas características e singularidades, bem como, suas relações, se distanciando de um estudo puramente espacista. E para entender todo esse enredo é necessário discutir também o papel do homem enquanto sujeito no espaço e as suas ações. Por isso, no tocante as ações, Santos (2002) declara que elas podem ser resumidas pelo próprio homem, dado que elas provêm deste e que só ele possui objetivos e finalidades (SANTOS, 2002). Contudo, é importante observar que as ações não se restringem aos indivíduos, mas, também, representam as corporações, empresas e instituições (SANTOS, 2002), ou seja, as ações podem ser entendidas como resultantes das necessidades, sejam elas materiais ou imateriais, econômicas ou sociais, culturais ou afetivas, que conduzem os indivíduos, e também, os grupos coletivos.

Em síntese, a visão de Santos (2002) aqui discutida sugere a apreensão do espaço geográfico como uma unidade de sistemas, de objetos e de ações, dotado de uma inércia dinâmica, que se modificam de acordo com a época, e se distingue pela presença marcante da técnica. Por esse motivo, o espaço também pode ser entendido como um conjunto de sistemas técnicos, “cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico” (SANTOS, 2002, p. 332), o qual não pode ser apreendido de maneira desassociada.

Diante de tantas e diferentes concepções existentes sobre o espaço e da árdua tarefa que é encontrar uma definição que compreenda toda a sua complexidade e seja coerente com as transformações técnicas e epistemológicas da realidade dinâmica que estamos inseridos, entendemos que as reflexões aqui desenvolvidas, apesar de distintas, trazem diferentes contribuições que poderão nos auxiliar no desenvolvimento de uma análise coerente e fecunda sobre a nossa proposta investigativa, que é a expansão urbana de Macaé. Dessa forma, buscaremos então entender o espaço como produto de um processo

com múltiplos aspectos e movimentos, e também como condição para que haja a reprodução da sociedade, cuja a estrutura é composta por conjuntos de objetos e ações, os quais se reproduzem historicamente por meio de uma sociedade de classes – e de suas representações –, e são marcados pelas técnicas e suas transformações.

## 2.2. O QUE É ESPAÇO URBANO?

No entendimento de Carlos (2015), a cidade, aqui compreendida como sinônimo de espaço urbano, “é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sobre a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista” (CARLOS, 2015, p. 26). Contudo, por ser um produto dinâmico e complexo, passível de inúmeras interpretações, a autora acresce o seu olhar analítico e apresenta o urbano também como a materialização das relações históricas do homem, uma representação dos processos de produção e reprodução de um sistema pautado na divisão social do trabalho, um campo de lutas, onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais e também uma mercadoria, que pode ser consumida de acordo com as leis de reprodução do capital. Quer dizer, na visão de Carlos (2015), o espaço urbano é, de fato, um produto intrincado e contraditório da sociedade, sobretudo a capitalista, o qual se reproduz constantemente, por meio de conflitos políticos, sociais, econômicos, ideológicos e culturais.

Nessa perspectiva, Carlos (2015) afirma que no meio urbano coexistem diversos interesses, como os do capital, do Estado e dos moradores. Por isso, em sua crítica, “a ideia do urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*” (CARLOS, 2015, p. 26), visto que seu espaço

é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social (CARLOS, 2015, p. 27).

Isto quer dizer que, de acordo com a autora, a cidade deve ser entendida como um produto de um processo dinâmico, marcado por conflitos entre as várias esferas da sociedade, as quais possuem interesses distintos, que se reproduzem incessantemente no espaço, transformando-o e distanciando-o, cada vez mais, do meio natural.

Na percepção de Corrêa (1989), a cidade também é compreendida como um produto da sociedade. Segundo o autor, o espaço urbano se apresenta como um produto social, simultaneamente fragmentado e articulado, isto é, como um espaço caracterizado pela justaposição de diferentes usos de terra que se conectam e se relacionam de diferentes

formas. Corrêa (1989) afirma também que o espaço urbano é reflexo e condicionante da sociedade, ou seja, nele estão refletidas as suas ações, tanto aquelas que se realizam no presente quanto as que se realizaram no passado, assim como estão contidos os objetos que condicionam a reprodução das condições e relações de produção. Em sua análise, o autor ainda aponta o espaço urbano como campo simbólico, onde estão presente as crenças, os valores, os mitos e as utopias da sociedade, e também como campo de lutas, onde sobrevém os conflitos entre diferentes grupos sociais. Dessa forma, pode-se afirmar que além de fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, campo simbólico e campo de lutas, o autor entende o espaço urbano como “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1989, p. 11). Por isso, podemos dizer que Corrêa (1989) apreende o espaço urbano como uma realidade complexa produzida pela sociedade por meio das ações daqueles que ele chama de agentes sociais. Estes agentes, por sua vez, têm papel de destaque na sua reflexão. Segundo o autor, as ações dos agentes sociais “derivam da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que delas emergem” (CORRÊA, 1989, p. 11), ou seja, para ele, as ações dos agentes sociais, entendidos como responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano, estão intrinsecamente ligadas à lógica capitalista, isto é, à produção e acumulação de capital, bem como, aos conflitos de interesses inerentes à sua complexa realidade. Todavia, antes de nos aprofundarmos na questão dos agentes sociais, buscaremos compreender a relação entre o espaço urbano e a lógica capitalista, por meio de uma reflexão sobre a origem e o desenvolvimento das cidades.

Conforme descreve Carlos (2015), a cidade é uma realização humana que se constitui ao longo de um processo histórico, e ininterrupto, que teve a sua origem na Antiguidade, a partir da necessidade de organização dos indivíduos e, desde então, tem se reproduzido de diferentes formas no espaço e no tempo. Há cerca de 2,5 milhões de anos atrás, os homens que viviam na idade antiga sobreviviam por meio da caça de animais e da coleta de alimentos e mudavam permanentemente as suas localizações, ou seja, eram nômades e não possuíam moradia fixa. Com o passar dos anos, esses homens começaram a desenvolver técnicas que os permitiram produzir os seus próprios alimentos, e fixar-se à terra, dando os primeiros passos para o desenvolvimento da agricultura, que os desobrigavam a viver de forma itinerante (SPOSITO, 1989). Nesse período, compreendido pela história como “revolução agrícola”, algumas sociedades puderam

acumular inovações tecnológicas e, por meio delas, produzir um movimento de aceleração evolutiva, que acabou por configurar uma nova formação sociocultural. Segundo Ribeiro (1975), esse processo de acumulação de inovações tecnológicas ampliou a eficácia produtiva do trabalho humano e provocou alterações institucionais nos modos de produção e nas formas de distribuição do trabalho (apud CARLOS, 2015). Em outras palavras, o desenvolvimento de técnicas agrícolas possibilitou ao homem a produção não somente do alimento para a sua subsistência, mas também a produção de excedentes e, de acordo Sposito (1989), isso “permitiu a alguns homens livrarem-se das atividades primárias, que garantiam a subsistência, passando a se dedicar a outras atividades” (SPOSITO, 1989, p. 14), como, por exemplo, o artesanato. Dessa forma, segundo a autora, a produção do excedente alimentar se tornou condição necessária, embora não única, para que efetivamente houvesse a divisão social do trabalho e também a origem das cidades.

Como aponta Sposito (1989), a partir do processo de constituição de uma classe social, com base na atividade comercial, a produção passou a visar, além das necessidades humanas, ou seja, de subsistência, o lucro e a acumulação. Isto é, as mercadorias que anteriormente possuíam um valor de uso, passaram a deter um valor de troca. E o que seriam esses valores? De acordo com Marx (2013), o valor de uso é aquele referente a utilidade de um determinado produto, no qual o seu valor só se efetiva por meio do uso ou do consumo. Já o valor de troca, é na verdade a atribuição de um outro valor, no qual já se tem embutido o valor de uso, a um determinado produto. Ou seja, o valor de troca é, na verdade, o valor conferido à um produto para a sua comercialização. Diante dessa lógica, onde em nossa sociedade passa a existir concomitantemente a produção de excedentes, a divisão do trabalho e a atribuição de valores de troca às mercadorias, é que se constitui um novo modo de produção, o capitalista.

Por conseguinte, Sposito (1989) enfatiza que o processo de expansão e ampliação das cidades está diretamente associado à evolução do modo de produção capitalista. Segundo a autora, à medida que o capitalismo foi se desenvolvendo, a urbanização foi se ampliando e tomando um caráter de multiplicidade funcional. Contudo, Santos (2011) entende que a urbanização não pode ser reduzida a um único modo de produção, afinal, “o espaço presente condensa em si cristalizações de trabalho social passado, de diferentes momentos históricos” (SANTOS, 2011, p. 163). Dessa forma, torna-se indispensável o nosso esforço em entender o papel do capitalismo, em todas as suas fases, na formação das cidades e também no processo de urbanização, mas além disso perceber os processos

de resistência que a ele se apresentam e as realizações sociais de outros tempos, as quais ocorreram sob a regência de outros modos de produção, que não o capitalista.

Logo, é possível elucidar que a cidade, bem como o espaço, é um produto de inúmeros processos e temporalidades, no qual não é passível de uma única explicação, e sim, de uma combinação desigual de inúmeros fatores. Por isso, a concepção histórica aqui relatada “cronologicamente”, condiz mais como uma reflexão didática de um processo multifacetado, no qual se evidencia os principais pontos a serem refletidos (que foram ou não reproduzidos no mundo em diferentes escalas e ao longo do tempo), do que uma máxima correta e irrefutável da realidade. Não obstante, é necessário destacar que, apesar de não ser o único modo de produção a deixar sua marca no espaço, o modo de produção capitalista, sem dúvida, exerce uma forte influência sobre as cidades, especialmente na contemporaneidade. E isso pode ser observado ao analisarmos o espaço urbano de Macaé. Nele é possível identificar tanto as marcas de outros tempos, onde o modo de produção escravista ainda era uma realidade no Brasil, quanto as marcas adquiridas pelas transformações geradas pelo modo de produção capitalista. Estas últimas, no entanto, se apresentam de forma mais evidente e característica, visto a expressividade e os impactos causados pelas mudanças impostas ao meio a partir do regime burguês de acumulação de riqueza e poder (SANTOS, 2011).

Desse modo, podemos então atestar que independente das distintas marcas deixadas no espaço urbano, os agentes sociais, que são responsáveis pela sua produção, se desenvolveram e adquiriram as suas principais características junto ao crescimento do modo de produção capitalista. E por isso, com base nessa premissa, Corrêa (1989) aponta o urbano como um produto das ações dos agentes que servem ao propósito dominante do capital, que é a reprodução das relações de produção. Isso, conseqüentemente, pode justificar a associação feita aqui entre estes agentes e a dinâmica, a produção e os conflitos capitalistas, assim como, a relação entre o desenvolvimento desta lógica e a expansão e evolução das áreas urbanas na atualidade.

Voltemos, pois, a questão dos agentes sociais. De acordo com Lefebvre (2001), a cidade pode ser entendida como uma obra, construída como se fosse uma combinatória de elementos; uma obra que por excelência da práxis e da civilização se desfaz e se refaz sob nossos olhos; uma obra que, por conseguinte, é produzida por certos agentes históricos e sociais, e por isso é marcada por relações sociais dominantes. Essa mesma cidade, na percepção de Capel (1974), “é um resultado das práticas de agentes que atuam no âmbito do sistema capitalista” (CAPEL, 1974, p. 19), os quais se utilizam de

mecanismos legais à disposição e/ou atuam fora deles para depois obter a correspondente sanção legal. Seguindo essa perspectiva, Corrêa (1989) enfatiza que a ação dos agentes sociais no espaço urbano se faz dentro de um marco jurídico que regula as suas atuações. Este marco jurídico, contudo, não é neutro, pois reflete o interesse dominante de um dos agentes, o que constitui, em muitos casos, em uma retórica ambígua que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente influente. Dessa forma, de acordo com estes autores, os agentes sociais ocupam um papel importante na produção do espaço urbano, sendo este uma “obra” de suas ações, um produto das suas realizações. Não obstante, as ações desses agentes, entendidos como “modeladores do espaço”, são de certa forma reguladas por um conjunto de forças que retratam, na verdade, a realidade das relações de poder. E esse é um ponto análogo entre as análises de Lefebvre (2001), Capel (1974) e Corrêa (1989). Desse modo, podemos deduzir que apesar do espaço urbano ser um produto de inúmeras ações estabelecidas pelos agentes sociais, nele algumas se destacam mais do que as outras e isso se deve ao papel dominante que alguns desses agentes possuem no processo de produção do espaço urbano.

Consideremos, então, que todo espaço dispõe de suas próprias regras, princípios e hierarquias, assim como, indubitavelmente, é definido a partir de conflitos e tensões que se constituem por meio das redes de relações de concordância e/ou de oposição entre os atores sociais, isto é, por meio dos diferentes tipos de inter-relações de poder. Compreender, assim, a existência dos conflitos entre os agentes sociais e as suas consequências sobre o espaço torna-se fundamental para entender a organização cidade. Por esse motivo, optamos por desenvolver aqui uma breve reflexão sobre este conceito. Segundo Santos (2016), o conflito social pode ser entendido como uma disputa entre grupos com posições diferentes sobre uma determinada questão e em um determinado espaço. Esses grupos, que constituem os agentes sociais, todavia, comumente não possuem (todos eles) a mesma influência, ou seja, o mesmo poder sobre o meio. Como consequência do processo de disputa de forças entre esses grupos sociais, alguns deles adquirem maior visibilidade enquanto que outros impetram o que podemos chamar de invisibilidade social e política. Nesse contexto, Santos (2016) defende a existência de níveis de conflitos, que vão desde os mais aparentes, cuja a visibilidade atinge patamares que permitem o amplo conhecimento social e a maior atenção para a sua resolução, até os que se apresentam de certa forma invisíveis para a sociedade, o que caracteriza a existência da diferença de poder que esses grupos e/ou agentes possuem em relação uns aos outros, principalmente no que se refere à realidade urbana.

Para melhor compreender esses conflitos, Santos (2016) sugere que a nossa leitura extrapole as variáveis econômicas, cujo foco analítico se apresenta apenas nas lutas de classes, entre opressores e oprimidos, visto que no espaço

é possível identificar, até com certa facilidade, casos concretos de disputas entre opressores vs. opressores ou oprimidos vs. oprimidos – ou mesmo outras infinitas combinações possíveis caso abandonada a redução sociológica ‘opressores’ e ‘oprimidos’ (SANTOS, 2016, p.36).

Ou seja, segundo Santos (2016), é fundamental, num processo de investigação dos conflitos, fazer com que as nossas análises ultrapassem o enfoque binário, opressores vs. oprimidos, e identifique outras formas de inter-relações que coexistem no espaço. Afinal, as redes colaborativas, ou seja, os grupos organizados,

essenciais para a caracterização dos conflitos sociais, não se resumem à classificação econômica – opressores e oprimidos – e sim possuem outros elementos, de natureza moral e ética. Assim, identificar apenas dois grupos, criando uma polarização, principalmente diante da complexidade humana, seria negligenciar a gama de possibilidades propostas pela diversidade social (SANTOS, 2016, p.36).

Consequentemente, podemos considerar os conflitos que se dão no espaço urbano, ou seja, as disputas que ocorrem junto ao seu processo de produção, entre os agentes sociais do espaço, como consequências da diferenciação de poder, isto é, como efeito da diferenciação do peso da influência dos (e entre os) grupos. Tal influência pode ser caracterizada por meio da visibilidade (ou invisibilidade) dos conflitos e/ou até das populações, que se reflete na força social e política dos agentes envolvidos na produção do espaço, e por isso acabam por influenciar os marcos jurídicos, os mecanismos legais presentes em um determinado meio, como sinaliza Capel (1974) e Corrêa (1989), evidenciando a desigualdade de poder existente na nossa conflitante realidade.

Mas quem são os agentes sociais que atuam neste conflituoso processo de produção do espaço urbano? Segundo Capel (1974), os agentes sociais que operam neste espaço são: os promotores dos meios de produção, os donos do solo, os incorporadores imobiliários e construtores e os órgãos públicos. Isto é, na sua percepção, são estes os agentes responsáveis pela reprodução do urbano, dado que em uma sociedade capitalista “a cidade e o espaço em geral não pertencem a seus habitantes e não são modelados de acordo com seus interesses, mas de acordo com os interesses por vezes contraditórios de uma série de agentes”, ou seja, de acordo com os interesses desses quatro grupos de atores sociais. Esta análise de fato é apropriada, a não ser pelo motivo de que os excluídos sociais também atuam no espaço interferindo na sua configuração por meio da ocupação desordenada de áreas urbanas. Logo, se temos por definição que um agente social é aquele

que age transformando o espaço por meio de suas ações, eles também podem ser interpretados como um agente social. Nesse sentido, Corrêa (1989) defende a existência de um outro agente operando na cidade, além daqueles citados por Capel (1974). Para ele, os principais modeladores do espaço urbano são então: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os excluídos sociais.

Os proprietários dos meios de produção, segundo este autor, são as indústrias e as grandes empresas do setor comercial. Elas são as grandes consumidoras do espaço e comumente ocupam áreas que satisfazem seus requisitos locacionais, quer dizer, áreas com ampla acessibilidade, com estradas, vias férreas, portos, além de uma infraestrutura básica de fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água própria para consumo. Já os proprietários fundiários ou proprietários de terra são aqueles que “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades” (CORRÊA, 1989, p. 16), isto é, atuam no espaço por meio da especulação de terras. Estes proprietários

estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso (CORRÊA, 1989, p. 16).

Quanto aos promotores imobiliários, são aqueles que realizam, parcial ou totalmente, a incorporação, o financiamento, a construção e/ou a comercialização de imóveis. Estes, por sua vez, podem ser desde proprietários individuais que produzem poucos e pequenos imóveis urbanos até corretoras e/ou construtoras de grande porte, responsáveis pela venda e construção de inúmeras casas e condomínios residenciais e/ou comerciais. Um outro agente social é o Estado, ele atua na regulação, na gestão e na negociação do solo, assim como é o responsável pelos investimentos em infraestrutura pública, ou seja, pela promoção e manutenção dos sistemas viário, de abastecimento de água, de coleta de lixo e esgoto, de iluminação pública, entre outros. Este agente tem como uma das suas principais responsabilidades a normatização do uso do solo, isto é, a elaboração de leis e normas, como as de zoneamento e o código de obras. Todavia, torna-se importante destacar que as suas ações não se processam de modo socialmente neutro, por esse motivo, elas são marcadas por conflitos de interesses entre diferentes membros da sociedade e tendem a privilegiar os daqueles segmentos considerados dominantes, por estarem em condições de poder (CORRÊA, 1989), como já destacamos aqui. Para completar, há também os excluídos sociais. Segundo Corrêa (1989), em uma sociedade

de classes existem inúmeras diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços (CORRÊA, 1989). Um desses bens é a habitação, que se apresenta inacessível para uma parte da população, e isso fundamenta as circunstâncias da questão residencial ser uma das implicações mais significativas da exclusão social. Em decorrência dessa realidade, os excluídos sociais passam a ocupar áreas públicas e/ou privadas para construir suas casas e é justamente nesse processo, onde se constituem as favelas, que os grupos sociais excluídos se tornam efetivamente agentes modeladores do espaço. Este feito, além de provocar significativas transformações no espaço, se configura como uma forma de resistência e uma estratégia de sobrevivência da sociedade marginalizada na cidade capitalista. Em síntese, estes são os grupos de atores que, de acordo com Corrêa (1989), agem e interferem no complexo processo de produção e no ordenamento do espaço urbano. Dito isso, se deliberarmos que a cidade é uma obra, um produto das práticas acumuladas destes agentes ao longo do tempo, compreender as suas ações e os conflitos que delas emergem pode ser então uma via de apreensão, mesmo que parcial, da sua complexa realidade.

Conforme destaca Corrêa (1989), as ações dos agentes sociais sobre o espaço citadino são responsáveis pelo seu constante processo de reorganização. Este processo se dá por meio da incorporação de novas áreas, da deterioração de outras, da densificação do uso do solo, da relocação diferenciada da infraestrutura e da mudança do conteúdo social e econômico de determinadas áreas (CORRÊA, 1989), ou seja, se dá pela atividade dinâmica, complexa, transformadora e não linear dos agentes sociais, aqui pormenorizados. Nesse sentido, é importante destacar que a atuação desses agentes não ocorre de forma isolada, pelo contrário, eles atuam em conjunto no processo de produção socioespacial. Em vista disso, é fundamental conceber que para alcançar a verdade total contida num espaço, é “necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização” (SANTOS, 2002, p. 120). Este processo, de acordo com Santos (2002), é um processo “de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e síntese ao mesmo tempo” (SANTOS, 2002, p. 120), o qual é responsável por criar novas coisas e dá às velhas um novo conteúdo, ou seja, unir a realidade que surge com a realidade passada, em uma lógica contínua de reorganização do espaço. Dessa forma, torna-se fundamental a busca pela análise do todo e das partes a fim de compreender o espaço em sua totalidade (SANTOS, 2002).

Isto posto, seria a cidade, cuja maior influência advém da ordem capitalista, um produto das ações dos agentes que atuam em conjunto, mas de maneira desigual no

espaço? Podemos dizer que sim, a cidade é um produto das ações dos agentes sociais, mas assim como o espaço ela não é composta apenas pelo conteúdo social, mas também pelas formas espaciais, uma vez que, na percepção de Santos (2002), o espaço é a síntese provisória de ambos. Nesse sentido, o autor destaca que, a sociedade é a responsável por animar as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, por isso, tomando como base essa premissa, Cunha (2008) argumenta que o espaço só se transforma em cidade a partir de uma quantidade determinada de tempo e de trabalho humano que o instrumentaliza, dando-lhe forma e significado. Assim sendo, pode-se dizer que o espaço urbano é uma sucessão de tempos de trabalho que, ao longo da história, determinam a sua configuração territorial, ou seja, as suas formas espaciais, e isto, reitera-se, só se dá por meio das obras humanas, quer dizer, por meio das ações dos agentes sociais, as quais tentam, cada vez mais, negar uma natureza natural, substituindo-a por uma natureza humanizada (CUNHA, 2008).

É necessário, porém, destacar aqui que as obras humanas, por sua vez, são influenciadas por um sistema, o sistema técnico. Conforme destaca Santos (2002), ao longo do tempo, os períodos da história foram se distinguindo pelo fazer do homem, ou seja, pelas formas como este se relaciona e emprega as suas técnicas. Estas técnicas, que são sistêmicas assim como a sua evolução, envolve e influencia não só as formas de produção de energia, bens e serviços, mas também as regras de convivência, o setor de informação, os discursos, entre outros pontos (SANTOS, 2002).

Uma das características marcantes desse sistema na atualidade é a rapidez de sua difusão. De acordo com Santos (2002),

As inovações técnicas introduzidas nos vinte anos após a segunda guerra mundial se espalharam duas vezes mais rapidamente do que aquelas introduzidas depois da primeira guerra mundial e três vezes mais do que as introduzidas entre 1890 e 1919. Essa rapidez na adoção das novas tecnologias também pode ser medida com outros parâmetros, por exemplo o respectivo período de desenvolvimento, constituído pela soma de dois momentos, isto é, o período de incubação e o período de desenvolvimento comercial, ou, em outras palavras, o tempo que dura entre o encontro de uma nova tecnologia, sua aceitação como válida para fins industriais e sua afirmação histórica, com o seu uso generalizado (SANTOS, 2002, p. 178).

Nesse sentido, o autor destaca que no começo do século passado, o período de desenvolvimento de uma tecnologia era, em média, de 37 anos, prazo que no ínterim entre as duas guerras se reduziu para 24 anos e, com o fim da segunda, chegou a 14. Essa análise, presente no discurso de Santos (2002), demonstra que, à medida que os anos vão se passando o tempo de desenvolvimento e propagação das técnicas empregadas no espaço se reduz, ao passo que se torna temerário indicar de forma precisa quanto tempo

uma técnica hoje leva para se afirmar historicamente (SANTOS, 2002). Isso comprova que a rapidez com que as tecnologias se difundem geograficamente na atualidade se apresenta ainda maior quando comparada com a que o mundo conheceu anteriormente (SANTOS, 2002), visto que o processo de difusão antes acontecia de maneira gradual e hoje chega a possuir uma velocidade e um impacto incalculável. Por esse motivo, Santos (2002) enfatiza que “o papel que as técnicas alcançaram, através da máquina, na produção da história mundial, a partir da revolução industrial, faz desse momento um marco definitivo” (SANTOS, 2002, p. 172) e, também, um momento de grande aceleração, um ponto de partida para transformações consideráveis.

Posto isso, é possível enfatizar que nesse contexto, pós revoluções industriais, onde se destacam a velocidade do avanço das técnicas e os visíveis impactos que estas causam nas ações dos agentes sociais, assim como os conflitos e as transformações que estas ações causam no espaço, mormente o capitalista, é que a cidade passa acelerar ainda mais o seu processo de desenvolvimento e a se tornar cada vez mais complexa, mesmo que isso seja inimaginavelmente possível. Mas, antes de iniciarmos uma breve e importante reflexão sobre o processo de desenvolvimento das cidades a partir da industrialização, torna-se necessário delimitarmos o que para nós significa o espaço urbano.

Uma vez que a cidade é uma realização humana que se constitui ao longo de um processo dinâmico, histórico, ininterrupto, a partir das ações conjuntas e desiguais dos agentes sociais, forcejaremos dizer que, assim como o espaço, a cidade, ou o espaço urbano – considerados nesse estudo como sinônimos - é passível de inúmeras interpretações, e que por mais que tentemos alcançar uma que tente contemplar o seu real significado isso seria improvável. Dessa forma, embasados pelas reflexões aqui desenvolvidas, definiremos o espaço urbano como um produto de inúmeros e complexos processos e imensuráveis temporalidades, cuja as ações, promovidas pelos agentes sociais, e influenciadas principalmente pela lógica capitalista, interferem e transformam, tanto a realidade social como a realidade material, concreta. Por isso, dedicar-se a compreendê-la em sua totalidade significa empreender uma análise sobre o movimento conjunto do todo e das partes, que abarque tanto a realidade do presente quanto a realidade de outros tempos, a fim de apreender os conflitos e seus desdobramentos, as divergências das relações de poder, as influências das técnicas e os seus impactos no espaço, isto é, entender o constante processo de reorganização espacial que se faz (e desfaz) sob os nossos olhos e que nem sempre é perceptível.

### 2.3. O AVANÇO INDUSTRIAL E A URBANIZAÇÃO

Sabemos que com o desenvolvimento comercial que conduziu às revoluções industriais, foi possível identificar algumas mudanças nos propósitos de produção do espaço urbano. Este processo, antes voltado às necessidades humanas, passou então a atender especialmente os interesses do capital (CUNHA, 1008). Conforme apresenta Lefebvre (2001), o desenvolvimento das indústrias, que teve início nos séculos XVIII e XIX, causou um forte impacto nas áreas urbanas. Ao se instalarem em locais próximos a fontes de energia, com alguma infraestrutura de transporte e reserva de mão-de-obra, as indústrias começaram a empreender um processo que culminou não só no desenvolvimento e na transformação de suas estruturas, mas também no crescimento e na conversão das cidades. Estas mudanças ocorridas na organização espacial e motivadas, principalmente, pelo setor industrial, levaram ao que o autor chama de duplo processo ou processo com dois aspectos: industrialização e urbanização. Este duplo processo, na análise Lefebvre (2001), se constitui como uma unidade conflitante e complexa, a qual ele tenta exemplificar revelando que a “industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresa), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (LEFEBVRE, 2001, p. 16), isto é, na sua visão, a industrialização não influencia apenas o que concerne à estrutura industrial, mas interfere diretamente em inúmeros setores no espaço, ou seja, contribui ativamente para o desenvolvimento e crescimento das cidades, e isso evidencia a complexidade desse fenômeno, já que ele é um processo dialético, que sofre ao mesmo tempo a interferência de várias esferas.

Dito isso, fica claro que, na concepção de Lefebvre (2001), a cidade não só desempenhou um importante papel no desenvolvimento da indústria, devido a sua infraestrutura, como sofreu intensamente as consequências das suas transformações. Para ele, o processo industrial, pautado na lógica do capital, influenciou o espaço urbano de tal forma que a questão econômica passou a se apresentar de maneira mais evidente ao passo que as questões sociais foram deixadas em “segundo plano”. Isso fez do meio urbano, ainda mais, um lugar de consumo, contribuindo assim para o avanço das indústrias, da concentração de pessoas, atividades, tecnologias e serviços, como também, do processo de urbanização da cidade, que se transformou em um importante centro de decisões e poder (LEFEBVRE, 2001).

Tendo em vista que o espaço urbano se apresenta como um lugar onde se processa a reprodução da família, da força de trabalho e das relações sociais de produção

(SANTOS et al., 2011), que historicamente se relacionam em diferentes graus e intensidades, conforme o estágio de desenvolvimento dos padrões de produção, os quais estão diretamente relacionados com o avanço das técnicas científicas, o processo de urbanização, logo, deve ser compreendido como uma construção e concretização espacial dos movimentos “de reprodução e distribuição das atividades produtivas e da população, em disputa pelo espaço, que sob o capitalismo traduzem-se nas estratégias do capital e do trabalho para garantir suas respectivas reproduções” (SANTOS et al, 2011, p. 156). Em outras palavras, se a cidade é entendida como o lócus da reprodução das relações de trabalho e de produção, pode-se concluir que o processo de mudança das características urbanas, ao longo do tempo, e a ampliação e expansão das suas áreas, ou seja, a urbanização, também se dá por meio delas.

Nesse sentido, Santos et al. (2011), reforça a importância de compreender a urbanização como um processo que envolve tanto as reproduções das relações de produção quanto as reproduções das forças de trabalho. Para ele, “ter em conta apenas o lado da produção significaria reduzir a urbanização a uma determinação do econômico e atribuir a estruturação do território apenas à esfera da produção” (SANTOS et al., 2011, p. 157). Do outro lado, considerar apenas os aspectos ligados à população reduziria da mesma forma o processo urbanização à uma análise incompleta. Por essa razão, na visão do autor, é “indispensável” considera-la como um processo de transformação das características urbanas que abrange as duas esferas.

#### **2.4. A URBANIZAÇÃO NO BRASIL**

Ao longo da história, surgiram no Brasil subespaços urbanos, não interdependentes, que evoluíram a partir de lógicas próprias, sem ter contato com outras realidades. Essa dispersa e desarticulada realidade, no entanto, perdurou até a segunda metade do século XIX, quando, com o desenvolvimento da economia cafeeira, o Estado de São Paulo se tornou um polo dinâmico, de atuação abrangente, e que, mesmo de modo incompleto, abarcou as regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANTOS, 2013).

Com as melhorias dos portos, as criações de estradas de ferro e o desenvolvimento dos meios de comunicação, uma nova dinâmica, mais fluida, passou a existir nessa região. Contudo, essa integração ainda era limitada, tanto em termos de espaço, como de mercado, visto que, apenas uma parcela da população, localizada na região sudeste do país, estava envolvida. Nesse contexto, a divisão do trabalho, que se operou nessa área, tornou-se um fator característico, responsável pelo desenvolvimento dos subespaços,

envolvidos em um processo de crescente diferenciação em relação ao restante do território brasileiro (SANTOS, 2013).

Essa realidade, segundo Santos (2013),

durará até a década de 1930, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel que se mostrará crescente, na elaboração, para o país, de uma nova lógica econômica e territorial (SANTOS, 2013, p. 30).

Isto é, até o início do século XX, o processo de urbanização brasileira aconteceu de uma forma territorialmente seletiva, concentrada, mas, com o acontecimento de algumas transformações na gestão e nas relações comerciais, mudanças substanciais ocorreram na base da economia nacional, e fizeram com que esse processo ultrapassasse o nível regional e atingisse uma maior escala (SANTOS, 2013).

Assim sendo, após o fim da Segunda Guerra mundial, foi possível observar um forte movimento de urbanização no Brasil, assim como um forte crescimento demográfico, consequência da diminuição da mortalidade e do aumento na natalidade, “cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização” (SANTOS, 2013, p. 34). No entanto, devido aos diferentes graus e velocidades de ocupação do território nacional, esse processo não aconteceu de forma homogênea.

O processo de urbanização também foi marcado pelo início de um momento histórico conhecido como técnico-científico-informacional, onde a construção e reconstrução do espaço se realiza por meio de um crescente conteúdo de ciência, técnica e informação (SANTOS, 2013). Isto é, um período onde a ampliação e a difusão da informação provocou consideráveis mudanças nos espaços, conectando-os à uma nova lógica mundial, influenciada por atores culturais, políticos e economicamente hegemônicos. Diante dessa lógica, Santos (2013) relata que o Brasil, em um espaço de tempo relativamente curto, acelerou o seu processo de mecanização territorial, e passou a encarar a tarefa de constituir sobre áreas cada vez maiores uma realidade técnica-científica-informacional (SANTOS, 2013, p. 38). Nesse contexto, as estruturas urbanas, antes desconectadas, passaram a se interligar por meio de investimentos em infraestrutura, que proporcionaram maior fluidez ao território, as quais foram ampliadas nos anos 60, como consequência das mudanças feitas no eixo decisório e político do país.

Sobre o período militar, é possível afirmar que foram criadas condições que possibilitaram uma rápida integração do país, o qual se tornou um expressivo exportador.

Com “a população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito” (SANTOS, 2013, p. 39) as circunstâncias eram “perfeitas” e contribuíam para a impulsão à expansão industrial. Dessa forma, o país que, durante muito tempo, foi visto como um campo hostil para o desenvolvimento do capital, cheios de obstáculos para a sua difusão, iniciou uma abertura comercial ao mercado internacional, com o propósito de facilitar que empresas estrangeiras operassem em seu território. Com isso, o Brasil passou a ser visto como “um campo que acolhe o capital novo e difunde-o rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas” (SANTOS, 2013, p. 43). Tal característica, segundo Santos (2013), é uma tendência típica de lugares economicamente mais avançados, mas também podem ser observadas nos subespaços menos desenvolvidos.

Com base nessa conjuntura, Santos (2013) aponta que,

enquanto o país melhora a sua fluidez e conhece uma expansão do capitalismo, bom número de bens que eram produzidos apenas como bens de consumo local, ou outros que tinha apenas valor de uso, transformaram-se em valores de troca. A possibilidade concreta de consumir tem como paralelo a criação de um maior número de bens de troca, isto é, de mercadorias. Dessa forma, o intercâmbio aumenta, incluindo mais gente no movimento da economia monetária e no trabalho assalariado, mesmo que não seja permanente. Se até o fim da Segunda Guerra Mundial ainda é grande a importância das economias de autossustentação em algumas regiões, esse fenômeno tende a desaparecer desde então. A necessidade de intercomunicação é assim exaltada com a complementação recíproca entre regiões levando à ampliação quantitativa e qualitativa da urbanização” (SANTOS, 2013, p. 46 e 47).

Assim, no contexto das mudanças políticas e econômicas, que visavam a integração nacional, o fenômeno da descentralização ampliou-se e atingiu muitas regiões, algumas bem distantes das áreas onde se concentrava a maioria da população nacional, as quais conheceram e se tornaram consequência do processo de modernização capitalista. Por isso, em vista dessa realidade, Santos (2013) afirma que “a decisão geopolítica de estimular a industrialização em diversas regiões e de ocupar o território com projetos de colonização teve influência relevante” (SANTOS, 2013, p. 47). Além do mais, sem a informatização do espaço, nada disso teria acontecido, não nas condições em que ocorreram, e, de acordo com Santos (2013), a creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva e a expansão do capitalismo não seriam entendidos como uma consequência desse processo. Por isso, é possível afirmar, com as palavras de Santos (2013), que ao longo da história, o Brasil passou “de uma autonomia relativa – e entre subespaços – a uma interdependência crescente” (SANTOS, 2013, p. 49). E, como consequência, o espaço se tornou “mais articulado às relações funcionais, e mais

desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem” (SANTOS, 2013, p. 49).

Diante do exposto, é possível entender que a industrialização e a evolução das técnicas, da ciência e da informação, auxiliaram no processo de expansão urbana no país, e nesse contexto, áreas urbanas, entendidas por Santos (2013) como subespaços independentes, passaram a ser interdependentes, ampliando as conexões entre diferentes territórios nacionais e a ampliação das áreas urbanas, que passaram a adquirir novas funções, com as novas divisões do trabalho e novos papéis no mercado nacional.

Não obstante, é importante destacarmos e esclarecermos dois pontos. O primeiro é que o aumento da industrialização e o avanço da urbanização não ampliaram apenas a ligação entre áreas antes desarticuladas. Muitas outras consequências resultam desses processos, e uma delas é o aumento da oferta mão de obra barata, motivada sobretudo pelo advento da tecnologia nas áreas rurais, que acabam por impulsionar a substituição do homem pela máquina, contribuindo assim com o aumento da concentração de migrantes rurais e/ou excluídos sociais nas áreas periféricas das cidades. Isto é, as políticas e ações que visavam a integração nacional também ampliaram as consequências negativas inerentes às práticas comerciais capitalista. À medida que a tecnologia integra, ela também desintegra, ampliando o cenário de desigualdade social. O segundo ponto é que a análise que aqui tentamos sintetizar, visa abarcar a urbanização em um contexto nacional e não pormenorizar as particularidades desse processo em cada subespaço do território nacional. Sendo assim, sabendo que o processo de industrialização e urbanização (assim como as suas consequências) não se dão de maneira análoga no espaço, consideramos indispensável tentar compreender como aconteceu esse processo no município de Macaé.

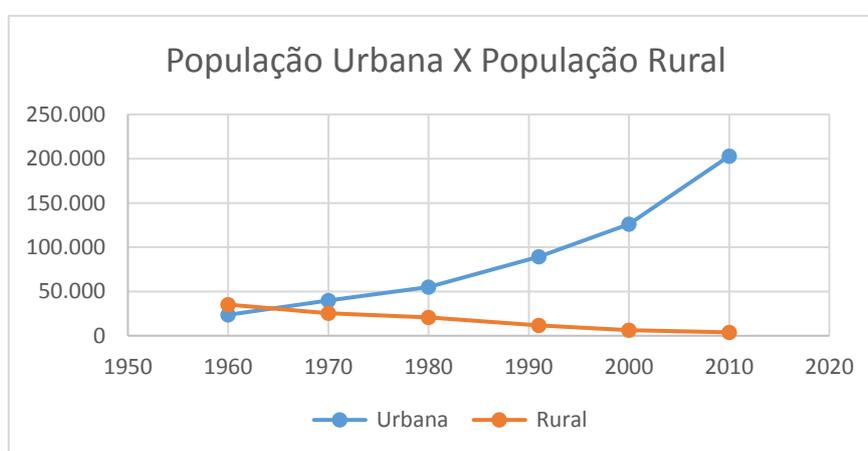
## **2.5. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MACAÉ**

As mudanças urbanas em Macaé começaram com o desenvolvimento da indústria agrícola, especialmente a indústria sulcroalcooleira, na primeira metade do século XIX, período em que a urbanização no Brasil ainda ocorria de maneira não articulada e dispersa. Com o tempo e a expansão da indústria cafeeira, importantes transformações se deram na região, notadamente nas proximidades do perímetro urbano. Foram, então, construídas avenidas, vias férreas, agências bancárias e, também, um porto para escoamento da produção, os quais fizeram de Macaé uma cidade estratégica para a Região Norte Fluminense, que se destacava pela sua vasta produção agrária (LAMENGO, 1946).

Contudo, nesse período, a maior parte da população ainda vivia em áreas rurais, devido às características das atividades econômicas desenvolvidas no município, que eram distintamente agrícolas. Este quadro só veio se alterar na segunda metade do século XX, com a chegada da indústria energética e foi nesse período, de incentivo e crescimento industrial no país, que o processo de urbanização se intensificou.

Com a instalação da Petrobras e de inúmeras empresas prestadoras de serviço na cidade, foi possível perceber a mudança dos principais agentes sociais em seu território. Macaé passou a experimentar, dentre outras coisas, o aumento da especulação de suas terras, até então voltadas para a exploração agropecuária, o aumento dos investimentos no setor imobiliário e no setor de serviços, especialmente no campo da exploração *offshore* do petróleo, e, também, o aumento das migrações, acarretado principalmente pela possibilidade de crescimento e expansão das atividades industriais e o consequente aumento de oportunidades de trabalho.

Deste modo, sobre esse cenário, ocorreram inúmeras transformações, desde as relações sociais até a organização do espaço, e duas das principais consequências que surgiram desse processo foram a redução da influência do setor agrícola na economia do município e o aumento populacional na área urbana, à medida que a população rural migrava para a cidade em busca de emprego em outras áreas.



**Gráfico 1:** Populações rural e urbana. Fonte: IBGE

É possível, então, perceber, ao analisarmos o Gráfico 1, que o aumento do número da população urbana e o decréscimo do número da população rural – uma tendência que ocorria em todo o país – se aceleram com a chegada e a expansão das atividades industriais do setor energético no município, assim como o aumento da população total, que chegou a avançar mais de 200% em um período de quarenta anos. Estes dados populacionais representam uma das muitas transformações causadas pelas mudanças

socioeconômicas ocorridas no município nos últimos anos e atestam, também, a velocidade com que elas marcaram esse processo.

Assim, sobre a influência das atividades industriais no processo de urbanização, o município de Macaé, cujas principais atividades eram desenvolvidas no campo, conhece a partir da intensificação das atividades de exploração e produção do petróleo e do gás natural um acelerado processo de urbanização, o qual desencadeia uma série de mudanças que acabam por provocar inúmeros conflitos, inerentes à lógica urbana, até então desconhecidos na região. É nesse contexto, de rápida e crescente expansão urbana, que nós buscaremos desvendar, por meio da investigação dos agentes sociais, as principais transformações ocorridas espaço urbano. Para esse fim, depois de procurarmos compreender conceitos importantes como espaço, cidade e urbanização, tentaremos entender um pouco mais a história de Macaé, para, então, melhor contextualizar a nossa análise.

## **2.6. MACAÉ: UMA BREVE TRAJETÓRIA ENTRE O PERÍODO PRÉ-COLONIAL E A CRISE DA ECONOMIA AGRÍCOLA**

O território onde hoje se localiza a cidade de Macaé, assim como outras áreas do litoral do Brasil, foi, inicialmente, habitado por povos indígenas, como os Goytacás. Estes povos, por muitos anos, viveram da caça, da pesca e do cultivo de legumes, às margens dos brejos, lagos e rios, como o Macaé, que deu o nome ao município (LÔBO JÚNIOR, 1990). Por essa razão, poucas foram as mudanças que ocorreram nessas terras durante esse período. O modo de vida de subsistência desses povos, de certa forma, assegurou a preservação das suas áreas naturais até a chegada dos colonizadores europeus.

Com a colonização dos portugueses, no período entre os séculos XVI e XVII, iniciou-se um intenso processo de exploração das riquezas naturais da região. O pau brasil, por exemplo, árvore de madeira nobre, muito utilizada na coloração de tecidos, foi a primeira riqueza natural a ser explorada economicamente na localidade. Após um longo período de exploração da vegetação e de conflitos com a comunidade indígena, resistente ao processo de escravização da sua mão-de-obra pelos colonizadores, iniciou-se o período de exploração do solo, por meio da pecuária e a da agricultura, com destaque para a produção da cana-de-açúcar (LÔBO JÚNIOR, 1990).

O cultivo da cana-de-açúcar, por sua vez, foi favorecido pela conjunção da abundância de solos argilosos e água e, por esse motivo, pôde despontar aos poucos nas paisagens da região (CARINGI, 2008). Na segunda metade do século XVIII, já eram visíveis as contribuições provenientes dessa atividade, como também da criação de gado,

e da pesca, tanto para o setor econômico, como para a organização socioespacial. A exemplo dessas contribuições pode-se destacar o desenvolvimento do comércio local, o aumento populacional e o desenvolvimento de um pequeno núcleo urbano, com o surgimento de algumas casas, igrejas e estabelecimentos comerciais.

No século XIX, mais precisamente no ano de 1813, motivada, principalmente, pelo progresso da agricultura e pelo aumento das atividades econômicas ao seu entorno, Macaé passou a condição de vila e recebeu o nome de Vila de São João de Macaé. Mas para que isso acontecesse, foi necessário construir as casas da Câmara e Audiência, a cadeia e o pelourinho (LÔBO JÚNIOR, 1990), na época, necessários à sede de uma comarca, possuidora de responsabilidades e funções administrativas. Nesse contexto de expansão, Macaé teve sua área urbana demarcada e suas ruas e praças planejadas, com o objetivo de evitar que ela crescesse desordenadamente, com ruas tortas e irregulares (LÔBO JÚNIOR, 1990). Diante disso, podemos afirmar que este plano de arruamento (Figura 1) foi o primeiro projeto de ordenação urbana de Macaé, elaborado ainda na condição de vila.



**Figura 1:** Planta do projeto de arruamento da Vila de São João de Macaé (1840). Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Após alguns anos e uma série de melhoramentos urbanos, a Lei Provincial de número 364, de 15 de abril de 1846, determinou que a Vila de São João de Macaé passasse à condição de Cidade. Nessa época, o cultivo da cana-de-açúcar, a produção açucareira e a criação de gado, desempenhavam um papel de destaque econômico, e o sucesso da expansão dessas e de outras atividades agrícolas, na direção da região serrana, cujas condições de terreno e clima eram favoráveis, possibilitou, além da ampliação da cidade,

a introdução de outra *commodity*<sup>1</sup> no mercado regional, o café (BORGES, 1988; LÔBO JÚNIOR, 1990; CARINGI, 2008).

As atividades de extração da madeira e cultivo da cana-de-açúcar, desempenhadas há muito tempo na região, continuaram a se desenvolver ao lado da cafeeira, que, com o apoio da mão de obra escrava, fez com que os empresários do ramo obtivessem lucros expressivos e estes refletissem diretamente na economia e ordenação da cidade (LÔBO JÚNIOR, 1990, p. 31). À vista disso, Caringi (2008) infere que a abrangência do território que atualmente configura o município de Macaé se deu em decorrência da ampliação das atividades agrícolas desempenhadas na região. Segundo o autor, após a inicial ocupação das terras litorâneas, próximas ao Rio Macaé, houve um processo de interiorização e ampliação do território, até à região serrana, principalmente após o início do cultivo do café. Assim sendo, é plausível afirmar que o café, assim como da cana-de-açúcar, tiveram um importante papel na ampliação e ocupação do território macaense e do seu desenvolvimento econômico. Contudo, é importante ressaltar que estas atividades contribuíram não apenas com a economia e a consolidação da área territorial do município, mas também para o desenvolvimento de um núcleo urbano, cuja a origem se deu nas proximidades da margem direita do principal rio da cidade (TAVARES; CAUTIERO; FRANCO, 2014).

Segundo Borges (s/d), no ano de 1922, a área urbana de Macaé concentrava apenas 15% da população do município, o que caracterizava, apesar do contínuo progresso dessa área, uma maior concentração da população na zona rural, visto que, nesse período, as atividades econômicas estavam voltadas para a transformação, comercialização e exportação de produtos agrícolas (BORGES, s/d). Todavia, as contribuições oriundas das atividades desenvolvidas no campo possibilitaram tanto o avanço socioeconômico das áreas rurais, como também, das áreas urbanas do município. A exemplo, tem-se o aumento da atividade comercial da cidade em torno da estrutura criada para a exportação, cujo objetivo era escoar a produção de *commodities* do Norte Fluminense e atender as usinas produtoras de açúcar e álcool e a indústria do café.

---

<sup>1</sup> *Commodity* é um termo em inglês que em português significa mercadoria. São consideradas *commodities* todas as matérias-primas essenciais que possuem baixo nível de industrialização e servem de base para a indústria no mundo inteiro, podendo ser comercializada globalmente, por exemplo, em bolsas de valores (RICO, 2018).

O início do século XX, sobretudo na sua segunda década, foi, sem dúvida, uma época marcante para Macaé. Como afirma Borges (s/d) “foi grande o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da indústria, principalmente, pela facilidade dos financiamentos contraídos pelas classes produtoras” (BORGES, s/d, p. 53). Segundo o autor, até o ano de 1923 não existiam agências bancárias no município, mas a abertura do Banco do Brasil neste ano trouxe maiores possibilidades de financiamentos e, conseqüentemente, de progresso. Com maiores incentivos às classes produtoras, houve maiores investimentos na produção, beneficiamento e exportação do café e do açúcar. E isso levou o município de Macaé a alcançar, em 1929, o seu, até então, auge econômico (BORGES, s/d).

Nessa época, “a indústria florescia e o comércio crescia com bases sólidas” (BORGES, 1988, p. 53). As usinas produtoras de açúcar, como a Usina Carapebus, Cabiúnas e São Luiz, ampliavam as suas produções seguras das suas conquistas financeiras, assim como a indústria do café, que garantia maiores lucros e liquidez imediata (BORGES, 1988). Entretanto, na década de 30, a grande resseção econômica, que atingiu o mundo inteiro, provocou, também, uma forte crise em Macaé. De acordo com Borges (1988),

oitenta por cento das firmas que transacionavam com café faliram, e outras encerraram as suas atividades. Conseqüentemente, os reflexos negativos das falências arrastaram outras empresas prejudicando todo o contexto empresarial do município, inclusive as Usinas São Luiz e Cabiúnas que encerraram as suas atividades, pois, tiveram grandes prejuízos com transações e trocas de açúcar e aguardente por café, para recebimentos e entregas futuras (BORGES, 1988, p. 53).

Como consequência, entre os anos 50 e os anos 70, o progresso econômico em Macaé foi lento. Mas, ainda assim, foi possível enxergar algum avanço, “em virtude do melhoramento da energia elétrica (...) e o asfaltamento da RJ 106 – Estrada Amaral Peixoto – que atravessa a cidade, além de outros empreendimentos” (BORGES, 1988, p. 61), como a ponte sobre o Rio Macaé, em destaque na Figura 2.



**Figura 2:** Ponte sobre o Rio Macaé, Rodovia Amaral Peixoto, aproximadamente na década de 1960. Fonte: IBGE

Com a baixa do mercado agrícola, destacam-se outras atividades, como, por exemplo, a pesca – desenvolvida na região desde o período pré-colonial – e o turismo. De acordo com Mincarone et al. (2016), a atividade pesqueira, especialmente a artesanal, realizada nos estuários, lagoas, manguezais, praias, costões rochosos, ilhas, e também na plataforma continental, se constitui como uma importante atividade geradora de empregos na região. Contudo, ao longo dos anos, teve o seu desenvolvimento afetado pela chegada de outras atividades econômicas na região, incentivadas por políticas desenvolvimentistas, que passaram a disputar o espaço com os pequenos pescadores e, em muitos casos, a causar degradação dos ecossistemas dos quais eles se beneficiavam (LEAL, MARTINS e VIEIRA, 2019). Ainda assim, os conhecimentos obtidos sobre esse ofício, que via de regra são passados de geração para geração, tem contribuído para que a pesca continue sendo uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no município até hoje, no entanto, sem o mesmo ônus financeiro gerado por outras atividades como, por exemplo, as industriais.

Já o turismo, nunca foi uma atividade econômica expressiva em Macaé, apesar da sua proximidade com famosas praias do litoral do Rio de Janeiro. Mesmo assim, de acordo com Borges (s/d), houve uma época que a cidade se destacou como local de veraneio, chegando a ter a preferência dos mineiros e campistas “que, nos fins de semana e nas épocas de veraneios, lotavam o Hotel de Imbetiba e os demais hotéis do centro da cidade” (BORGES, s/d, p. 50). Na figura a seguir, uma das praias mais frequentadas na época, a praia de Imbetiba.



**Figura 3:** Praia de Imbetiba e, ao fundo, o Hotel Balneário de Imbetiba, na década de 1960.  
Fonte: IBGE

Entretanto, mesmo apresentando uma certa vocação turística, o setor hoteleiro da cidade só se desenvolveu na segunda metade do século XX, com o surgimento do turismo de negócios motivado pela indústria do petróleo que, no final dos anos 70, se instalou em Macaé com o objetivo de explorar as reservas de petróleo *offshore* descobertas nesse mesmo período. Foi nessa época, com a chegada da Petrobras, que a economia do município começou a “retomar o fôlego de outros tempos”, os quais a atividade agrícola desempenhava um importante papel, e se deu início a uma nova era, a era do petróleo.

### **2.7. A ERA DO PETRÓLEO E O CRESCIMENTO URBANO DE MACAÉ: PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES**

Na década de setenta, o município de Macaé tornou-se um importante polo de desenvolvimento econômico da Região Norte do estado do Rio de Janeiro, por conta da sua proximidade com a Bacia de Campos - área de exploração, ainda em ascensão nesse período, do petróleo e gás natural - e das suas boas condições para navegação. Esse acontecimento gerou inúmeras transformações, e em diferentes escalas, que reordenaram o espaço e reconfiguraram suas paisagens. Tais transformações tiveram início com a descoberta do campo de Garoupa pela Petrobras, no ano de 1974, e seguiram com a construção do Porto de Imbetiba (Figura 4) e as instalações de inúmeras empresas prestadoras de serviço que, junto a Petrobras, maior grupo econômico do país, geraram novas oportunidades de empregos na cidade.



**Figura 4:** Construção do Porto de Imbetiba pela Petrobras na década de 1970 - Macaé-RJ. Fonte: Petrobras.

Além das empresas de apoio das atividades *offshore*, ou seja, aquelas envolvidas com a prospecção, perfuração e exploração do petróleo e gás natural na zona marinha, foram inaugurados agências bancárias, restaurantes, hotéis e inúmeros estabelecimentos comerciais que ajudaram a fomentar o diminuto mercado local. Nesse período, a Bacia de Campos tornou-se a principal área de exploração do petróleo no Brasil, sendo reconhecida internacionalmente pelo seu pioneirismo em águas profundas. Como consequência, o Norte Fluminense passou a liderar a produção petrolífera do país, extraíndo das plataformas marítimas da região cerca de 60% de toda a produção nacional (RAMIREZ, 1991).

De acordo com Borges (1988), a principal motivação para os investimentos na exploração *offshore* do petróleo no Brasil foi o aumento dos custos para a importação deste produto, inserido, na década de setenta, em um contexto de crise mundial. Segundo o autor, os reajustes nos preços do petróleo, determinados por questões políticas e pela previsão da redução das reservas dos países produtores, membros e fundadores da OPEP, Organização dos Países Produtores de Petróleo, causaram inúmeros transtornos para os países consumidores do produto, sobretudo o Brasil, que importava quase um milhão de barris dessa *commodity* diariamente.

Nessas circunstâncias, em que ocorreram manobras nos preços do petróleo e redução das reservas financeiras brasileiras para a sua importação, nascia também uma política de incentivo ao desenvolvimento nacional, o II PND, promovida durante a gestão do presidente Geisel, ex-presidente da Petrobras, a qual contribuiu para a ampliação e o desenvolvimento do setor industrial e energético do Brasil. Este cenário, político e

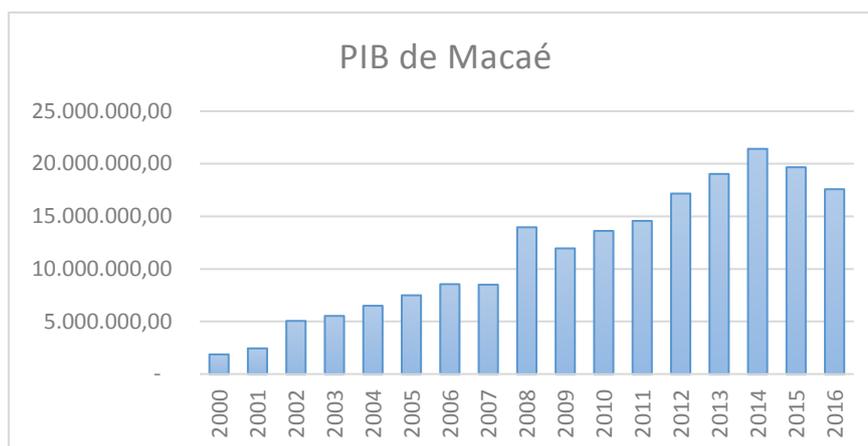
econômico, favoreceu a ampliação dos investimentos em pesquisas pela Petrobras, cujo objetivo basal era aumentar a extração do petróleo em território nacional, e possibilitou a expansão da exploração e a produção do petróleo no Recôncavo Baiano, assim como das sondagens marítimas, que culminaram no início da exploração petrolífera em regiões oceânicas – realizada com o auxílio de plataformas auto elevatórias, como a da Figura 5 – chegando, então, ao município de Macaé (SANTOS, 2013).



**Figura 5:** P-01 - Primeira plataforma auto elevatória construída no Brasil, na década de 1970.  
Fonte: Petrobras

Dessa forma, motivado pela indústria do petróleo, o município que anteriormente tinha a agricultura e a pecuária como principais fontes econômicas, iniciou um processo de transformação da sua economia. No ano 2000, um pouco mais de duas décadas depois da instalação da Petrobras na cidade, as atividades do setor secundário e terciário da economia, aquelas responsáveis, respectivamente, pela transformação da matéria prima e pela prestação de serviços, representavam juntas mais de 99% do PIB municipal. Tal informação revela a importância que a atividade petrolífera e o setor de serviços adquiriram para a economia de Macaé. (MONIÉ; BINSZTOK, 2012).

Nesse contexto, o PIB, que é um indicador representativo da soma, em valores monetários, dos bens e serviços produzidos em uma determinada região, apresentou, até o ano de 2014, um aumento crescente que retrata um “avanço” econômico até então não vivenciado em terras fluminenses, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 2:** Dados do PIB de Macaé dos anos 2000 a 2015. Fonte: IBGE

Um dos fatores associados ao aumento dos valores apontados por esse indicador, foi a regulamentação da Lei nº 9.478 de 1997, mais conhecida como a “Lei do Petróleo”, que dispõe, dentre outras coisas, sobre os princípios e objetivos da política energética nacional e institui a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis.

Com esta Lei em vigor, os municípios limítrofes das áreas de exploração e produção *offshore*, adquiriram o direito de receber os royalties das atividades petrolíferas, ou seja, passaram a receber uma porcentagem do valor gerado com a exploração e produção do petróleo e do gás natural na região. Dessa forma, depois de aproximadamente vinte anos desde a instalação da Petrobras na cidade, e de inúmeras transformações socioespaciais, inerentes ao processo de transformações econômica enfrentado, Macaé passou a adicionar à sua receita os repasses dos royalties, valor de 5% a 10% da produção mensal dos campos da região (DELGADO et al., 2017), e das participações especiais, que são compensações financeiras extraordinárias devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção, provenientes da indústria do petróleo, e a ter uma das maiores arrecadações do país.

Outro fator que contribuiu diretamente para o aumento do PIB foi o fim do monopólio da Petrobras na exploração do petróleo no Brasil. Segundo Ortiz Neto e Costa (2007), a busca pela viabilidade econômica na produção em águas profundas era cada vez maior e, por isso, um grande desafio para a Petrobras. Com a instituição da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), principiouse uma reestruturação no mercado de óleo e gás que passou a receber investimentos de empresas estrangeiras. Essa mudança provocou um aumento expressivo do número de empresas

prestadoras de serviços na cidade, direta e indiretamente associadas à indústria do petróleo, e conseqüentemente, colaborou para a ampliação da arrecadação financeira por meio de fontes tributárias como o ISS, ICMS e IPTU.

Com relação a perceptível baixa no crescimento do Produto Interno Bruto de Macaé nos anos de 2015 e 2016 é necessário destacar que ela se apresenta tanto como uma consequência das mudanças no cenário econômico mundial, geradas pela queda do preço do barril do petróleo e a alta do dólar, quanto como um reflexo da crise política nacional e institucional, motivadas, respectivamente, pelas apurações da Operação Lava Jato – nome dado para um conjunto de investigações conduzidas pela Polícia Federal no Brasil – e pelo ajuste, para baixo, dos valores dos ativos da companhia, que nada mais são do que os bens da empresa, isto é, no caso da Petrobras, suas reservas, plataformas, campos, entre outras coisas.

Todavia, é necessário destacar que o objetivo dessa pesquisa não é aprofundar as questões históricas, políticas e econômicas que circundam a indústria do petróleo, mas sim compreender o contexto em que ela se instala para assim perceber a influência que os agentes desse setor exercem sobre município, especialmente sobre cidade. Logo, torna-se importante frisar, especialmente com base em dados como o PIB, que demonstram o impacto causado pelos agentes petrolíferos na economia de Macaé, e também no contexto que envolve esses agentes, que as ações da Petrobras e das demais empresas que atuam no âmbito energético influenciam diretamente, e com um forte peso, a produção do espaço urbano macaense, isto é, interferem, consideravelmente, e isso pode ser atestado por meio de diferentes vias, as quais iremos investigar, na sua organização.

Outro ponto a ser destacado é que, embora o PIB represente um avanço econômico alcançado pelo município, ele não é sinônimo de desenvolvimento, visto que o cálculo desse indicador retrata a soma dos valores atribuídos à atividade econômica e não a distribuição desses valores na sociedade. Ou seja, os números do PIB não traduzem a concentração dos bônus do desenvolvimento econômico nas mãos de empresários dos setores de maior pujança da economia local em oposição ao aumento da desigualdade e dos índices de pobreza na região. Logo, o fato de Macaé possuir um dos maiores PIB do país não elimina as condições de existência precárias, criadas pela lógica capitalista, em seu território, pelo contrário, torna-se algo questionável, devido as contradições vivenciadas por parte da população, a qual enxerga apenas a distribuição dos ônus produzidos pela mudança no cenário econômico ocorrida com a chegada da indústria do

petróleo. Não obstante, essa discussão em torno das condições de desigualdades socioespaciais, aqui posta de maneira introdutória, será retomada nos capítulos seguintes.

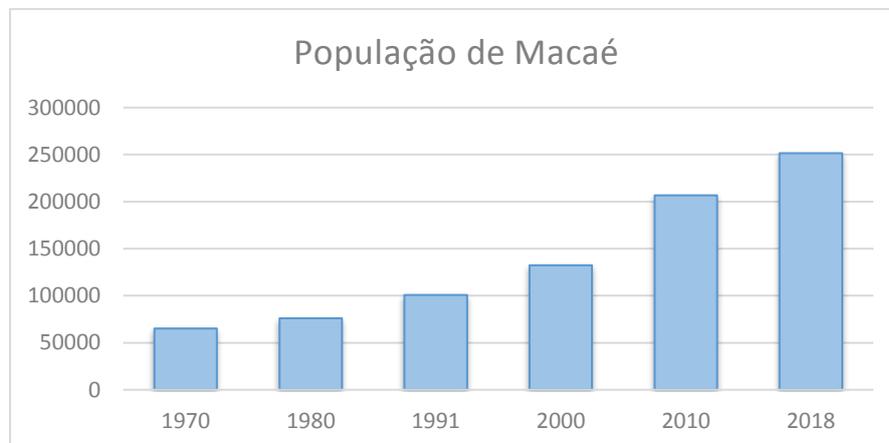
Com relação às mudanças econômicas que ocorreram em Macaé, especialmente após a chegada da Petrobras, sabe-se que elas contribuíram para que a cidade se tornasse um centro de atração, tanto de investimentos capitalistas, como da população. Em consequência dessa mudança, o município passou a ampliar a sua escala de relações, assim como ocorreu na época de produção do café, só que em outras dimensões, expandindo o contato para outras localidades do mundo. Isto possibilitou uma importante mudança no cenário econômico do município, que deixou de possuir um papel de pouca relevância para o Estado do Rio de Janeiro e passou a representar uma importante e lucrativa parcela de cidades do país. Nessa perspectiva, Monié e Binsztok (2012) relatam que

a presença da força de trabalho dedicada de forma direta e indireta nas operações de exploração e produção da Bacia de Campos insere Macaé em uma nova escala, abrangendo desde as dimensões globais, fornecidas pelas empresas transnacionais de prospecção, até impactos locais e regionais, decorrentes da mobilização de trabalhadores do setor envolvendo funcionários da Petrobras e uma vasta gama de fornecedores e prestadores de serviço. (MONIÉ; BINSZTOK, 2012, p. 283)

Assim, nesse cenário de intensificação das atividades em torno da exploração do petróleo, de ampliação das redes de comunicação e alteração da dinâmica econômica, percebe-se um aumento no número de imigrações, ou seja, do movimento de entrada de indivíduos no município, mais precisamente, na sua área urbana.

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Monié e Binsztok (2012) declaram que entre os anos de 1940 e 1970, Macaé apresentou um lento crescimento demográfico, estimulado principalmente pela produção e beneficiamento da cana-de-açúcar e a pecuária. A população, que era de 29 mil habitantes na década de quarenta, passou para 65.318 mil habitantes na década de setenta. A partir de então, motivado principalmente pelas atividades petrolíferas, houve um crescimento acelerado dessa variável. No ano de 1980, o município passou a ter 75.863 mil habitantes, ou seja, obteve um crescimento de mais de 15% em um período de dez anos. Em 1991, a população mais do que triplicou com referência ao ano de 1940 e passou a ter 100.895 mil habitantes. No ano 2000 o número de habitantes saltou para 132.431. E, de acordo com dados do último censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, a população total de Macaé é de 206.728 habitantes, mais do que quatro vezes o número de habitantes residentes na cidade na década de setenta. Hoje, a estimativa do número de

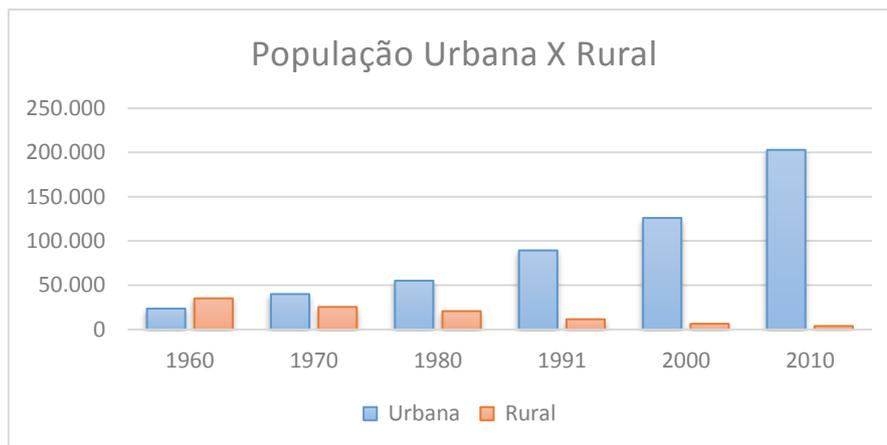
habitantes para o ano de 2018 é de 251.631 18, ou seja, aproximadamente 22% a mais do que o número obtido no censo de 2010.



**Gráfico 3:** Dados da população de Macaé no período entre os anos de 1970 e 2018. Fonte: IBGE

Esses dados, representados no Gráfico 3, possibilitam compreender que, além das mudanças econômicas e, principalmente, motivadas por elas, houve mudanças na dinâmica populacional do município, que geraram uma transformação radical nas lógicas do espaço urbano e rural.

Com o tempo, o município de Macaé passou a concentrar um maior número de pessoas em sua área urbana – como pode ser observado no Gráfico 4 –, onde eram localizados os pequenos e grandes escritórios do ramo do petróleo, os principais estabelecimentos de prestação de serviços e o porto, que passou a ser um dos mais movimentados do país. Como isso, ressaltam Monié e Binsztok (2012), mais de 95% da população municipal passou a viver em uma área de aproximadamente 20% do território oficial. Diferentemente do período em que as atividades do campo lideravam a produção econômica no município e que a ocupação da área urbana chegou a ser 15%.



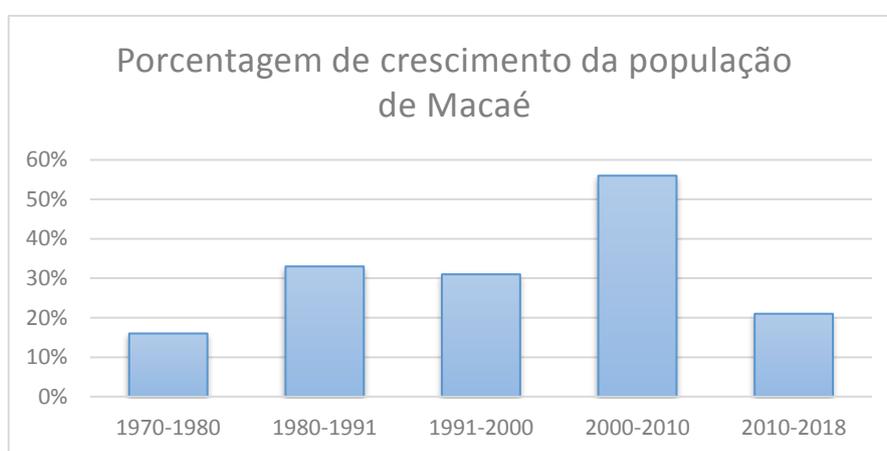
**Gráfico 4:** Dados da população urbana e rural de Macaé no período entre a década de 1960 e 2010. Fonte: IBGE

Após a chegada da Petrobras em Macaé, “grande parte das áreas rurais foram abandonadas e a terra passou a desempenhar a função de reserva de valor mediante uma lógica espacial antecipatória, aguardando a chegada de empreendimentos vinculados direta ou indiretamente a cadeia petrolífera” (MONIÉ; BINSZTOK, 2012, p. 288). Esse aumento da especulação imobiliária causou impactos imensuráveis à sociedade que, na sua totalidade, não estava apta a viver em uma cidade com um alto custo de vida. Diante disso, a parcela da sociedade que não possuía condições de sustentar-se nas áreas mais valorizadas da cidade, com melhor infraestrutura, melhor oferta de serviços e próximas aos escritórios das empresas *offshore*, passou a habitar as áreas periféricas, de pouca infraestrutura, de baixa qualidade na oferta de serviços, de mobilidade reduzida e, às vezes, em condições insalubres. Essas áreas “periféricas”, com o passar dos anos, foram ganhando maiores proporções, à medida em que mais pessoas chegavam à cidade atraídas pela propaganda de prosperidade erguida em torno da indústria do petróleo – e promovida principalmente pelo Estado<sup>2</sup>.

O marketing em torno da “capital nacional do petróleo”, título pelo qual Macaé ficou conhecida nacionalmente, provocou grande atração de pessoas de vários lugares do país e do mundo, tanto aquelas diretamente ligadas à produção petrolífera, especializadas na área de exploração do petróleo, quanto aquelas que não trabalhavam no segmento, mas estavam à procura de um emprego na cidade das oportunidades. Como consequência disso, ampliou-se o processo de migração, e este, gerou um intenso crescimento

<sup>2</sup> Entende-se Estado como agente da organização espacial, seja ela ao nível nacional, estadual ou municipal, como é o caso aqui analisado. Essa perspectiva comunga com o que é abordado por Roberto Lobato Corrêa em seu livro “O Espaço Urbano” de 1989, editora Ática S.A.

populacional, em um período relativamente curto, se comparado ao crescimento médio da população de outras cidades do país. Essa expansão da população, por sua vez, contribuiu para o desordenamento do espaço urbano, visto que o Estado não estava preparado para dar suporte a tamanha mudança. Isto é, ao passar por um processo de transformação econômica por sediar uma das atividades de maior valor econômico do mundo, o município que não possuía infraestrutura, também não possuía verba necessária para fazer os investimentos estruturais na mesma velocidade em que crescia a população. Só no final dos anos 90, após mais de vinte anos da chegada da Petrobras na cidade, que o município passou a receber compensações financeiras da indústria do petróleo, a partir da instituição da “Lei do Petróleo”, a qual possibilitou a ampliação da arrecadação pelo Estado e auxiliou os custos de manutenção e reestruturação da cidade. Contudo, isso não impediu o crescimento da área urbana e suas consequências à sociedade. Pelo contrário, nesse período, pós “Lei do Petróleo”, que também possibilitou a exploração comercial dos campos de produção offshore por outras operadoras, além da Petrobras, a população cresceu em um ritmo ainda mais acelerado, se comparado com o ritmo de crescimento adquirido desde a chegada da indústria do petróleo na região, chegando a aumentar, entre os anos 2000 e 2010, cerca de 56% da população (Gráfico 5). E isso contribuiu para que as últimas duas décadas fossem de intensa transformação.



**Gráfico 5:** Porcentagem do crescimento da população entre 1970 e 2018. Fonte: IBGE

Em decorrência dessa nova conjuntura, viu-se a transformação da cidade e sua reorganização espacial. O pequeno e organizado centro passou a adquirir características ainda mais urbanas, que ao longo da história transformaram o espaço produzindo uma nova Macaé, diferente daquela da época de vila, de pequeno porte, com seus traços urbanos bem delimitados e fomentada por uma economia agrícola, mas uma Macaé de recortes urbanos não planejados, de intensa circulação financeira, com uma população

crescente e uma complexidade de relações que nos permite reconhecê-la como uma cidade média.

## **2.8. AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE MACAÉ, UMA CIDADE MÉDIA**

Sobre o processo de urbanização nacional, Andrade e Serra (2001), apontam que nos anos 50 e 60, ocorreu uma concentração e um superpovoamento urbano como consequência da crescente migração da população para as cidades. Esse fato, promoveu um inchaço dos centros urbanos que, em seguida, se tornou um inchaço metropolitano. Contudo, “como resultado das deseconomias de aglomeração, a migração para as grandes metrópoles foi diminuindo de intensidade” (ANDRADE; SERRA, 2001, p. 37) e isso possibilitou o direcionamento do fluxo migratório, não apenas para os municípios periféricos da região metropolitana, mas também para o interior dos estados. Por conseguinte, nesse contexto de dispersão da urbanização, surgiram as chamadas cidades médias e alguns novos centros econômicos no país. Dito isso, vale a pena frisar que esse breve relato sintetiza o contexto histórico em que surgem as cidades médias no Brasil, no entanto, esta nomenclatura é utilizada em todo o mundo, e em diferentes contextos, para identificar cidades.

Mas o que seriam as cidades médias? De acordo com Sposito et al. (2007), as cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação nas redes urbanas, cujos espaços são marcados pela contiguidade e conectividade territorial. Para Castello Branco (2007), elas “constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como ponto de prestação de serviços em escala regional” (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 90) e até extra-regional. Já Amorin Filho (2007), entende que elas são cidades que produzem interações com o espaço microrregional, e, dentre outras características, detém um centro relativamente complexo e um número variável de subcentros. Todavia, mesmo diante dessas elucidaciones, é possível afirmar que ainda não existe um consenso sobre a definição de cidade média e ela pode variar de acordo com a concepção do autor e com as características de uma região ou de um país, ao serem classificadas por meio de inúmeros e díspares critérios.

Um dos critérios utilizados para classificar uma cidade média é o demográfico (CORRÊA, 2007). Esse critério, que tem como referência o número populacional, é muito empregado, no entanto, ele sozinho não consegue dar conta da realidade de uma cidade, visto que abrange, em uma mesma categoria, cidades com características muito distintas. Além disso, a referência populacional de uma cidade média pode variar quando

comparada à diferentes contextos geográficos, históricos, culturais e econômicos, por isso não podemos considerá-lo como única referência para essa definição. Outros critérios utilizados na sua classificação, apontados por Corrêa (2007), é o da função urbana, que se baseia nas atividades desenvolvidas na cidade e nas relações que ela mantém com outras localidades, sejam elas intra e/ou trans-regionais, e o da dimensão do espaço intra-urbano, que expressa a distância entre o centro e a periferia da cidade, e a representação que ela tem na divisão econômica, na fragmentação do tecido social e na complexidade e distinção de suas áreas.

Assim sendo, a classificação de uma cidade média, de acordo com Corrêa (2007), pressupõe a combinação desses três fatores, o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização intra-urbana. Ou seja, na concepção do autor, não é possível definir uma cidade como média utilizando apenas um desses critérios, visto que essa definição implica um conjunto de aspectos, mais consistentes, que evidenciem a cidade como ponto funcional em uma dada rede urbana.

Com relação ao fator demográfico, o autor afirma que, de uma maneira geral, ele pode variar entre 20.000 e 500.000 habitantes, e isso depende muito do ponto de vista e do contexto em que se insere o observador. Já a função urbana, na sua perspectiva, é transformada por “grupos locais ou regionais ou por interesse extra-regional” (CORRÊA, 2007, p. 24), que influenciam, por exemplo, a condição econômica, e orientam os perfis funcionais das cidades com base nos interesses de distribuição da produção industrial, independente se a cidade é ou não industrial, dado que o processo de industrialização impôs novos papéis à todas as cidades da rede urbana, tanto do Brasil como fora dele (SPOSITO et al., 2007). Quanto ao espaço intra-urbano, Corrêa (2007) afirma que é necessário ter como referência a complexidade que envolve toda a sua extensão, do centro à periferia, principalmente no que diz respeito a organização e divisão econômica da cidade, muitas vezes submetida à um processo de descentralização e segregação (CORRÊA, 2007). Isto posto, é preciso, então, em qualquer contexto de análise, considerar as intensas e velozes transformações que ocorrem no espaço urbano, e qualificar a cada momento o que se entende por cidade média, afinal ela é compreendida como um estado transitório, logo, uma cidade, um dia considerada cidade média, pode, num contexto de mudança destes fatores, não mais ser associada a essa categoria.

Seguindo tal entendimento, considerados aqui de maneira concisa, podemos declarar que, em um período de mais ou menos 40 anos, Macaé deixou de ser uma cidade de pequeno porte do interior do estado do Rio de Janeiro, cuja a importância econômica

e logística na região já era reconhecida, e passou a ser uma cidade média, com uma maior representatividade nacional, com estrutura urbana mais complexa, dinâmica e descentralizada, com uma população expressiva, que atualmente gira em torno dos 251 mil habitantes, e com funções distintas do período em que possuía uma economia agrícola, agora ainda mais atrelada ao mercado internacional, devido a importância da economia do petróleo. Contudo, até chegar à condição de cidade média, a área urbana de Macaé, hoje a área mais populosa do município, passou por intensas transformações, sobretudo, após o fim do monopólio da Petrobras na exploração do petróleo nacional. É esse processo de expansão da área urbana que buscaremos analisar a seguir.

Como vimos, o núcleo urbano da cidade de Macaé teve a sua origem na margem direita do rio homônimo, onde se estabeleceram os primeiros habitantes da região. Foi nessa localidade que se iniciaram as primeiras construções urbanas e suas ruas e avenidas começaram a ser traçadas, constituindo, assim, um centro habitacional e comercial. Entre as décadas iniciais do século XIX, período em que foi estabelecido o projeto de arreamento da Vila de São João de Macaé, e a primeira metade do século XX, o desenho desse centro urbano não sofreu consideráveis transformações, como pode ser observado na Figura 6. Ao contrário disso, a cidade cresceu de certa forma como havia sido projetada, com suas ruas e quadras regulares e em um ritmo típico de uma cidade interiorana cujas principais atividades econômicas eram agrícolas e a maior circulação de pessoas se dava na época de veraneio.



**Figura 6:** Aerofotografia da cidade de Macaé na década de 1956. Fonte: Geomacaé

Com a instalação da Petrobras em Imbetiba, a ocupação dessa região e do seu entorno se intensificou, devido ao intenso processo de migração em função da indústria do petróleo. Desde então, a população do município só aumentou, junto a concentração desta na área urbana, onde cresciam os investimentos nos setores industrial e de prestação

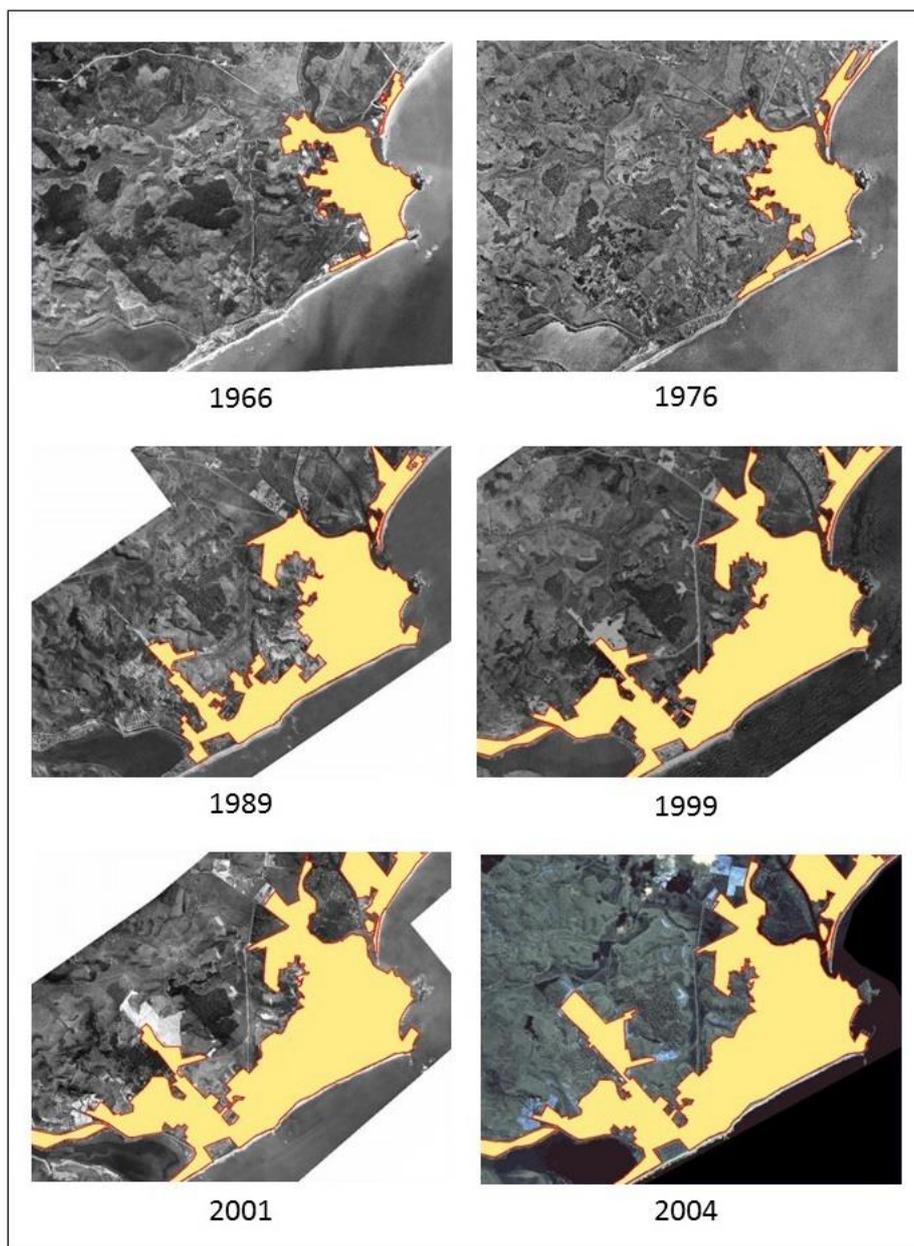
de serviços. Com isso, iniciou-se um processo de expansão urbana de uma área que antes crescia de forma mais organizada, mas passou a ampliar-se de maneira desorganizada.

Segundo Ramirez (1991), a expansão da área urbana de Macaé se deu ao longo dos principais eixos rodoviários da cidade, a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), onde se localizam o Parque dos Tubos, o Porto de Imbetiba e o Terminal de Cabiúnas, principais instalações da Petrobras, e a Rodovia Christino José da Silva Júnior (RJ-168), que dá acesso à Rodovia Governador Mário Covas (BR-101). O eixo de expansão mais antigo, que acompanha a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-116), possui dois sentidos, o sentido norte, que se dá na direção do Terminal Cabiúnas (Tecab), e o sentido sul, que se dá na direção do Parque dos Tubos. Este último, por sua vez, é considerado por Ramirez (1991), em seu período de análise, o mais dinâmico e ao mesmo tempo o mais problemático, visto a acelerada ocupação dessas áreas após a instalação da Petrobras, na década de setenta. De acordo com o autor, a falta de controle na aprovação e implantação de loteamentos produziu um padrão espacial caótico, com um sistema de arruamento pouco eficiente, cheios de ruas que não levam a lugar nenhum e áreas alagadiças. Além disso, algumas empresas instaladas nessas áreas realizaram o asfaltamento dos espaços de seu interesse, visto à falta de infraestrutura pública na região, e, por isso, contribuíram para o desenvolvimento desigual das vias de circulação urbana, que não solucionaram os problemas de mobilidade que cresciam junto à expansão da cidade (RAMIREZ, 1991).

Com o aumento da procura por terrenos nas áreas que acompanham o que podemos chamar de “eixo de expansão sul” da malha urbana de Macaé, antes destinadas a chácaras e a casas de veraneio, houve o aumento da especulação sobre os seus valores e, conseqüentemente, dos custos para empresas e/ou famílias se estabelecerem nessa localidade (RAMIRES, 1991). Isto, toda via, funcionou como um filtro que possibilitou apenas às famílias e/ou empresas de alto poder aquisitivo se fixarem nessas áreas e expulsou as famílias e/ou empresas de baixo poder aquisitivo para regiões menos valorizadas. Esse fato, junto ao incentivo do governo municipal e da própria Petrobras para a ocupação de outras áreas, contribuiu para o aumento da migração da população em outras direções, como a do eixo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-116) no sentido norte e a do eixo da Rodovia Christino José da Silva (RJ-168), no sentido oeste, na direção da região serrana. Esses dois eixos de expansão são, aqui nesse estudo, considerados os mais dinâmicos e os mais problemáticos da atualidade, visto que se direcionam para áreas em processo de valorização, de menor infraestrutura e maiores problemas de mobilidade e saneamento básico, ou seja, áreas onde há um menor investimento do governo municipal,

em todos os aspectos, e por isso é onde se concentram à maior parte da população considerada de baixo poder aquisitivo.

Esse processo de expansão urbana pode, então, ser observado por meio da evolução da ocupação das áreas do município pela população ao longo dos anos, conforme representa a figura a seguir.



**Figura 7:** Imagens da delimitação da área urbana de Macaé nos anos de 1966, 1976, 1989, 1999, 2000 e 2004. Fonte: SILVA, 2009.

Até o ano de 1974, ano em que foi descoberto o campo de Garoupa, o primeiro campo com volume comercial da Bacia de Campos, a população de Macaé era de aproximadamente 70.000 habitantes e cerca de 60% dela residia na cidade, cuja extensão

territorial era de aproximadamente 4.000 km<sup>2</sup>. Nesse período, segundo Baruqui (2004), os limites da área urbana do município não ultrapassavam o entorno do “centro histórico” e nem se distanciavam das proximidades do principal rio da cidade, como é possível observar na Figura 7. Bairros como Centro, Cajueiro, Aroeira, Imbetiba, Miramar, Visconde de Araújo, Praia Campista, Cavaleiros, Botafogo, Malvinas e Nova Holanda já existiam na época, assim como a ocupação na Ilha da Caieira, que atualmente pertence ao bairro Barra de Macaé, e os loteamentos do bairro da Glória, o único bairro, na época, que ficava um pouco mais afastado da “área central”, onde se concentravam a maior parte das prestadoras de serviços na cidade.

No final da década de oitenta e início da década de noventa, a cidade macaense ocupava uma área de aproximadamente 10.000 km<sup>2</sup>. Nela habitava cerca de 85% da população total do município, que segundo dados do IBGE girava em torno de 100.000 habitantes. Nesse momento, de grande crescimento populacional, viu-se o avanço da área urbana no sentido sul da região central, na direção da sede da Petrobras, em Imbetiba, e do Parque de Tubos, uma das outras duas instalações da empresa no município. Logo, em poucos anos, os sítios e as casas de veraneio, localizados nessa região, foram rapidamente substituídos por residências de alto padrão e empresas do setor *offshore* e de serviços no geral. Isso, por conseguinte, como já mencionamos, contribuiu para a valorização imediata de bairros como Praia do Pecado, Cancela Preta, Riviera Fluminense, Granja dos Cavaleiros, entre outros, que ascenderam junto com a indústria do petróleo (RAMIRES, 1991)

Já nos anos 2000, também houve um aumento do número de habitantes e da concentração da população na área urbana. Com base nos dados do IBGE, foi possível identificar que 95% dos residentes no município, ou seja, 95% de uma população de aproximadamente 132.000 habitantes, passaram a ocupar uma área de mais ou menos 17.000 km<sup>2</sup>. Nesse período, como já foi sinalizado, a cidade que crescia, sobretudo, na direção do “eixo de expansão sul”, experimentou um aumento relevante no número de migrações, mormente em outros sentidos, como também no número de investimentos, nacionais e internacionais, decorrentes das mudanças nas leis que regulavam a exploração do petróleo no Brasil. Assim, essa nova condição, impulsionada notadamente pela instalação e expansão da indústria petrolífera, provocou intensas mudanças na organização do espaço urbano.

Como destaca Jeronymo et al. (2017), a escolha de Macaé como sede logística *onshore* e *offshore* da Petrobras no Estado mudou consideravelmente a demografia do

município. O aumento da oferta de empregos era uma realidade, e ele ampliou os interesses de quem estava na fila de espera por oportunidades, entretanto, o autor destaca que aqueles que não eram especializados e não atendiam as demandas do setor petrolífero acabaram sendo absorvidos, a salários mais baixos, pelo comércio local, pela administração direta e indireta da prefeitura ou passaram a viver na informalidade.

Desse modo, sob essas condições, a cidade se viu inchada. O título de “Capital do Petróleo”, dado pela prefeitura, ampliou ainda mais a impressão que muitos tinham de Macaé como o “lugar das oportunidades” e isso fez com que mais pessoas migrassem para o município, algumas sem antes vislumbrar uma oportunidade de emprego, aumentando, assim, o mercado não-formal.

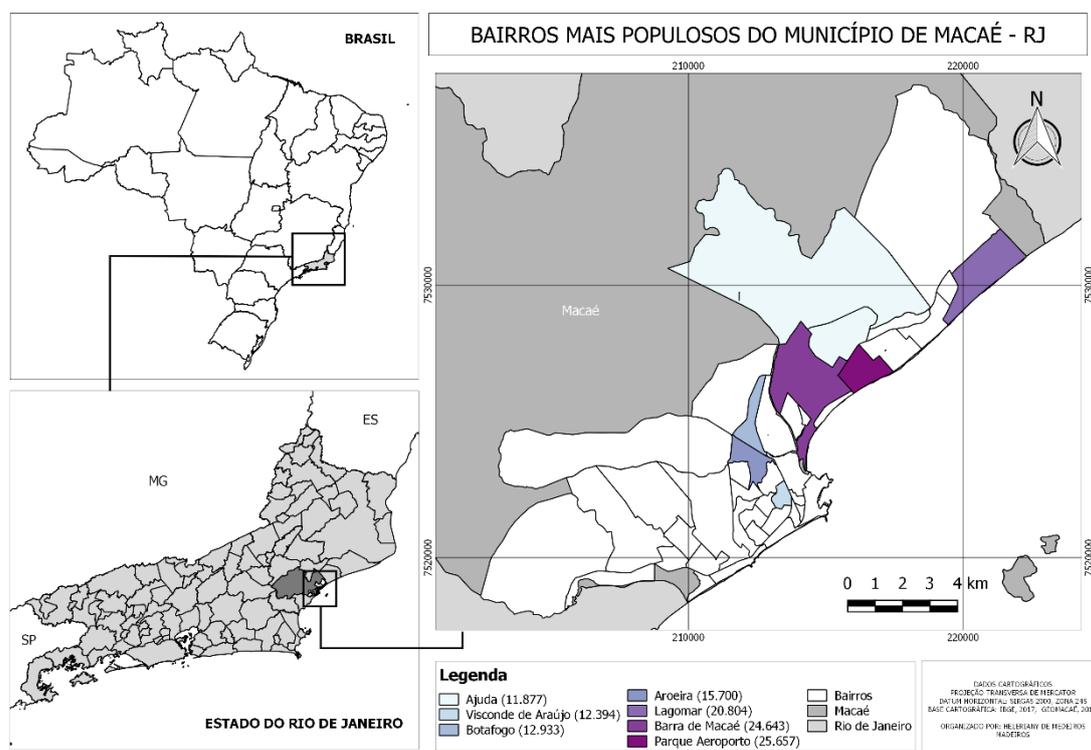
Com relação à população migrante, no ano de 2010 ela representava exatamente 42,6% dos habitantes do município (PMM, 2012), isto é, o equivalente a 88.066 habitantes. Deste quantitativo, 0,9% representavam migrantes de outros países, 76,4% representavam os migrantes naturais do Estado do Rio de Janeiro, enquanto que os 22,7% restantes representavam a parcela da população migrante vinda dos demais estados do Brasil. Esses dados, então, revelam que o fluxo migratório para Macaé ocorreu de forma acentuada dentro do próprio Estado, mas que, ainda assim, devido a sua representatividade no ramo do petróleo, a cidade recebeu muitos migrantes de diferentes localidades dentro e fora do país, como pode ser observado na Tabela 1.

<b>Origem da População Residente em Macaé no ano de 2010</b>	
<b>Lugar de Nascimento</b>	<b>População</b>
Nordeste	18.041
Norte	1.723
Centro-oeste	467
Sudeste	182.459
Sul	1.589
Brasileiros de área não especificada	1.657
Estrangeiros e naturalizados	792
<b>Total</b>	<b>206.728</b>

**Tabela 1:** População residente em Macaé por lugar de nascimento - ano de 2010. Fonte: IBGE.

Sobre a intensidade desse processo migratório, é possível dizer que uma das suas principais consequências foi o crescimento acentuado da malha urbana, especialmente no sentido norte e oeste da cidade, como podemos observar na Figura 7. Segundo o último senso do IBGE, em 2010, os oito bairros mais populosos da cidade, destacados no Mapa

2 e na Tabela 2, estão localizados nas áreas que percorrem, atualmente, os dois principais eixos de expansão urbana do município, mencionados acima. Não coincidentemente, a maioria deles são de ocupação recente, visto que muitos dos seus assentamentos, segundo o levantamento feito por Jeronymo et al. (2017), foram ocupados no período entre o final da década de 1980 e os anos 2000. Como consequência da rápida expansão urbana e da não absorção de toda a oferta de mão de obra pelo mercado petrolífero, muitos desses assentamentos, apropriados em sua maioria por uma população de baixa renda, ainda são irregulares e possuem serviços públicos deficientes e/ou inexistentes. Essa realidade, por tanto, corrobora com a nossa afirmação de que os eixos de expansão que seguem o sentido “norte” e “oeste” da cidade abrangem áreas com grandes problemas econômicos, sociais, estruturais, ambientais, entre outros, os quais iremos abordar mais à frente.



**Mapa 2:** Bairros mais populosos de Macaé no ano de 2010. Fonte: IBGE. Elaboração: Medeiros, 2019

<b>Bairros mais populosos de Macaé-RJ</b>		
Bairros	População	% em relação a pop. Total
Parque Aeroporto	25.657	12,41%
Barra de Macaé	24.643	11,92%
Lagomar	20.804	10,06%
Aroeira	15.700	7,59%
Botafogo	12.933	6,26%
Visconde de Araújo	12.394	6,00%
Ajuda	11.877	5,75%

**Tabela 2:** Bairros mais populosos de Macaé no ano de 2010. Fonte: IBGE

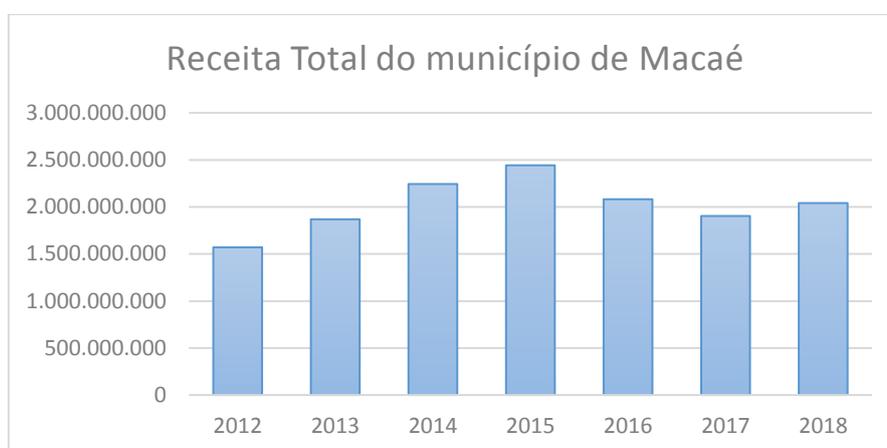
No tocante aos investimentos realizados na cidade durante esse período, não se pode dizer que, assim como a população, ele expandiu em várias direções. Pelo contrário. Com o aumento do número de operadoras internacionais, prestadoras de serviço no setor de óleo e gás, e de seus investimentos na exploração do mercado local, as decisões tomadas pelo governo municipal passaram a ter a justificativa de atender o desenvolvimento econômico do país e os interesses na exploração do petróleo e seus derivados (JERONYMO et al., 2017). Isso, de certa forma, direcionou o olhar dos gestores e os recursos públicos para os setores e as áreas mais privilegiadas da cidade, onde habitam e investem os empresários e os trabalhadores do ramo petrolífero. Como consequência, os investimentos em infraestrutura no município se deram de forma isolada, e a parcela da população que residia em bairros menos nobres e mais distantes desse “centro privilegiado”, passou a sofrer com a desassistência e a sobreviver à margem do “desenvolvimento” econômico, que é “marketing” do município.

Diante disso, é importante destacar que tanto o crescimento populacional quanto o aumento dos investimentos no setor petrolífero, especialmente nos anos 2000, colaboraram, entre outras coisas mais, com o processo de segregação espacial urbana – tema importante, o qual também iremos discutir mais à frente – como também com a formação de novos núcleos de atividades, mais distantes do centro da cidade, os quais representam um processo de descentralização e reestruturação do espaço intra-urbano de Macaé.

Atualmente, segundo a estimativa do IBGE, Macaé possui uma população de aproximadamente 251.000 habitantes, e cerca de 98% desta, ocupa uma área de 141.856 km<sup>2</sup>, isto é, o equivalente a 12% do seu território. Esta população, apesar do constante crescimento observado ao longo dos anos, apresentou no período entre 2010 e 2018, uma retração na sua curva de crescimento (Gráfico 5). Esta retração pode ser atribuída às

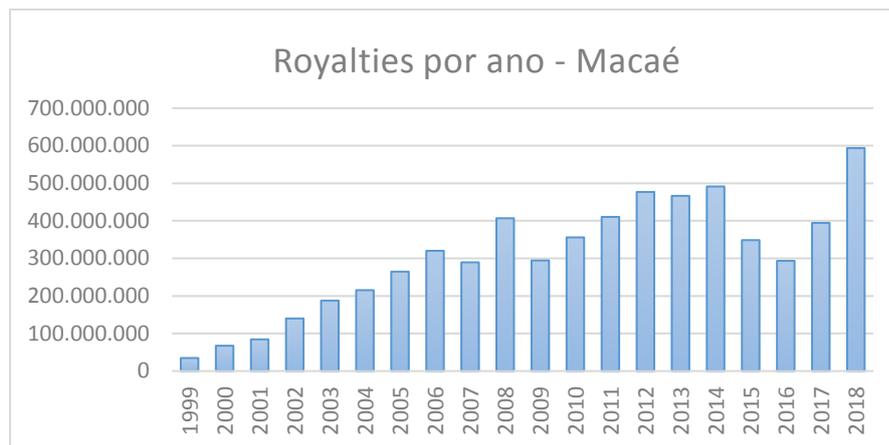
dificuldades em questões políticas e macroeconômicas enfrentadas nesse interim, que culminaram no desaquecimento do mercado do petróleo.

Como efeito das mudanças ocorridas no cenário do óleo e gás, ocorreram algumas variações, especialmente no quadro econômico do município. Uma dessas variações foi no quantitativo da receita municipal, que não supreendentemente, é fortemente atrelada às atividades do setor *offshore*, isto é, aos repasses advindos da exploração dos campos de petróleo e gás natural na região. Por essa razão, a arrecadação do município sofreu uma queda dos seus valores, sobretudo nos anos de 2016 e 2017, como pode ser observado no gráfico a seguir.



**Gráfico 6:** Receita total do município entre os anos de 2012 e 2018. Fonte: Prefeitura de Macaé

De acordo com os relatórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os anos de 2015, 2016 e 2017 apresentaram uma redução do repasse de royalties para o município, diferente dos patamares observados entre os anos de 2010 e 2014, onde os valores mostram uma ascensão da curva de crescimento desse índice (Gráfico 7). Se compararmos os gráficos que representam a receita total do município nos últimos anos e os repasses dos royalties, é possível, então, notar uma grande correlação no ciclo de queda. Dito isso, torna-se fundamental entendermos a influência da indústria do petróleo na economia do município, como também, no seu processo urbanização.



**Gráfico 7:** Total de royalties repassados (por ano) para o município de Macaé, entre 1999 a 2018. Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Como já foi abordado anteriormente, o desenvolvimento do setor petrolífero no município contribuiu para o aumento do contingente de pessoas na sua área urbana; esse aumento, em contrapartida, ampliou a demanda por espaço, habitações, serviços e infraestrutura. Com a expansão dos fluxos, ou seja, da circulação de mercadoria e gente, cresceu-se a necessidade por reformulações e maiores investimentos na cidade por parte do Estado, bem como, por planejamento, para que houvesse, assim, uma manutenção da lógica urbana que se tornava cada dia mais complexa. Contudo, não surpreendentemente, o crescimento acelerado e desorganizado da cidade gerou inúmeros problemas, como a ampliação do processo de segregação espacial, a apropriação de áreas de risco, o uso predatório do litoral, entre outras mazelas que uma ocupação industrial sem planejamento acarreta nos locais em que se fixa, dificultando, assim, o processo de gestão urbana. Uma questão importante a ser destacada é que apesar de Macaé “viver uma realidade de finanças públicas oposta à do conjunto dos municípios brasileiros, em função do recebimento de rendas petrolíferas” (PIQUET; SERRA, 2007 p. 179), o governo não conseguiu conter as consequências negativas do crescimento da sua área urbana. Logo, uma “crise” no setor petrolífero, acompanhada da redução dos repasses de royalties ao Estado pode, assim, dificultar a gestão desses problemas, e mais do que isso, ampliá-los, gerando uma maior taxa desemprego, uma menor circulação de dinheiro, mais ocupações irregulares, maior degradação ambiental, maior inadimplência e outros inúmeros fatores que mesmo que tentássemos não conseguiríamos esgotar nessa análise.

Assim sendo, entende-se que a influência desse setor na organização da cidade justifica o acelerado e conturbado crescimento urbano de Macaé, que se deu na mesma velocidade do avanço econômico, do grande aumento populacional, do surgimento de diferentes núcleos urbanos, da concentração de renda e a ampliação das desigualdades

sociais, evidenciando o emaranhado complexo que alterou, consideravelmente, a dinâmica e a configuração da geografia local.

Cientes agora da problemática que envolve a questão da expansão urbana de Macaé, vamos, na sequência, analisar a participação dos principais agentes sociais nesse processo, que fez dela um ponto funcional da rede urbana norte fluminense, uma cidade (média) de grande representação para a economia nacional e internacional.

### **3. CAPÍTULO II – AGENTES SOCIAIS: OS PRINCIPAIS ATORES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MACAÉ**

Os agentes sociais, como vimos, são os atores responsáveis pelas ações que determinam a reprodução do espaço urbano, isto é, são os ditos transformadores do meio. Logo, a cidade é vista como o resultado das suas práticas ao longo do tempo. Investigar, então, os principais agentes sociais em atuação no espaço urbano de Macaé torna-se uma via para a compreensão da sua realidade heterogênea, que se constituiu nesses mais de 200 anos de existência. Assim sendo, vamos aqui analisar como esses agentes influenciam e influenciaram a produção do espaço urbano macaense, que teve o seu início marcado por um período onde a economia era essencialmente agrícola, mas se desenvolveu sob um panorama distinto, o qual a exploração do petróleo e gás natural são os principais fomentadores econômicos, e a grande aposta para o desenvolvimento industrial de um Brasil que outrora dependeu totalmente da importação de combustível de outros países do mundo. Para isso, utilizaremos as definições de agentes sociais desenvolvidas por Roberto Lobato Corrêa na obra “Espaço Urbano”, publicada pela editora Ática no ano de 1989.

Mesmo conscientes que a chegada da Petrobras foi um marco no desenvolvimento econômico e urbano do município e que a indústria do petróleo transformou a realidade de toda a Região Norte Fluminense, é importante destacar que outros agentes agiram nesse complexo emaranhado urbano e contribuíram para a sua organização, ou desorganização. Contudo, não podemos dizer que estes outros agentes não coexistem, ou coexistiram, sob a influência do setor petrolífero e, especialmente, da Petrobras, no período pós década de setenta, mas que constituem um nicho mais amplo, além daquele que compreende a lógica da maior empresa estatal de economia mista do Brasil e do setor industrial que (ainda) é o de maior pujança do país.

Sendo assim, sabendo um pouco da história de Macaé, podemos considerar que houve três períodos marcantes no processo de desenvolvimento do seu centro urbano. O

primeiro, que vai desde a sua constituição como Vila até a chegada da Petrobras, na década de setenta. O segundo, que compreende o período entre a década de setenta e a edição da Lei do Petróleo, em 1997. E o terceiro, que vai desde 1998, ano de abertura comercial do mercado petrolífero no país para exploração internacional, até os dias atuais. Este último período, por ser, de acordo com os dados levantados nesse estudo, o período de maior crescimento da população, maior migração urbana, maior número de investimentos públicos e privados, maior arrecadação de royalties e participações especiais, maior PIB, entre outros índices, os quais ainda iremos investigar, terá a nossa atenção investigativa. Em outras palavras, por ser um período de grandes fluxos – especialmente econômicos e populacionais – na cidade, nós iremos analisar, nessa seção, os agentes que, nesse interim, de 1998 aos dias de hoje, mais contribuíram para o processo de expansão urbana de Macaé.

### **3.1. OS PROPRIETÁRIOS DOS MEIOS DE PRODUÇÃO**

Os proprietários dos meios de produção, de acordo com Corrêa (1989), são os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais. Os primeiros, os proprietários industriais, são aqueles agentes que detêm um conjunto de atividades econômicas cuja finalidade é a manipulação e a exploração de matérias primas e/ou fontes energéticas, bem como a transformação de produtos semiacabados em bens de consumo ou bens de produção. Já as empresas comerciais, são aquelas que têm por fim a responsabilidade da compra e/ou venda de produtos ou serviços, por meio da troca comercial.

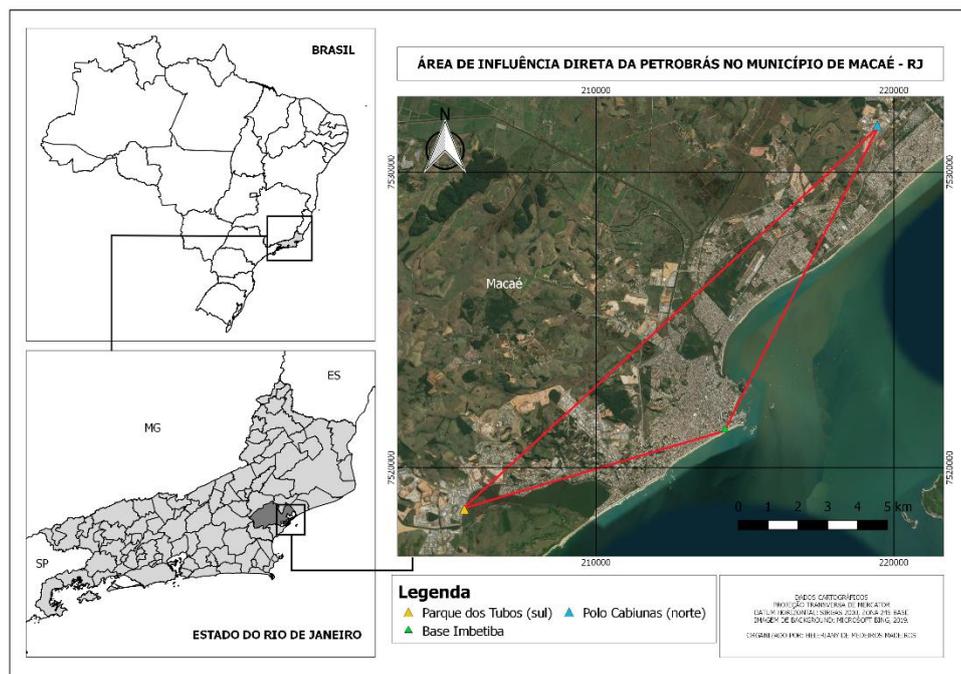
Em razão da dimensão de suas atividades, esses agentes são grandes consumidores de espaço (CORRÊA, 1989). Por esse motivo, eles geralmente se fixam em áreas acessíveis, que satisfazem seus requisitos locacionais (e financeiros), ou seja, que possuam uma boa localização, grandes dimensões e um bom custo benefício. Em vista disso, podemos considerar que as áreas industriais e/ou comerciais são comumente as áreas de melhor circulação e infraestrutura de uma cidade, ou seja, são áreas próximas a estações ferroviárias, portos e centros de distribuição, os quais, algumas vezes, são construídos para este fim, outras vezes são reaproveitados pelo setor, como foi o caso de Macaé.

De uma forma ou de outra, é importante destacar que a organização do espaço urbano se encontra fortemente afetada pelas decisões e estratégias dos proprietários dos meios de produção, em geral das grandes empresas industriais e de serviços (CAPEL,

1974), e é por esse motivo que Corrêa (1989) endossa o discurso de que são esses os agentes que comandam a vida econômica e política de suas regiões, visto que, além de (muitas vezes) não obedecerem as leis de zoneamento da cidade, eles afetam de maneira significativa e direta toda a produção do espaço urbano.

De acordo com Souza (2009), as indústrias e empresas comerciais, por motivos logísticos, econômicos e de infraestrutura, em geral se organizam de forma aglutinada em determinadas áreas da cidade. Tal acontecimento, determina o que ele chama de Arranjo Produtivo Local (apud LOUREIRO, 2014). Este Arranjo Produtivo Local tem o poder de influenciar não só a organização urbana do município, como também as ações dos agentes sociais na cidade, uma vez que, no espaço capitalista, são os seus interesses (os interesses das grandes corporações especialmente) – que servem ao propósito do capital –, que orientam as ações e os conflitos entre os atores na sociedade.

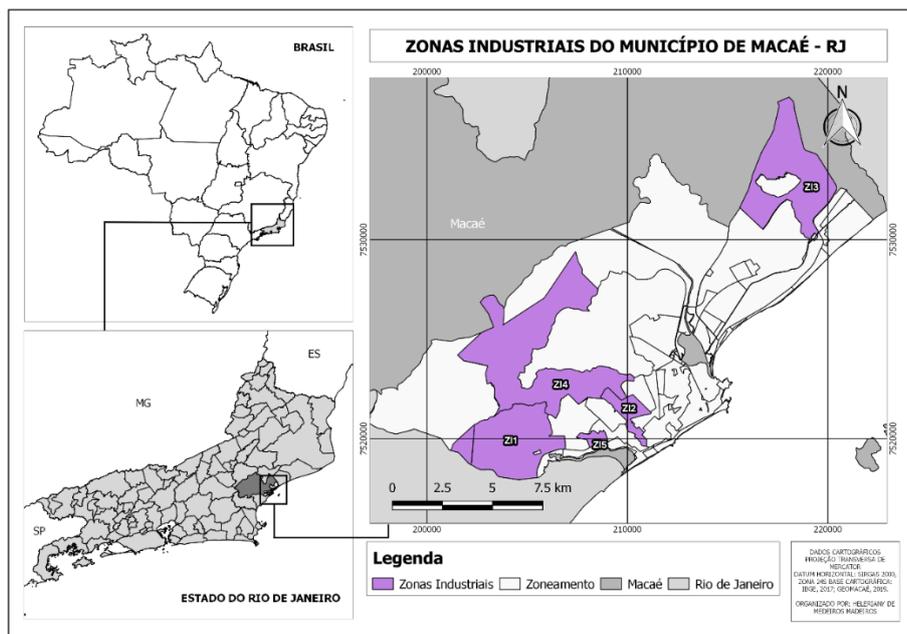
Segundo os dados mais atualizados do IBGE, existem cerca de 6.000 empresas, nacionais e estrangeiras, de diversos setores e tamanhos, atuando no município de Macaé. Contudo podemos destacar aqui que as que possuem maior influência na produção do espaço urbano são as que compõe e/ou servem à indústria do petróleo. Desde que chegaram no município, elas vêm causando um impacto enorme, influenciando, além da migração, da economia e a da gestão municipal, a disposição organizacional da cidade, que cresceu nas direções das principais sedes de uma das empresas do setor, que é a Petrobras. Dito isso, podemos dizer que o Arranjo Produtivo Local, em Macaé, se deu em função das instalações desta companhia, conforme apresenta o Mapa 3.



**Mapa 3:** Destaca a área de influência da Petrobras na Zona Urbana de Macaé. Elaboração: Madeiros, 2019.

De acordo com o zoneamento da cidade, estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2010, que dispõe sobre o Código de Urbanismo do município de Macaé, e foi alterada pelas as Leis Complementares nº 226/2013 e nº 274/2017, existem na sua área urbana cinco zonas industriais, pontuadas no Mapa 4:

- A **Zona Industrial 1 (ZI-1)**, que está localizada no extremo sul do município e compreende o bairro de Imboassica e o Parque de Tubos, uma das instalações da Petrobras;
- A **Zona Industrial 2 (ZI-2)**, que abrange o bairro Novo Cavaleiros, localizado também na Zona Sul da cidade, próximo ao Porto e sede da Petrobras, que ficam no bairro de Imbetiba, mas que não estão inseridos na Zona Industrial, e sim na Zona de Uso Institucional;
- A **Zona Industrial 3 (ZI-3)**, que está localizada no extremo norte do município e abarca o bairro Cabiúnas, onde se encontra o Tecab (Terminal Cabiúnas), também uma das instalações da Petrobras;
- A **Zona Industrial 4 (ZI-4)**, que se encontra nas proximidades do entroncamento da Rodovia Estadual Christino José da Silva Júnior (RJ 168) com a Estrada Municipal Santa Tereza; e
- A **Zona Industrial 5 (ZI-5)**, localizada próxima ao cruzamento da Rodovia Amaral Peixoto com a Rodovia Municipal Norte Sul.



**Mapa 4:** Destaca as Zonas Industriais do município de Macaé. Fonte: PMM. Elaboração: Madeiros, 2019.

Se analisarmos a ocupação urbana da cidade, podemos afirmar que a disposição dessas áreas industriais não foi fruto de um planejamento urbano municipal, longe disso. Elas foram, pois, influenciadas pelas instalações da Petrobras e das empresas do setor *offshore*, que já no final da década de setenta e início da década de oitenta prestavam serviços para a estatal e, por isso, necessitavam se fixar nas proximidades da sua sede, em Imbetiba. Como a região do centro se tornou muito valorizada e fortemente ocupada, as empresas buscaram, então, se instalar em outra área, com terrenos maiores, melhor custo benefício e próxima à região do Porto. À vista disso, deu-se início a ocupação do bairro Novo Cavaleiros, que hoje compreende a Zona Industrial 2. Não obstante, é importante ressaltar que, nesse mesmo período, foi criada uma área destinada à instalação de empresas do setor petrolífero, o Distrito Industrial da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), localizado nas proximidades do Tecab, no norte do município, onde hoje se encontra a Zona Industrial 3. No entanto, para a maioria das companhias que atuavam na cidade, tal localidade era distante da sede e do Porto da Petrobras, então, por questões logísticas, ela acabou não tendo muita adesão (RAMIRES, 1991).

Sobre a porção norte da cidade, Ramires (1991) aponta que devido aos objetos geográficos lá construídos, tais como o aeroporto, a estação de bombeamento de Cabiúnas, o próprio Distrito Industrial e o terminal de dutos, ela deveria apresentar um “padrão” de ocupação predominantemente industrial, no entanto, isso não aconteceu. O

que na verdade foi registrado foi uma tendência do avanço do uso residencial, motivado especialmente pelo aumento da migração de uma população de baixa renda (com pontuais exceções de migrantes com renda mais elevada). Diante disso, é possível destacar que junto ao processo de expansão urbana nessa direção do município surgiu também um processo de segregação que, de acordo com Corrêa (1996), acarreta uma tendência de organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade social externa. Isto é, a expansão do eixo norte da cidade, além de ampliar a área urbana do município, provocou um fenômeno que ocasiona o surgimento de áreas que tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional, etnia, migração, entre outras coisas. Logo, as diferenças sociais entre estas áreas uniformes se dão essencialmente por meio da capacidade que cada grupo social tem de adquirir sua residência, ou seja, pelo seu poder de compra. Por esse motivo, Corrêa (1997) argumenta que “a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução e a produção de residências em uma sociedade capitalista” (CORRÊA, 1997, p. 80). Sendo assim, podemos dizer que a região norte do município nunca teve uma ocupação predominantemente industrial, como foi desejado pelos gestores públicos, mas sim uma ocupação mista, motivada pela expansão residencial das “classes populares”, que foram “expulsas” das áreas mais valorizadas do centro urbano.

No outro extremo cidade, na região sul do município, a Petrobras instalou a sua terceira unidade em Macaé, o Parque de Tubos (PT). Com o objetivo de receber, armazenar, reparar e enviar materiais e equipamentos para a construção de poços marítimos, a base fora situada em uma área ampla, favorável à circulação de veículos de grande porte e relativamente “próxima” ao Porto da Petrobras, onde os produtos são transportados para as plataformas de exploração e produção *offshore*.

Segundo Ramires (1991), a justificativa da companhia para o não cumprimento das diretrizes governamentais, no que se refere à construção da sua base fora da área destinada às instalações industriais no norte do município, foi a falta de uma infraestrutura rodoviária que viabilizasse a rápida circulação de veículos de carga entre o núcleo, que seria instalado no Distrito Industrial da CODIN, e a região portuária, localizada em Imbetiba, uma vez que o percurso entre essas duas localidades exigia (na época) a passagem pelas vias estreitas e de difícil circulação dos bairros do centro da cidade. Dessa forma, a fim de facilitar o transporte dos seus equipamentos, a Petrobras buscou se instalar

em uma área que atendesse seus principais requisitos, indo de encontro, assim, com o planejamento e ordenamento municipal.

Isto posto, é importante evidenciar que a construção do Parque dos Tubos estimulou a instalação de várias empresas do setor petrolífero na localidade, sobretudo as de caráter mais técnico; e a aglutinação dessas companhias – nacionais e internacionais – contribuiu para que a área fosse definida, no Código de Urbanismo do município, como zona industrial. Portanto, fica evidente que as “aspirações” das empresas prestadoras de serviço *offshore* e, especialmente, da Petrobras, prevaleceu sobre a tentativa de organização do espaço realizada pelos órgãos públicos.

Nota-se, também, o tamanho da influência deste setor quando, com o aumento da demanda por espaço industrial, são criadas, no ano de 2013, mais duas zonas destinadas a esse fim, a ZI-4 e a ZI-5. Estas áreas, desde então, seguem recebendo diferentes companhias e investimentos à medida que as propostas de desenvolvimento do setor petrolífero se renovam junto às possibilidades de ampliação dos lucros.

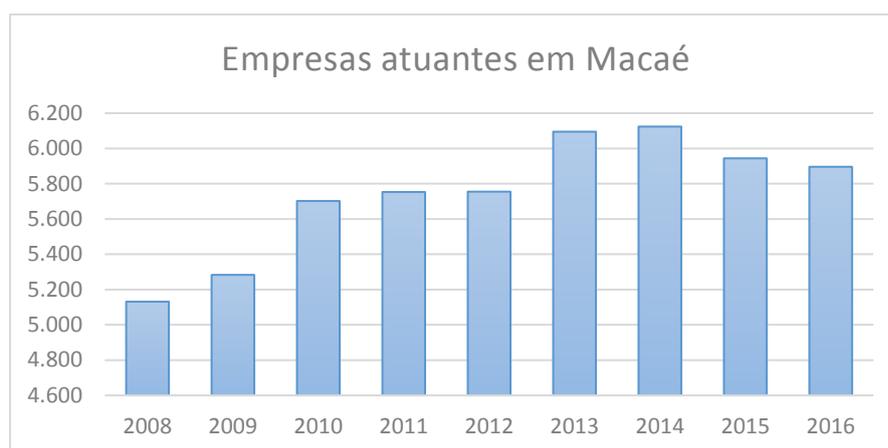
Nesse contexto, torna-se importante destacar que consoante com a implantação da sede da estatal em Imbetiba nos anos setenta e posteriormente – após a quebra do monopólio da Petrobras – a fixação de grandes corporações internacionais como Halliburton, Schlumberger e Baker Hughes na região do Novo Cavaleiros e de Imboassica, veio a reboque, como já havíamos sinalizado, a valorização imobiliária do eixo centro-sul da cidade. Com esta, veio também o aumento da concentração de uma população de médio e alto poder aquisitivo (nessa área), a ampliação da rede comercial local (com a vinda de importantes empresas do segmento varejo como Walmart, Extra e Lojas Americanas) e, também, o desenvolvimento do setor hoteleiro, principalmente em função do turismo de negócios, representado pelo advento de redes estrangeiras como Íbis e Hyatt. Dessa forma, podemos dizer que os proprietários dos meios de produção vinculados à indústria petrolífera em Macaé ditaram (e ainda ditam) os rumos de sua expansão, servindo como um atrator de investimentos e pessoas para a região.

De acordo com Barbosa e Silva (2017), a reconhecida “especialização produtiva do petróleo de Macaé gerou uma rede de serviços e comércios também dependentes dessa atividade” (BARBOSA; SILVA, 2017, p. 4), isto é, a especialização no setor *offshore* influenciou fortemente, e em um prazo relativamente curto, todo o arranjo produtivo da cidade. Posto isso, podemos dizer que essa indústria, que representa a essência do capitalismo moderno, desenvolvimentista, e influencia a produção do espaço urbano capitalista, contribui diretamente para a constituição de uma realidade interdependente,

complexa e socialmente diversa, que, não obstante, se apresenta vulnerável às conjunturas de um mercado, altamente globalizado, cuja as ordens são produzidas em países centrais (BARBOSA; SILVA, 2017).

Se levarmos, então, essa análise para além do plano econômico, vamos notar que a indústria que movimenta a cidade, em vários sentidos, especialmente o comercial, e contribui para a sua expansão, é dependente de volatilidades externas; logo o espaço urbano de Macaé, e toda a sua problemática, está condicionada aos acontecimentos estrangeiros, além dos locais.

Sob um mercado aquecido, com o preço do barril do petróleo em alta e os campos de produção *offshore* livres para exploração internacional, a cidade de Macaé viu florescer um comércio pujante. Durante o período de 1996 a 2002, o Cadastro Nacional de Empresas do IBGE apontou um crescimento 10,84%, do número de empresas operando no município (OLIVEIRA, 2008). Já entre os anos de 2008 e 2014, de acordo com a mesma fonte, o número de empresas atuantes na cidade cresceu cerca de 19%.



**Gráfico 8:** Número de empresas atuantes no município de Macaé entre 2008 e 2016 Fonte: IBGE

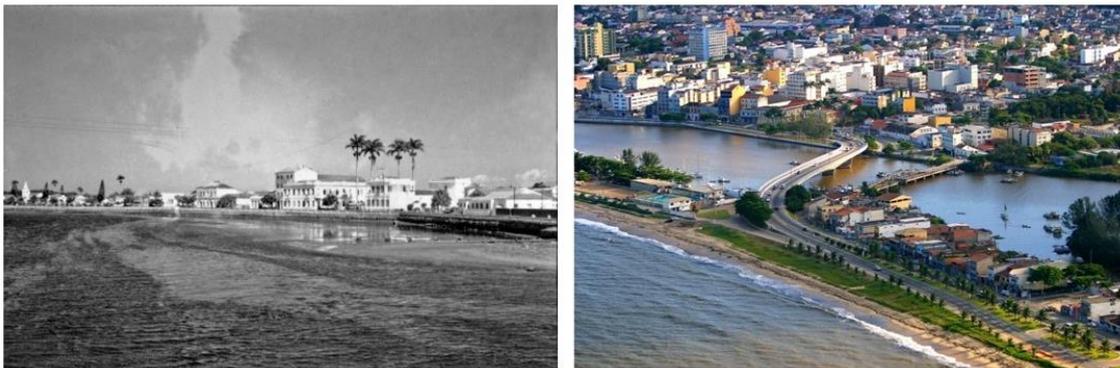
Como podemos observar no gráfico supracitado, até o ano de 2014 o número de empresas atuantes no município obteve um crescimento constante. Na medida em que os anos foram se passando, elas foram se instalando, sobretudo, entre a região do centro, que outrora fora residencial, mas hoje possui uma ocupação mista e por isso ela está inserida numa Zona de Uso Diversificado, e a Zona Sul, onde se constituíram os principais aglomerados industriais da cidade, que se localizam nos bairros Novo Cavaleiros e Imboassica, e onde se concentram a maior parte dos hotéis da cidade. Dessa maneira, as empresas nacionais, internacionais, de pequeno, médio ou grande porte, foram aos poucos ocupando os espaços da cidade e alterando o seu traçado urbano.

Esse aumento do número de empresas na cidade no final dos anos 90 e início dos anos 2000 se deve a expansão do setor petrolífero e o aumento da produção na bacia de campos, a partir da exploração da Petrobras, mas também de outras operadoras internacionais de grande atuação no mercado mundial. Dessa forma, podemos destacar que esse foi o período de maior produção de óleo e gás na região, o qual chegou a atingir cerca de 80% da produção do petróleo nacional (MARTÍN, 2019). Como efeito, houve um aumento da demanda de pessoal especializado para atuar no setor offshore, um aumento do número de migrantes na cidade e, também, uma expansão no setor de serviços, especialmente em torno dessa atividade. Assim, toda essa trajetória acarretou mudanças notáveis na lógica da cidade, que logo passou a ser vista mundialmente como uma área de exploração offshore, a qual matinha, em águas profundas, uma rara riqueza. Isso, sem dúvida, como podemos perceber ao analisar os dados levantados nesse estudo, ampliou as possibilidades, assim como, as alterações no espaço urbano de Macaé, que rapidamente viu a substituição da indústria agropecuária pela indústria do petróleo, que é uma das principais *commodities* negociadas no comércio internacional.

Não obstante, nos anos de 2015 e 2016 houve uma pequena redução do número de empresas comparado ao ano de 2014. Isto é, mais de 200 instituições fecharam ou saíram do município nesse período. O motivo, claro, está associado a crise na cadeia produtiva do petróleo, desencadeada por questões políticas (nacionais) e econômicas (internacionais), as quais nós já apontamos no capítulo anterior. Assim, como consequência deste cenário, ocorreram muitas demissões em Macaé. Segundo dados do Ministério do Trabalho (MT), foram mais de 7.500 trabalhadores desempregados no setor de serviços e na construção civil só no ano de 2015. Nesse mesmo período, os hotéis relataram um aumento no número de demissões e uma queda no índice de ocupação que chegou a atingir 85%. Além disso, o comércio também sofreu muitas perdas. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), vinculado ao MT, entre janeiro de 2015 e março de 2017 mais de 14.000 trabalhadores perderam seus empregos, muitos em função da redução do quadro de funcionários das lojas ou do seu fechamento. Esses dados vêm, então, corroborar com a afirmação de que toda a economia do município é fortemente dependente do comércio do petróleo e de que as grandes empresas desse setor possuem bastante autoridade sobre o espaço que ocupa, a ponto de mudar rapidamente a realidade econômica, política, social, cultural e ambiental, como de fato ocorreu (MARTÍN, 2015; KUPFER, 2017).

Sobre essa influência dos proprietários dos meios de produção, Corrêa (1989) enfatiza que ela domina também o processo de resoluções de conflitos. Segundo o autor, em princípio, os conflitos que emergem no espaço são resolvidos a favor desses agentes, visto que, como já foi destacado, no capitalismo, são eles que comandam a vida econômica e política. Por esse motivo, os proprietários dos meios de produção realizam pressões junto ao Estado, bem como a outros agentes sociais, para, assim, obter suas necessidades comerciais e logísticas atendidas. Uma das “requisições” destes agentes refere-se a questão da infraestrutura e isso nós podemos perceber no caso de Macaé. As áreas onde se instalam as grandes empresas do setor offshore são as áreas de melhor infraestrutura da cidade, principalmente no que se refere a acessibilidade, ao abastecimento de água e energia e ao fornecimento de serviços. Esta infraestrutura, logo, influencia na valorização dos bairros da região, marcada pela verticalização e por condomínios de luxo, com preços inacessível à moradores de renda baixa e a investidores locais, donos de pequenas mercearias e minimercados, que acabam sendo induzidos a se fixarem em áreas mais baratas e com menor infraestrutura.

Por conseguinte, não há dúvidas de que as grandes corporações localizadas no município “motivaram” a ampliação urbana, direcionando para longe ou para perto de suas sedes os novos empreendimentos (e a nova população) atraídos pelo discurso da terra de oportunidades que alimentava o sonho da “capital do petróleo”. No entanto, as oportunidades sempre foram destinadas às empresas e a quem, sob as condições e a regência da indústria do petróleo, consegue (sobre)viver. Por isso, permanecer na cidade de Macaé, rapidamente, se tornou um desafio para (alguns) migrantes e locais. Muitos dos que aqui já viviam relatam que não a reconhecem mais e que a cidade já não tem o mesmo e regular traçado, o qual podemos observar na Figura 6. Há algum tempo ela, diariamente, se refaz em uma ultra velocidade, sob os ditos de um mercado externo (oscilante) e *sub judice* da lógica capitalista (Figura 8). Já não é possível controlar seu crescimento, ou melhor, já não é possível controlar a influência eferescente das grandes corporações do petróleo na região, pois o espaço, desordenado e em expansão, “já é delas”.



**Figura 8:** Vista para a Rua Presidente Sodré, localizada no centro de Macaé nos anos de 1958 e atualmente. Fonte: IBGE e PMM.

Como já destacamos nessa se o, as linhas da cidade acabaram por seguir as instala es de uma das empresas mais valiosas do Brasil, que   a Petrobras, responsável, mormente, pela mudança no cenário econômico de Macaé e por fazer dela um foco de atra o de investimentos internacionais. Nos tempos atuais, após o momento de crise vivenciado pelo setor e, conseqüentemente, por toda a cidade, a estatal ainda continua influenciando a economia e a área urbana do município, juntamente com companhias como a Shell, Chevron, Statoil, HRT O&G e OGX que, segundo dados da ANP, operam atualmente na Bacia de Campos, e multinacionais, que prestam serviços *offshore*, como a Halliburton, Schlumberger, Baker Hughes, Weatherford, Braskem, Gyrodata, National Oilwell Varco, Elfe, entre outras não citadas. Estas organiza es têm sido, sem d vida, especialmente nos últimos vinte anos, os principais agentes proprietários dos meios de produ o atuando no espaço urbano do município. São elas que movimentam uma economia de bilhões dólares, fazem circular centenas e milhares de pessoas pela cidade, determinam a localiza o de suas bases, agitam o comércio e pressionam outros agentes e membros da sociedade civil em uma série de conflitos, como, por exemplo, os que surgiram em torno da cria o do Terminal Portuário de Macaé, o Tepor.

De acordo com Santo (2017), em conseq ncia do aumento da demanda da indústria *offshore* (no período anterior   crise vivenciada pelo setor) e da necessidade de impulsionar a economia em torno dessa atividade, a Petrobras, que em 2006 anunciou a descoberta de ricas jazidas de petróleo na região do pré-sal, suscitou, junto às institui es públicas, a proposta de emplacar um projeto de cria o de novos terminais marítimos no litoral do Rio de Janeiro. Em vista disso, após alguns estudos de viabilidade e disputas políticas, nasce o plano do Terminal Portuário de Macaé, o Tepor, cujo objetivo   compor um centro logístico para atender as demandas de suprimentos de toda a cadeia de Petróleo e Gás da região (TEPOR, 2014), dado que, na atualidade, o porto de Imbetiba, apesar da

sua explícita importância para o setor, se encontra sobrecarregado e apresenta algumas limitações quanto a circulação de grandes embarcações e a profundidade dos calados (MEIRELLES, 2018).

Logo, diante do gradativo aumento da exploração das reservas do pré-sal e a expectativa de superar de uma vez por todas a crise do setor a partir da ampliação da produção de petróleo no país, o porto seria, então, fundamental pois, além de atender as demandas da indústria petrolífera, ele estimularia a criação de vagas de empregos na cidade, direta e indiretamente ligados à exploração *offshore* e aumentaria a arrecadação de impostos, o que, certamente, contribuiria para o aquecimento do mercado petrolífero (e local), fazendo com que os índices de crescimento de outrora voltassem a ser uma realidade. Essa, no entanto, é uma visão parcial e superficial do processo, defendida pelos agentes que sustentam a implantação do terminal portuário na cidade, afinal, sabe-se que há outras consequências, inclusive negativas, que abrangem a construção do empreendimento, mas que são minimizadas em favor do cumprimento das aspirações dos agentes que “detém o poder”, como, por exemplo, os impactos ambientais ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba que não se encontra como área de influência direta nos relatórios de impactos ambientais do empreendimento, mas que, devido à proximidade da área destinada à construção porto, poderá sofrer graves perturbações na sua flora e fauna, até então, preservada.

Aprofundar, portanto, essa discussão não é o nosso objetivo aqui. Queremos unicamente destacar a influência da Petrobras e dos demais agentes da indústria do petróleo na agenda e nos projetos municipais. A construção do terminal portuário na cidade, que conta com o apoio da classe política, de parte da população e de empresários de vários setores, gerou muitos conflitos, e apesar de causar numerosos impactos, tanto nos meios físicos, bióticos e socioeconômicos como no meio urbano, suas consequências ainda são subestimadas pela ideia de desenvolvimento da cidade. Dessa forma, devido a posicionamentos políticos (de várias instituições, públicas e privadas) e a influência dos agentes do petróleo na negociação, é possível que a construção do Tepor (muito em breve) se concretize. Caso isso aconteça, afetará, substancialmente, a organização do espaço, sobretudo na região norte do município, onde provavelmente o terminal será instalado, e evidenciará, mais uma vez, o poder que os agentes sociais do petróleo possuem no processo de expansão urbana da cidade.

### 3.2. ESTADO

O Estado, cuja as ações se processam em três níveis político-administrativos e espaciais, o federal, o estadual e o municipal, é um agente social que contribui de forma decisiva para a produção do espaço urbano, agindo como “árbitro” (oficial) dos conflitos e contradições que surgem entre os diferentes agentes sociais no espaço (CAPEL, 1974; CORRÊA, 1989). Segundo Corrêa (1989), a atuação deste agente, tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço e tem comumente reproduzido a dinâmica da sociedade em que ele é parte constituinte. Dessa forma, em determinados momentos, o Estado pode “atuar” como um grande industrial, consumidor de espaço, proprietário fundiário e até promotor imobiliário, sem, no entanto, deixar de lado, ao menos hipoteticamente, o seu papel de agente regulador do solo, cuja função, como já frisamos, é superar as incongruências que surgem entre os atores que intervêm na produção do espaço (CAPEL, 1974). Todavia, é possível ressaltar que é através da implantação de serviços públicos, “como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado” (CORRÊA, 1989, p. 24 e 25).

Conforme destaca Corrêa (1989), um importante atributo deste agente é a elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, como as diretrizes de zoneamento e o código de obras. Em virtude disso, e pelo corrente desempenho espacial desigual enquanto provedor de serviços públicos, sobretudo aqueles que servem à população, o Estado se torna (frequentemente) um alvo de certas reivindicações da população urbana (CORRÊA, 1989). Desse modo, em razão do propósito de equalizar a sua gestão, este agente dispõe de alguns instrumentos que podem ser empregados em relação ao espaço urbano, além da possibilidade de realizar investimentos públicos em infraestrutura e da incumbência de regulamentar o uso do solo (CORREA, 1989). São eles, entre outros:

- O direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- A responsabilidade da cobrança de impostos fundiários e imobiliários, que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- A capacidade de realizar mobilizações de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;
- A autoridade de controlar e limitar os preços de terras; e
- A organização de mecanismos de crédito à habitação.

À vista disso, Corrêa (1989) destaca que o Estado possui inúmeras possibilidades de ações e que estas não se concretizam ao acaso e nem se processam de modo socialmente neutro, como se ele “fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamental nos princípios de equilíbrio social econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos” (CORRÊA, 1989, p. 26). Suas ações são, na verdade, marcadas pelos conflitos de interesses dos membros da sociedade e tendem, segundo o autor, a privilegiar as aspirações daquele segmento ou segmentos de classe dominante que estão no poder e que de certa forma impulsionam a economia local. Contudo, Oliveira (2008) destaca que as ações do Estado, que além de político é um agente econômico, pode e deve ultrapassar as questões financeiras, afinal de contas ele é (ou pelo menos deveria ser) o responsável pelo planejamento e pela execução de projetos de desenvolvimento que visam o equilíbrio espacial ou, nas palavras de Capel (1974), a planificação urbana, ou, na perspectiva de Harvey (1980), a justiça social.

Ainda assim, na visão de Corrêa (1989), na maior parte das vezes, o Estado age “visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações” (CORRÊA, 1989, p. 26). Dessa forma, este agente que, de acordo com Capel (1974), tem o dever de atender as necessidades e as demandas que não constituem uma fonte de benefício para o capital, tende a subverter este “princípio”, deixando de regular e minimizar os problemas cuja origem está na diferenciação de poder, ou seja, na amplificação das relações de classe, para maximizar as desigualdades sociais em prol de um desenvolvimento que, na verdade, só beneficiará uma (pequena) parte da população.

Isto posto, podemos, então, afirmar que o Estado, em seus três níveis, atua de maneira contundente na produção do espaço urbano de Macaé. Desde a década de setenta, o governo federal se faz presente no município, especialmente, por meio da Petrobras, a maior empresa estatal do país. Assim também se faz o governo estadual, que há muito vem atuando no fomento do setor petrolífero na região, e o Governo Municipal, que terá o nosso foco nessa seção, uma vez que necessitamos estabelecer um corte para o levantamento de dados que representam a complexa realidade de atuação das esferas de Governo. Independentemente dessa circunstância, entende-se que a Prefeitura de Macaé tem (igualmente) investido, legislado e organizado o seu espaço com base no desenvolvimento industrial. E isso é algo importante que deve ser investigado.

Sabe-se que é uma consonância, especialmente entre Capel (1974) e Corrêa (1989), autores que estão sendo referência para este estudo, que o Estado, tende a priorizar os interesses dos segmentos que se mantêm no poder. No caso de Macaé, é possível afirmar que todos os três níveis políticos-administrativos do Estado têm priorizado os interesses da indústria do petróleo, afinal, desde a chegada da Petrobras o espaço urbano do município vem sofrendo intensas mudanças, e com o apoio das esferas federal e estadual, o governo municipal tem cooperado com o avanço (em todos os aspectos) do setor energético em seu território.

A ideia (ou ilusão) dos benefícios econômicos e do desenvolvimento nacional, partilhada por todos esses agentes, encobertaram os ônus do crescimento industrial na cidade. Como vimos, foram anos sem receber compensações financeiras pela exploração do óleo e gás na região; anos convivendo com o aumento da migração de pessoas; anos sem os investimentos que acompanhassem o ritmo acelerado do crescimento da cidade, e isso acarretou inúmeros problemas sociais, ambientais e urbanos.

Macaé, que enquanto vila possuía um centro urbano planejado, cresceu de forma desordenada e à mercê das “imposições” daqueles que detinham o poder. Seu traçado foi, então, tomando as formas da indústria e estas foram, de certa maneira, acolhidas pelo governo municipal. Foi só no ano de 1998, após 20 anos de intensas transformações urbanas motivadas pelo crescimento industrial na região, que a Lei Complementar 006 foi promulgada, com o intuito de promover o reordenamento territorial do município. Anos depois, após algumas alterações realizadas pelas Leis Complementares 012/1999 e 017/1999, uma nova lei foi expedida, a Lei Complementar 45/2004, com a finalidade de consolidar as leis anteriores e promover um novo ordenamento territorial do município, ou seja, uma nova divisão administrativa de Macaé. No entanto, foi apenas no ano de 2006, em atendimento à Constituição Federal, à Lei Orgânica do município e às disposições constantes da Lei Nacional nº 10.257 de 2001, que foi criado o primeiro Plano Diretor de Macaé, com a função de regular a política de desenvolvimento e expansão do município e da sua área urbana.

Esta lei, diferente das anteriores, onde o foco estava na demarcação dos perímetros da cidade, é um instrumento estratégico da política municipal e tem como fim

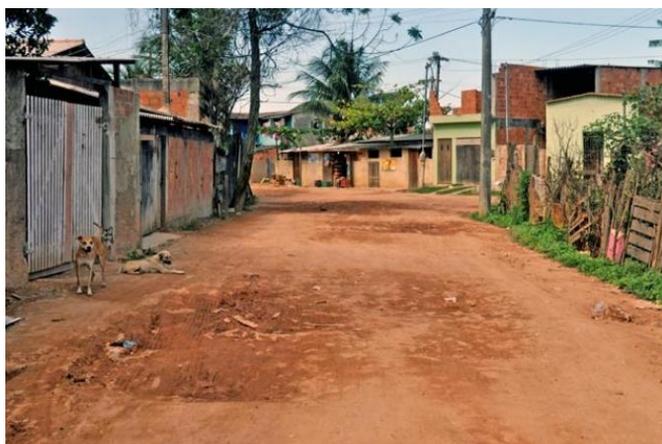
definir o conteúdo das políticas públicas, da função social da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada, o direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços urbanos públicos, ao transporte, ao trabalho, à educação, às culturas, à saúde, ao lazer e ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2006, p. 6),

tudo isso através de uma gestão democrática e participativa, a qual viabilize a redução das desigualdades sociais e a elevação da qualidade de vida dos cidadãos. Quer dizer, o Plano Diretor de Macaé é, pois, entendido como uma ferramenta estratégica de políticas públicas cuja as diretrizes visam assegurar os direitos sociais, ambientais, culturais, entre outros, da população residente no município. Porém, sabemos que a realidade da cidade difere bastante do ideal vislumbrado por essa legislação.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE haviam em Macaé, no ano de 2010, cerca de 12 aglomerados subnormais. Entende-se como aglomerados subnormais as áreas caracterizadas pela ausência de título de propriedade, a existência de vias de circulação irregulares e/ou a carência de serviços públicos essenciais (IBGE, 2010). Nessas localidades, viviam cerca de 36.000 pessoas, o equivalente a 17% da população na época, e isso revela que não há o acesso à terra urbanizada e/ou regularizada, bem como à infraestrutura básica que possibilite a manutenção da condição de vida dos munícipes, pelo menos para uma parcela da população, visto que a existência de aglomerados subnormais na cidade ainda é uma realidade. Ou seja, essa “periferização” da sociedade, que é uma das consequências da forte especulação imobiliária na cidade, motivada principalmente pela indústria petrolífera, surge em resposta à necessidade de moradia. Logo, como dever, previsto nos princípios gerais do Plano Diretor Municipal, isto é, na Lei Complementar 076/2006, o Estado, deveria garantir a redução das desigualdades sociais no seu território, assim como o acesso de bens e serviços para toda a população, eliminando, assim, esses espaços subnormais do contexto urbano de Macaé.

Como um exemplo de aglomerado subnormal, podemos apontar aqui a ilha Leocádia, que fica no bairro Malvinas, no noroeste da cidade. Esta comunidade, onde vivem cerca de 1.200 famílias, foi criada há duas décadas e ocupa uma área de preservação ambiental. Por esse motivo, até o ano de 2016, o poder público não tinha autorização para realizar obras de estruturação urbana na localidade (PMM, 2019), mas, como enfatiza Fontes (2018), em uma matéria do jornal O Debate publicada em janeiro de 2018, até então, a Ilha Leocádia (Figura 9) persistia sem asfaltamento, com abastecimento de água precário (realizado por meio de caixas comunitárias abastecidas semanalmente pela prefeitura e/ou por linhas de bombeamentos construídas pelos próprios moradores para captar água de outras localidades), sem coleta de esgoto (que por anos vem sendo despejado, sem tratamento, no Rio Macaé), e com insuficiente ou inexistente infraestrutura de transporte, comércio, saúde, educação e lazer.

Só agora, no ano de 2019, segundo a própria Prefeitura Municipal, que os gestores darão início ao processo de licitação para serviços de topografia com o objetivo de realizar um levantamento de dados técnicos para a elaboração de um projeto básico destinado às melhorias urbanas e a regularização fundiária da Ilha Leocádia (PMM, 2019). Essa medida, logo, visa atender o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do ministério Público Federal, que determina a urbanização de toda a comunidade até o ano de 2020 (FONTES, 2018; PMM, 2019). Contudo, até que se cumpra as diretrizes deste termo, os problemas, existentes nessa localidade há mais de vinte anos, continuarão a se agravar e a refletir na condição de vida da população.



**Figura 9:** Comunidade da Ilha Leocádia no ano de 2018. Fonte: Jornal O Debate

Conforme destaca Jeronymo et al. (2017), o avanço urbano de Macaé provocou, entre outras coisas, sérios problemas urbanos-sociais. Com o aumento vertiginoso na instalação de multinacionais e empresas de serviços da cadeia do petróleo, ocorreu “a formação de diversos assentamentos humanos de baixo e alto poder aquisitivo na cidade” (JERONYMO et al., 2017, p. 105) e muitos desses assentamentos, os quais contribuíram para a ampliação do processo de segregação espacial na zona urbana, surgiram em áreas de risco e/ou ecossistemas frágeis, ou seja, áreas de restingas, mangues, Mata Atlântica, muito próximas à cursos hídricos e muitas vezes sujeitas à inundações, como é o caso da Ilha Leocádia.

Segundo Ressiguer (2011), grande parte dessas áreas foram, então, ocupadas por populações de baixa renda, possuem infraestrutura precária e ainda são consideradas ocupações irregulares. Já a minoria, foi habitada por uma população de alta renda, conta com boa infraestrutura e são consideradas áreas regulares, como é o caso da Ilha Caieira e o Mirante da Lagoa. Dito isso, considerando os levantamentos que fizemos sobre nosso objeto de estudo até aqui, podemos afirmar que o crescimento urbano (não planejado) de Macaé ocorreu de forma acelerada e, por isso, o Estado não pode controlar a expansão

dos assentamentos, assim como não pode investir, na mesma velocidade em que a cidade crescia, em infraestrutura necessária para a manutenção da população recém-chegada. Em razão disso, Ressiquier (2011) defende que o Estado foi negligente ao não promover uma política habitacional que mitigasse o processo de ocupação de áreas de preservação e conservação ambiental e isso, de certa forma, acabou culminando, além de grandes problemas sociais e ambientais, em denúncias ao Ministério Público, como foi no caso que citamos da Ilha Leocádia.

Posto isso, torna-se relevante discutirmos aqui a condição do Estado, em seu nível municipal, como agente mediador de conflitos e disparidades presentes no espaço urbano de Macaé. É sabido que, em outros tempos, especialmente no período anterior à Lei nº 9.478 de 1997, mas conhecida como a Lei do Petróleo, que o governo municipal precisou conviver com os problemas oriundos da política nacional desenvolvimentista, que fomentou, entre outras coisas, a indústria *offshore* e causou inúmeros problemas (alguns destes aqui já relatados), especialmente na área urbana do município. Todavia, nos últimos 20 anos, devido às mudanças e a criação de algumas diretrizes e legislações, sobretudo no tocante a indústria petrolífera, o município tem recebido compensações financeira, além de altas taxas tributárias, e isso contribuiu de maneira efetiva com o aumento da sua receita e ampliou as suas possibilidades de investir (mais) em infraestrutura, minimizando assim, os impactos causados com a chegada da Petrobras e ampliados pelas multinacionais.

Outrossim, a arrecadação de royalties e participações especiais tem influenciado no aumento do PIB do município e, como vimos no Gráfico 02, esse aumento, especialmente entre os anos de 2010 a 2014, foi bastante expressivo. Nessa perspectiva, Ressiquier (2011) enfatiza que, mesmo entendendo que a evolução deste indicador não denota uma melhor distribuição de renda entre os habitantes, a produção de riqueza per capita de Macaé chegou a ser 600 vezes maior do que antes das implantações das atividades petrolíferas e 30% maior que a média nacional. Essas informações, logo, exprimem o desenvolvimento substancial do setor econômico no município, da mesma forma que revela a concentração de renda e as discrepâncias sociais presentes na cidade (temas os quais iremos aprofundar mais à frente). Dito isso, o que justifica, então, o município receber milhões em royalties, além de consideráveis tributos, apresentar um dos melhores PIBs do país e em seu território ainda persistir problemas como o que expomos da Ilha Leocádia? Seria a receita insuficiente para reparar, ao menos, os mais graves problemas urbanos-sociais da cidade? Além disso, o que explica algumas áreas

possuírem uma boa infraestrutura urbana enquanto que outras não têm nem mínimo para (sobre)viver? É o que buscaremos esclarecer em seguida.

Como evidenciado anteriormente, a receita do município (Gráfico 6) aumentou de forma progressiva, especialmente entre os anos de 2012 e 2015. Torna-se, então, importante analisarmos aqui as despesas do Estado (lê-se Governo Municipal) ao longo dos últimos anos, apresentadas na tabela a seguir, com o propósito de sintetizar as informações sobre os gastos gerais, bem como, aqueles realizados com infraestrutura.

Ano	Despesas Gerais	Despesas com infraestrutura	% de despesas com Infraestrutura
<b>2002</b>	246.242.432,05	23.675.392,01	9,61
<b>2003</b>	511.558.326,70	76.433.768,55	14,94
<b>2004</b>	649.933.013,55	129.208.979,66	19,88
<b>2005</b>	621.310.928,89	65.005.130,10	10,46
<b>2006</b>	761.062.523,28	41.197.106,82	5,41
<b>2007</b>	836.564.667,41	69.113.789,97	8,26
<b>2008</b>	1.025.402.268,68	62.876.040,99	6,13
<b>2009</b>	1.055.171.636,47	137.969.851,40	13,08
<b>2010</b>	1.156.982.591,21	12.646.934,24	1,09
<b>2011</b>	1.346.008.299,44	37.081.998,13	2,75
<b>2012</b>	1.644.367.036,74	106.616.723,98	6,48
<b>2013</b>	1.764.435.489,66	93.141.323,79	5,28
<b>2014</b>	2.044.113.810,89	218.311.607,99	10,68
<b>2015</b>	2.122.739.803,21	217.828.983,31	10,26
<b>2016</b>	1.790.803.172,91	88.870.081,63	4,96
<b>2017</b>	1.844.434.307,25	104.964.297,15	5,69
<b>2018</b>	1.926.404.663,82	116.657.448,18	6,06
<b>Média</b>	1.255.737.351,30	94.211.732,82	8,30

**Tabela 3:** Informações de despesas gerais e despesas com infraestrutura (e seu percentual), realizadas pela Prefeitura de Macaé entre os anos de 2002 e 2018. Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé.

É possível observar na Tabela 3 que, ao longo do tempo, sobretudo entre os anos de 2002 e 2015, as despesas gerais do município cresceram de uma maneira um tanto progressiva, formando, assim, uma curva ascendente desse índice, representada no Gráfico 9.

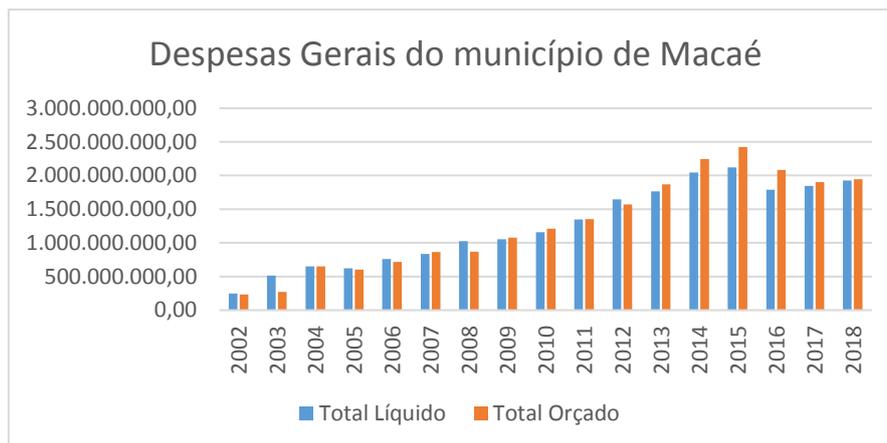
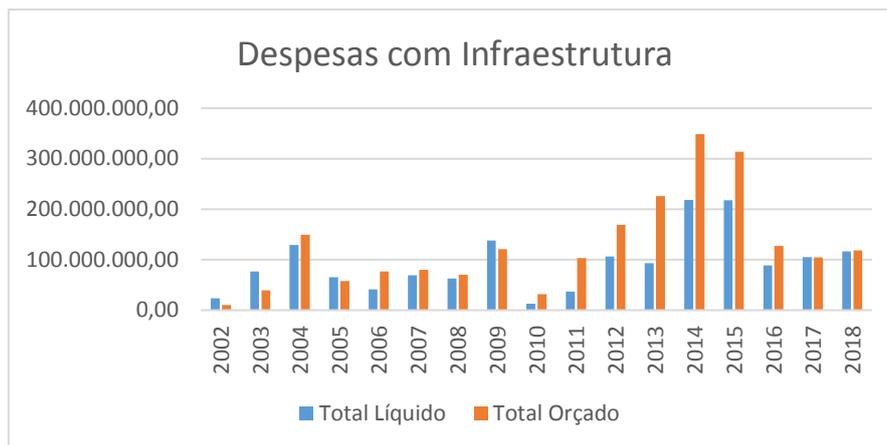


Gráfico 9: Despesas gerais do município de Macaé entre os anos de 2002 a 2018. Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé

Como consequência da crise vivenciada pelo município, houve no ano de 2016 uma pequena queda nesse padrão, mas logo no ano seguinte é possível perceber uma retomada no aumento dos gastos municipais. Contudo, de uma maneira geral, podemos afirmar que o total líquido das despesas do Estado é coerente com o valor orçado anualmente por este agente, isto é, o valor total despendido com os custos municipais é bem próximo ao valor estimado para atender as suas demandas oficiais.

Em relação as despesas com infraestrutura (Gráfico 10), ou seja, escolas, unidades de pronto atendimento, estradas, saneamento básico, praças, entre outros, podemos destacar que:

- Na maioria dos anos, o total líquido despendido com investimentos estruturais esteve dentro do valor orçado pela prefeitura;
- Nos anos de 2004, 2006, 2007 e entre os anos de 2010 e 2016 o valor orçado para estas despesas foi maior do que o valor real gasto;
- Nos anos de 2002, 2003, 2005 e 2009 as despesas foram maiores do que o valor orçado;
- O período entre os anos de 2012 a 2015 foi o de melhor previsão de investimentos no setor;
- Os anos de 2014 e 2015 foram, efetivamente, os de maior investimento público absoluto em infraestrutura; e
- Nos 2017 e 2018 o valor orçado para estas despesas foi bem próximo ao valor efetivamente investido.



**Gráfico 10:** Despesas do município de Macaé com infraestrutura entre os anos de 2002 a 2018.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé

Dito isto, podemos então considerar que não há em Macaé o problema da falta de recursos, mas sim o direcionamento de um pequeno (e insuficiente) percentual da receita total do município para os investimentos em infraestrutura na cidade. Assim, corroborando com a colocação de Corrêa (1989) e Capel (1974), pode-se afirmar que as ações do Estado no espaço citadino de Macaé são marcadas pelos conflitos de interesses dos membros da sociedade e tendem a privilegiar determinados espaços e setores, evidenciando assim relações de poder entre as elites locais (que compõem e/ou influenciam o poder público) e as corporações.

Ademais, é necessário ponderar que embora festejada como “‘Capital do Petróleo’, ‘Novo Eldorado’, Macaé ainda se vê efetivamente como refém dos distúrbios do aumento populacional desordenado, da má distribuição de rendas, das ocupações irregulares” (RESSIGUIER, 2011, P.77) (especialmente em áreas de risco e/ou ecossistemas frágeis), das moradias insalubres, da infraestrutura precária e desigual, e esse cenário dificilmente será superado enquanto o Estado não realocar suas despesas e passar a efetivamente direcionar uma maior parte da sua receita para investimentos em infraestrutura que garantam a manutenção da qualidade de vida da população (como um todo) e não de uma administração pública ineficaz.

Se isto fosse feito, podíamos vislumbrar, quem sabe, um panorama de melhores condições de saúde, educação, transporte, lazer, entre outras coisas, para a população, em especial para as mais de 36.000 pessoas que moram em áreas subnormais no município. Porém, o que ainda vemos hoje é um Estado que se mantém omisso aos seus compromissos, e não por falta de instrumentos, pois além dos que já foram citados nessa seção, podemos mencionar outras duas regras jurídicas que complementam a política de desenvolvimento urbano de Macaé, que é o Código de Urbanismo (Lei Complementar nº

141 de 2010), que estabelece normas complementares à Lei Complementar nº 076 de 2006 e dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos, o ordenamento urbanístico e o sistema viário de circulação, e o novo Plano Diretor, Lei Complementar nº 279 de 2018.

Esta última lei, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Macaé, se apresenta mais enxuta e propícia à eficiência do que a anterior, publicada no ano de 2006, visto que um dos objetivos da Secretaria de Planejamento, a ser concretizado por uma comissão de acompanhamento, será cobrar ações das demais secretarias a fim de atender o que lhes cabe e o que prevê a nova lei.

Considerada uma das normas mais importantes do município, o novo Plano Diretor de Macaé tem como umas das suas diretrizes gerais de políticas urbanas:

- Fortalecer a eficiência administrativa da cidade, de forma a ampliar os ganhos sociais e **reduzir os custos operacionais do setor público**;
- Desenvolver política habitacional que proporcione o **acesso à moradia, especialmente à população de baixa renda**, em consonância ao planejamento da cidade; e
- Assegurar o **acesso público à bens e serviços**;

À vista disso, podemos alegar que está documentada a vontade e dever do Estado de proporcionar melhores condições de vida à população da cidade, especialmente a de baixa renda, promovendo o acesso público à bens e serviços e, para isso, terá que ampliar e democratizar os investimentos estruturais em todo o espaço urbano.

Torna-se, então, necessário fazer que os instrumentos legais do município sejam mais do que “peças de gaveta” e proporcionem de forma concreta o desenvolvimento urbano e a redução das desigualdades presentes neste espaço. Desse modo, o Estado poderá ser para nós menos um agente cuja prioridade reside no desenvolvimento econômico industrial e mais um agente regulador de conflitos, que atenua as diferenças presentes na cidade e proporciona um desenvolvimento integrado e não setorial do município.

### **3.3. OS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS**

Na percepção de Corrêa (1989), os proprietários de terra “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente o uso comercial ou

residencial de status” (Corrêa, 1989, p. 16). Por isso, estes agentes cultivam o desejo da conversão da terra rural em terra urbana, isto é, na expansão da cidade visto que esta, no mundo capitalista, é mais valorizada do que a área rural.

Nesse contexto, o autor (1989) enfatiza que

a propriedade fundiária da periferia urbana, sobretudo aquela da grande cidade, constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano (CORRÊA, 1989, p. 16).

Porém, as possibilidades dessa transformação são dependentes de um confronto entre as rendas a serem obtidas com a produção agrícola e com a venda de terras para fins urbanos. Sendo assim, em razão da diferença de faturamento, mais cedo ou mais tarde, o uso agrícola da periferia será substituído por um urbano e, com isso, haverá uma maior valorização dessas áreas (CORRÊA, 1989).

Para consolidar, então, esta valorização, adquirir melhor infraestrutura - especialmente viária - e eliminar os impedimentos para a exploração de suas terras, os proprietários fundiários muitas vezes exercem pressão sobre o Estado, principalmente a instância municipal, e tentam interferir no processo de elaboração de leis de uso do solo e zoneamento urbano, além de barganhar maiores investimentos. Tal prática, não surpreendentemente, é muito comum no nosso país e em Macaé não é diferente. Não há como negar que a construção de vias de acesso à cidade, como a Linha Verde, a Linha Azul e o Arco Viário de Santa Tereza, que seguem nas direções dos eixos norte e oeste, os principais eixos de expansão urbana da atualidade, aumentou o valor das terras em suas redondezas e, em consequência, beneficiou os seus proprietários. Estes, no futuro, também se beneficiarão com a construção da Rodovia Transportuária, que deverá ligar a área destinada à construção do Terminal Portuário de Macaé (Tepor) à Rodovia Christino José da Silva Júnior (RJ-168), mais conhecida como Rodovia do Petróleo, representada na figura a seguir.



municipais, da propaganda da cidade como a “capital do petróleo” e ainda da ampliação das possibilidades de aquisição de casas próprias, a partir de programas populares como o “Bolsa Moradia” e o “Minha Casa, Minha Vida”.

Contudo, independente das influências que determinam e determinaram os interesses e as ações dos proprietários fundiários em Macaé, torna-se necessário apontar aqui que estes sempre estarão pautados pela lógica do faturamento. Esta lógica, sem dúvida, continuará a interferir na organização do espaço, impactando, sobretudo, a população que, por meio da reprodução de um sistema de classes, persiste à margem da sociedade. Dessa forma, podemos afirmar que os proprietários de terra contribuem diretamente para o processo de expansão urbana, assim como, para a segregação socioespacial. Logo, torna-se sempre um desafio urbano, e assim é pra Macaé, superar as desigualdades oriundas dessa (des)ordem capitalista.

Com relação a produção física da cidade, ela é realizada por meio da atuação de outros agentes sociais, os promotores imobiliários (CAPEL, 1974), que, de acordo com Corrêa (1989), compõem um grupo de atores que agem, total ou parcialmente, na incorporação, no financiamento, no estudo técnico de viabilidade e na construção e comercialização de imóveis, ou seja, na transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Tais agentes podem, juntamente com os proprietários de terra, operar no processo de expansão territorial urbana, “tomando as medidas necessárias para transformação das terras rurais, de fato ou apenas juridicamente, em terras urbanas, e por esta razão, potencialmente preparadas para uso urbano” (Zacchi, 2012, p. 16). Dessa maneira, por meio de uma ação planejada, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários podem, juntos, transformar o potencial de uso das terras rurais em terras urbanas mais lucrativas (ZACCHI, 2012).

Sabendo agora que as ações desses agentes nem sempre ocorrem de modo isolado, podemos afirmar que o lucro é o propósito que os unem, e é por esse motivo que os seus interesses se concentram na maior parte em empreendimentos de altos rendimentos e não na produção de habitações populares. Dito isso, é fundamental reforçar que a atuação espacial dos promotores imobiliários, assim como os proprietários de terra, se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. (CORRÊA, 1989)

Com relação a Macaé, Loureiro (2014) afirma que a especulação imobiliária provocada pela geração e concentração de riquezas provenientes das mudanças industriais “desencadearam uma crescente onda de construção de prédios, condomínios de luxo,

hotéis e restaurantes (...) modificando totalmente a paisagem local” (LOUREIRO, 2014, p. 194). Por conseguinte, com o passar dos anos, especialmente das duas últimas décadas, foi possível perceber um aumento do processo de verticalização na cidade, sobretudo nos bairros da zona sul e do centro (Figura 11).

Muitos dos prédios existentes nessa região integram a rede hoteleira do município, que é considerada a segunda maior e mais movimentada do Estado do Rio de Janeiro (BARBOSA; SILVA, 2017), mas há, todavia, um número significativo de habitações e condomínios tanto residenciais quanto comerciais, que cresceram junto com a população, as empresas multinacionais, os investimentos das construtoras e, também, as imobiliárias.



**Figura 11:** Vista área da cidade de Macaé nos anos de 1938 e 2006. Fonte: PMM, 2010.

Como podemos observar na figura acima, as construções de novos edifícios alteraram bastante o visual da cidade, mas também transformaram a sua organização. Em passos acelerados, os empreendedores imobiliários passaram a diversificar e a concentrar as suas atuações nos espaços mais procurados do município (o centro e a zona sul), construindo, assim, imóveis que atendessem à crescente demanda da população, especialmente de classe média, e das empresas prestadoras de serviços *offshore*, além de criar uma infraestrutura com diferenciais para gerar maior valorização (PMM, 2010). Nesse cenário, bairros como Cavaleiros, Praia Campista, Riviera Fluminense e Glória, localizados na zona sul da cidade, receberam inúmeros investimentos, primeiro por se encontrarem próximos das Zonas Industriais I, II e V cuja as terras são mais valorizadas, e segundo por possuírem potencialidades residenciais. Já a região do centro, passou a ser ainda mais estimada por concentrar o principal eixo comercial da cidade e representar aos agentes promotores imobiliários uma maior possibilidade de lucro.

Assim, o aumento dos investimentos nessa região criou um núcleo urbano hipervalorizado, voltado para uma população de alto poder aquisitivo, ligada à indústria do petróleo, que se destaca das outras áreas da cidade, menos favorecidas, cujo comércio e o mercado habitacional está voltado para as camadas mais populares da sociedade.

Tal realidade reforça, então, o argumento de Oneill (1986) que a diferenciação do espaço resulta das atividades dos agentes sociais sobre ele e estas colaboram para a separação dos grupos sociais que competem entre si por melhores localizações e condições de vida. Desse modo, podemos afirmar que os agentes imobiliários, influenciados pela demanda da população, contribuíram e contribuem para a criação de espaços seletivos, bem como, para o já citado processo de segregação, que se traduz nas novas formas de morar como, por exemplo, os condomínios exclusivos.

De acordo com Oneill (1986), os condomínios são

um conjunto de habitações, quer constituídas de prédios altos, multifamiliares, quer de residenciais unifamiliares, isoladas por muros ou cercas da área imediatamente em torno, possuindo policiamento próprio, equipamento de lazer, algumas possuindo ainda outros serviços como, por exemplo, cabelereiro e restaurante. Tais “condomínios” resultam de investimentos de capital de empresas incorporadoras de imóveis, algumas constituindo-se em poderosas empresas ligadas a grandes grupos financeiros, ou resultam simplesmente da iniciativa de um grupo limitado de pessoas que tem interesses comuns e adquirem um terreno de razoável dimensão, parcelando-o e ali construindo residenciais unifamiliares (ONEILL, 1986, p.67)

Esses empreendimentos habitacionais, criados especialmente para grupos populacionais de renda mais alta, são muito comuns em Macaé (Figura 12) e acabam viabilizando a reprodução da parcela “mais nobre” da sociedade, o que de certa forma constitui em uma garantia para a continuidade e a reprodução de uma sociedade desigual (ONEILL, 1986).



**Figura 12:** Vista aérea do Condomínio Quintas da Glória em Macaé. Fonte: Apto.vc (site de divulgação e vendas de imóveis)

Como efeito da segregação imposta por essas condições, ou seja, pelas ações de alguns agentes sociais urbanos, especialmente os promotores imobiliários, sobre uma parcela da população, surgiram na cidade áreas residências de grupos de baixa renda, como a Ilha Leocádia, que já citamos nesse estudo. Segundo Oneill (1986), a formação dessas áreas se faz

a partir da decomposição e recomposição do espaço urbano em direção, principalmente, às periferias preteridas pelos grupos de renda mais alta e

agentes que atuam nesse modelo. Muitas vezes, os grupos sem opção de participação no mercado habitacional utilizam-se de mecanismos “espontâneos” para obterem suas moradias. Tais mecanismos imprimem a estas áreas um ar de informalidade aparente, mas na verdade também aí o uso do solo vem sendo manipulado pelos agentes modeladores do solo. O “caráter informal” é dado através dos loteamentos clandestinos, da autoconstrução, da invasão de terras, das isenções de impostos e taxas, assim como da ausência de serviços públicos, conferindo a este espaço um aspecto a princípio desordenado e caótico (ONEILL, 1986, p. 68).

Isto posto, podemos dizer que a reprodução de áreas segregadas no município de Macaé foi uma consequência da rápida expansão urbana, atrelada ao crescimento populacional, a alta concentração de renda e, sobretudo, a elevada especulação financeira dos terrenos e imóveis da cidade. Assim, com o tempo, os espaços subnormais foram, então, surgindo nas periferias urbanas à medida que a atividade petrolífera crescia e os proprietários fundiários e os promotores imobiliários ampliavam a especulação sobre as suas terras e os seus produtos. Na prática, isso culminou (junto com o crescimento do PIB e da concentração de renda) no aumento do preço do metro quadrado na cidade, que nas áreas mais valorizadas chegou a custar, no ano de 2012, cerca de R\$ 5.420 reais (PMM, 2012), e no agrupamento de pessoas em assentamentos irregulares, sem ou com pouquíssima infraestrutura. Sendo assim, pode-se afirmar que é a indústria imobiliária, a partir da intenção de elevar ao máximo os seus lucros, que informa a disponibilidade de solo, organiza o seu mercado e tenta um controle dos seus valores, visando uma não paralisação dos seus lucros maximizados (ALMEIDA, 1982). Por isso, os promotores imobiliários são considerados agentes de grande poder e influência na produção do espaço urbano.

Dado esse contexto, é possível afirmar que a zona norte e oeste de Macaé, em que concentram alguns dos bairros mais populosos da cidade além das ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, onde residem boa parte da população de baixa renda do município, são hoje as áreas de maior expansão urbana, por isso muito valorizadas pelos proprietários de terra e visadas pelos promotores e investidores imobiliários. Dessa forma, torna-se esses os eixos mais problemáticos da cidade, visto a péssima infraestrutura pública e a especulação de suas áreas, embasada especialmente no crescimento das atividades petrolíferas. Por isso, podemos afirmar que, as áreas antes consideradas periféricas estão sendo aos poucos incorporadas ao grande centro urbano pelos promotores imobiliários e preparadas para receber uma população de melhor poder aquisitivo ao passo que o processo de segregação se refaz e joga para mais longe, ou seja, para uma periferia ainda mais desestruturada, uma leva da população excluída.

Muitos desses agentes imobiliários, como a Cabiúnas Incorporações e Participações Ltda., que implantou o Polo Industrial Cabiúnas Macaé, empreendimento que conta com uma área útil de 562.642,54 m<sup>2</sup> e 10 milhões de m<sup>2</sup> para expansões futura (PARTICIPAÇÕES LTDA, 2019) e a Agrivale Incorporação e Construção S.A., responsável pela implantação do CLIMA – Complexo Logístico e Industrial de Macaé, cuja área total é de 6.363.525,734 m<sup>2</sup> e contará – além de hotéis e empresas comerciais – com um helicentro e três termelétricas com capacidade de até 1.650 megawatts (CONSTRUÇÃO S.A., 2019), estão a fomentar o investimento nestas áreas, como mostra a Figura 13. Além disso, há muitos proprietários de terra esperando superfaturar com seus terrenos à medida que empresas prestadoras de serviços do setor petrolífero migrem para a região, mas para que isto aconteça, eles estão contando com o “apoio” do Estado, especialmente, na construção de vias de acesso como a Rodovia Transportuária, cuja obra já foi anunciada pela Prefeitura Municipal e que, por sinal, já iniciou o processo de desapropriação de algumas áreas ainda no ano de 2018. À vista disso, é relevante mencionar que há anos bairros localizados nessa mesma região da cidade sofrem com a falta de infraestrutura que, contraditória e questionavelmente, tem “aparecido” junto com as necessidades e os investimentos de determinados agentes sociais.



**Figura 13:** Imagem de divulgação do Polo Industrial Cabiúnas Macaé. Fonte: Polo Cabiúnas.

Em consequência, a cidade que possui mais de 200 condomínios prediais, lançou nos últimos anos mais de 4.000 unidades residenciais e 99 unidades comerciais - segundo dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado do Rio de Janeiro e da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do estado do Rio de Janeiro - (SANTOS, 2017), continuará (tudo indica) a expandir os seus limites, ampliando assim o poder dos agentes imobiliários, os lucros dos proprietários de terras e a migração da população de baixo poder aquisitivo para áreas periférica, fora da zona de alta especulação. E então, sendo Macaé uma cidade que reproduz em parte o modelo histórico dos grandes sítios urbanos, onde o crescimento da periferia não é acompanhado pelo atendimento adequado de infraestrutura (PMM, 2010), a

população excluída continuará a margem do crescimento urbano (e econômico também), reproduzindo ainda mais espaços segregados, com péssimas condições, e aumentando as consequências negativas da atividade industrial no município.

### **3.4. OS EXCLUÍDOS SOCIAIS**

Como já assinalamos, há na sociedade inúmeras diferenças sociais no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços. Para Corrêa (1989), a habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo, afinal, uma parcela enorme da população não possui renda para pagar o aluguel de uma morada decente e, muito menos, para comprar um imóvel. Dessa forma, a dificuldade de acesso à uma moradia digna é um dos mais significativos sintomas da exclusão social – entendida aqui como uma consequência do não acesso à renda, à serviços básicos de manutenção da vida urbana e à equidade de direitos fundamentais – porém não é o único (MATIAS, 2004).

Segundo o autor, o problema da habitação ocorre associado à inúmeros fatores, como a subnutrição, doenças, baixo nível de escolaridade, desemprego, subemprego e/ou emprego mal remunerado. Logo, são vários os aspectos que caracterizam uma população excluída e fundamentam a desigualdade social. Nessa perspectiva, Nascimento (2015) argumenta que as diferenças entre os excluídos sociais e os “incluídos sociais” não devem ser apenas explicadas a partir da lógica economicista, como se a única diferença entre eles fosse determinada pela renda ou por variáveis de substrato econômico, como, por exemplo, saneamento e/ou infraestrutura. Para ela, a ausência ou não de autoestima, o reconhecimento ou não social e as funções (valorizadas ou desvalorizadas) que os sujeitos ocupam na sociedade são alguns dos aspectos fundamentais (não econômicos) que retratam (e potencializam) as diferenças entre esses dois grupos sociais.

No entanto, é necessário assinalar que no mundo capitalista a questão do trabalho recebe destaque, uma vez que um cidadão que não possui um bom emprego, uma boa remuneração e o reconhecimento no mercado de trabalho dificilmente conseguirá ter acesso à determinados bens de consumo e, assim, ser incluído em determinados espaços da sociedade. Dessa forma, Nascimento (2015) revela que com o trabalho é possível assegurar a identidade, a autoestima, o status e o reconhecimento social dos indivíduos (NASCIMENTO, 2015) e que, por essa razão, ele é entendido como um importante constituidor e demarcador social.

Como já destacamos, desde a chegada da indústria do petróleo, Macaé se tornou um polo de atração para pessoas do mundo inteiro. Com o aumento dos investimentos no setor e da demanda por profissionais especializados, houve, então, uma intensificação do

processo migratório para a cidade. Contudo, o crescimento do número de migrantes não qualificados para ingressar no mercado *offshore* acabou contribuindo para a ampliação de problemas sociais, urbanos e até ambientais.

Em decorrência da expansão de empregos não formais e da dificuldade de acesso à moradia (em uma cidade onde a especulação imobiliária e a circulação financeira são expressivas), as áreas periféricas, de pouco interesse comercial, muitas vezes alagadiças e sem infraestrutura urbana, foram sendo ocupadas e constituindo, assim, os aglomerados subnormais ou as chamadas favelas, como a Favela da Linha, representada na figura a seguir.



**Figura 14:** Favela da Linha em Macaé/RJ, ano de 2017. Fonte: Jornal O Debate On

Segundo Corrêa, (1989), é no processo de constituição dessas áreas, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos, ao instituírem seu próprio espaço, se tornam efetivamente agentes modeladores. Este feito, logo, se caracteriza como uma forma de resistência, ao mesmo tempo que é uma estratégia de sobrevivência dos excluídos sociais, isto é, se apresenta como uma alternativa à parcela da população cujo o acesso à infraestrutura pública, à moradia digna, à direitos e ao reconhecimento social é limitado e/ou inexistente (CORRÊA, 1989)

Dito isso, fica evidente que o espaço urbano – para nós entendido como um produto histórico, de conteúdo social – quando submetido à lógica da acumulação capitalista acaba criando acessos diferenciados aos cidadãos. Essa diferenciação espacial, fomentada pelo capital, estimula o crescimento das áreas ditas subnormais, a ampliação das desigualdades sociais e a expansão dos processos de segregação. Este último, por sua vez, vivido na dimensão do cotidiano, onde se manifesta efetivamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade, surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana) e se apresenta nas diferentes (e desiguais) formas de acesso

à saúde, cultura, moradia, transportes, bens e serviços, entre outras coisas (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2016).

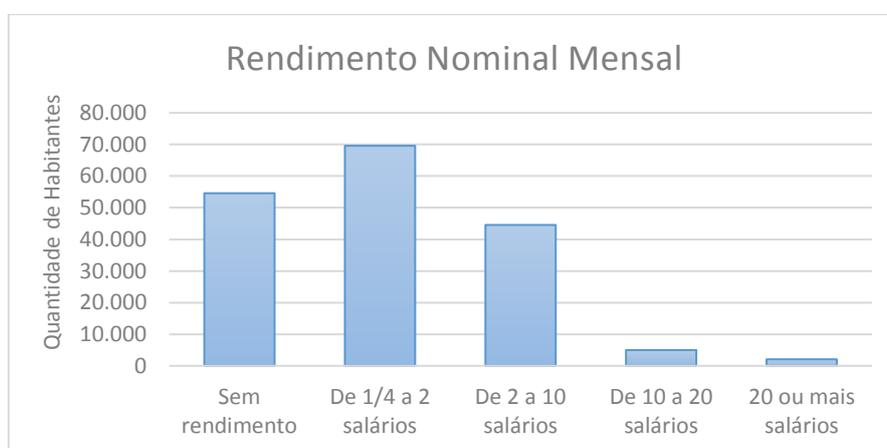
Pode-se dizer, então, que a segregação, muitas vezes imposta, sem a alternativa de escolha, condiciona as relações sociais (apartadas), ou seja, a exclusão social, e o modo como cada cidadão se apropria do espaço (VASCONCELOS, CORRÊA E PINTAUDI, 2016). No contexto da “Macaé do petróleo”, onde um grande nicho de oportunidades de trabalho se apresentou restrito à uma parcela da população (mais bem qualificada), cresceu-se um complexo e fragmentado centro urbano ocupado de um lado por uma população inclusa e de outro por uma população excluída (cuja as ofertas de emprego foram cerceadas e/ou reduzidas). Nele, a parcela “esquecida” da sociedade, que se apropria e produz espaços austeros, muito comuns na zona urbana do município, tornam efetivas, por meio das suas (re)ações, as diferenças a ela imposta e, por isso, acabam contrastando com a realidade dos espaços onde as oportunidades conduzem uma minoria enriquecida à integração social. Todavia, o contrário disso também acontece. Há nos espaços mais valorizados da cidade, onde residem os incluídos sociais, por meio (especialmente) das ações dos detentores dos meios de produção e do Estado, o reforço dos privilégios (econômicos, sociais, etc.) e do distanciamento, que se apresenta cada vez maior, aos grupos sociais excluídos. Isto, logo, tende a contribuir para o fortalecimento das barreiras entre os membros (incluídos e excluídos) da sociedade.

Dessa forma, é possível assegurar que a realidade restrita do mercado de trabalho em Macaé favoreceu e intensificou o processo de segregação, o qual tem transformado o espaço por meio dos agentes cujo os interesses condicionam (e potencializam) uma realidade (cada vez mais) segmentada, assim como determinado o modo como o espaço urbano é ocupado pela população e como ele se expande.

Conforme destaca Costa (2007), em consequência dessas circunstâncias, no ano 2000, Macaé teve a terceira pior distribuição de renda do Norte Fluminense, em relação aos demais municípios da região. Segundo o autor, os 10% mais ricos do município contavam, neste ano, com um rendimento médio per capita 18 vezes maior do que os 40% mais pobres (apud OLIVEIRA, 2008). Para exemplificar esta discrepância salarial entre os habitantes da cidade, Oliveira (2008) destaca que, nesse mesmo ano, o rendimento médio mensal das famílias residentes no bairro de Cavaleiros, endereço nobre da zona sul da cidade, era de R\$ 3.603,04, enquanto que o rendimento médio das famílias que viviam no bairro de Botafogo, localizado na zona oeste, era de R\$ 318,58, isto é, cerca de 9% do

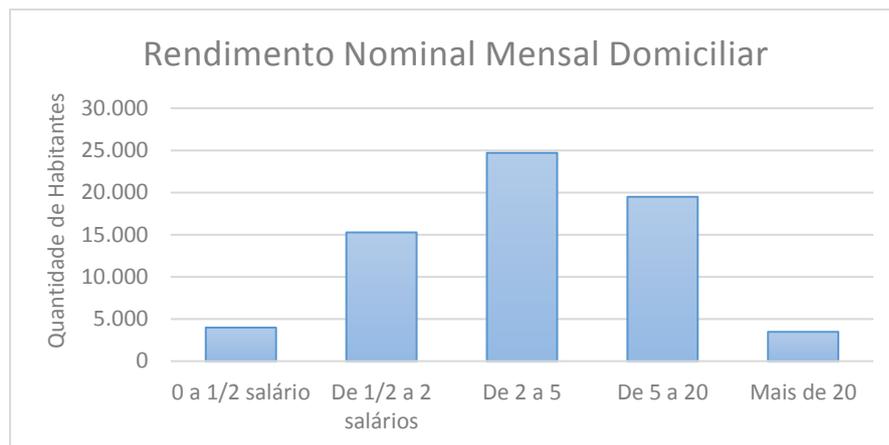
rendimento médio mensal daqueles considerados membros da “elite” econômica do município.

No ano de 2010, a diferença de renda entre os integrantes da população parece aumentar ainda mais. Segundo o último censo do IBGE, 31% dos habitantes da cidade, com dez anos ou mais, viviam sem nenhum rendimento, ao passo que 40% deles recebiam entre  $\frac{1}{4}$  e 2 salários mínimos, 25% recebiam entre 2 e 10 salários mínimos e apenas 4% recebiam mais do que 10 salários mínimos (Gráfico 13). Dessa maneira, torna-se importante destacar que nesse período o salário base no Brasil era de R\$ 510,00 e cerca de 47% da população recenseada, ou seja, quase a sua metade, recebia mensalmente uma quantia (muito baixa) que variava de zero à 1 salário.



**Gráfico 11:** Rendimento Nominal Mensal da população de Macaé de 10 ou mais anos de acordo com o Censo de 2010. Fonte: IBGE

Ainda neste ano, de acordo com o IBGE, havia 66.906 domicílios particulares permanentes no município, e em cerca de 6% deles o rendimento mensal domiciliar, ou seja, a soma dos rendimentos mensais dos moradores (IBGE, 2011), era de zero a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Assim, consoante com as estimativas de renda mensal para os estratos socioeconômicos, referentes à 2010, realizadas pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), pode-se dizer que esta parcela da população esteve inserida na classe “E”, cuja a renda é considerada baixíssima. Seguindo este mesmo critério, é possível afirmar que os habitantes de 23% dos domicílios da cidade, em que o rendimento mensal era de  $\frac{1}{2}$  a 2 salários mínimos, se incluíam nas classes “D” e “C” (ainda consideradas classes de baixa renda). Ademais, a população de 37% desses domicílios se enquadrava nas classes “C” e “B”, por possuí uma renda média mensal entre 2 e 5 salários mínimos, 29%, nas classes “B” e “A”, por receber entre 5 e 20 salários e 5% na classe “A”, por partilhar um rendimento superior a 20 salários, conforme destacado no Gráfico 14.



**Gráfico 12:** Rendimento Nominal Mensal domiciliar de Macaé de acordo com o Censo de 2010. Fonte: IBGE

Isto posto, é factível alegar que a baixa renda da população que reside em aproximadamente 30% dos domicílios de Macaé, isto é, cerca de 19.000 residências, se apresenta como um obstáculo ao acesso digno de bens, serviços, infraestrutura urbana, moradia, oportunidades profissionais, reconhecimento e, também, respeito social. Por isso, em consequência desses limites postos à uma fração da sociedade, surgiram e cresceram na cidade o que Loureiro (2014) chama de bolsões de miséria (LOUREIRO, 2014) (aqui chamados de aglomerados subnormais (IBGE, 2010) ou favelas) e que o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e a Prefeitura Municipal de Macaé nomeia por Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Segundo o Código de Urbanismo do Município (LC nº 141 de 2010), as ZEIS são “áreas públicas ou privadas, ocupadas ou parceladas clandestina ou irregularmente por população de baixa renda, cujas condições urbanísticas e de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos não são consideradas satisfatórias” (MACAÉ, 2010, p. 28). Em outras palavras, as Zonas Especiais de Interesse Social são porções do território urbano ocupadas (e originadas) por uma população social e economicamente excluída dos espaços mais valorizados da cidade, onde a infraestrutura é mais adequada e a prestação de serviços é regular.

Logo, partindo do pressuposto que o ato de resistência desta população em ocupar áreas periféricas de baixo interesse imobiliário produz e transforma o espaço (CORRÊA, 1989), pode-se dizer que os excluídos sociais são agentes efetivos no processo de expansão urbana de Macaé, uma vez que os ambientes por eles construídos ocupam uma área considerável da cidade e interferem diretamente na sua organização.

Não obstante, é importante recapitular que apesar de hoje constituírem o centro urbano, essas localidades são consideradas irregulares, especialmente por ocorrerem, na

sua maioria, em áreas de risco e/ou preservação ambiental, possuem infraestrutura básica incompleta e, também, equipamentos sociais, culturais e serviços deficientes (MACAÉ, 2006). Por todos esses motivos, elas carecem, de fato, da atenção, dos investimentos e das políticas públicas do Estado.

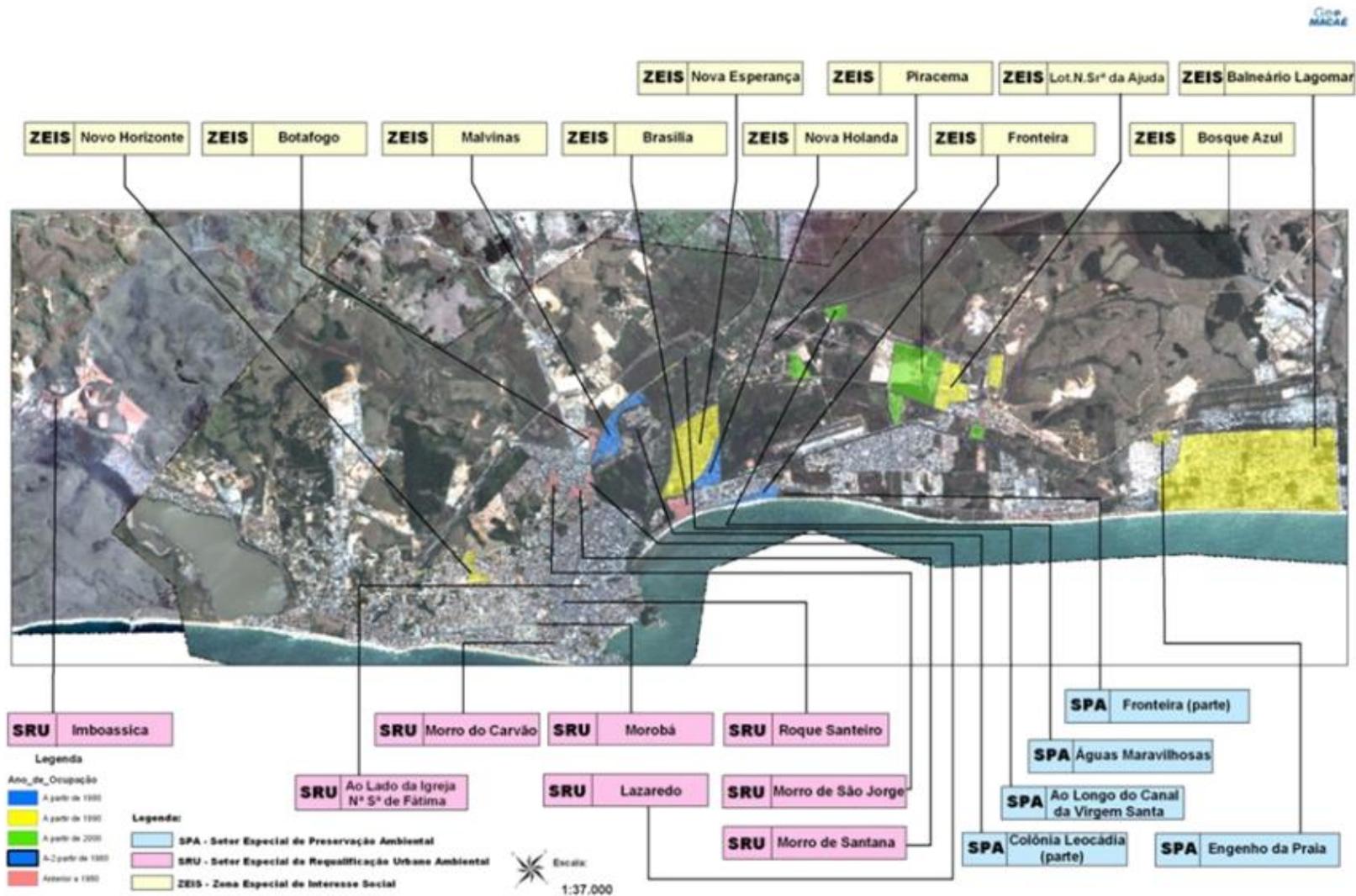
Segundo a Prefeitura Municipal, existem atualmente na cidade 12 Zonas Especiais de Interesse Social, são elas:

- ZEIS 1 – Balneário Lagomar
- ZEIS 2 – Loteamento Nossa Senhora da Ajuda
- ZEIS 3 – Piracema
- ZEIS 4 – Nova Esperança
- ZEIS 5 – Nova Holanda
- ZEIS 6 – Brasília
- ZEIS 7 – Fronteira
- ZEIS 8 – Malvinas
- ZEIS 9 – Botafogo
- ZIES 10 – Novo Horizonte
- ZEIS 11 – Bosque Azul; e
- ZEIS 12 – Ilha Leocádia

Essas áreas, cujos propósitos político-sociais são (ou deveriam ser) a melhoria das condições urbanas e a regularização fundiária, se localizam, em regra, nos eixos de expansão que seguem as direções norte e oeste da cidade, como pode ser observado no mapa a seguir, retirado do Plano Local de Habitação e Interesse Social (PLHIS).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Nesse mapa, encontra-se sinalizadas 11 das 12 ZEIS, uma vez que a data da sua publicação foi anterior à criação da ZEIS 12 – Ilha Leocádia, em 2017.



Mapa 5: Mapa com a indicação dos assentamentos precários segundo no Código de Urbanismo – 2010. Fonte: PMM, 2010

Não coincidentemente, como já foi dito, esses trechos em expansão se apresentam, na época atual, como os mais problemáticos da zona urbana do município, afinal, além de abrigar a grande maioria dos assentamentos precários existentes na cidade, os mais populosos e controversos, eles constituem (neste momento) o cerne dos interesses industriais, ou seja, o alvo da especulação fundiária e expansão imobiliária (especialmente no que se refere a esse setor).

Dessa forma, este cenário, hipercontraditório, núcleo da atenção e das ações de diferentes agentes sociais, pode, então, sem uma intervenção eficiente do Estado, em um futuro não muito distante, “evoluir” para um contexto ainda mais complexo e desigual, um outro (e novo) centro de disputas de poder, que irá reconfigurar e expandir (ainda mais) as dimensões e as atribuições urbanas da cidade.

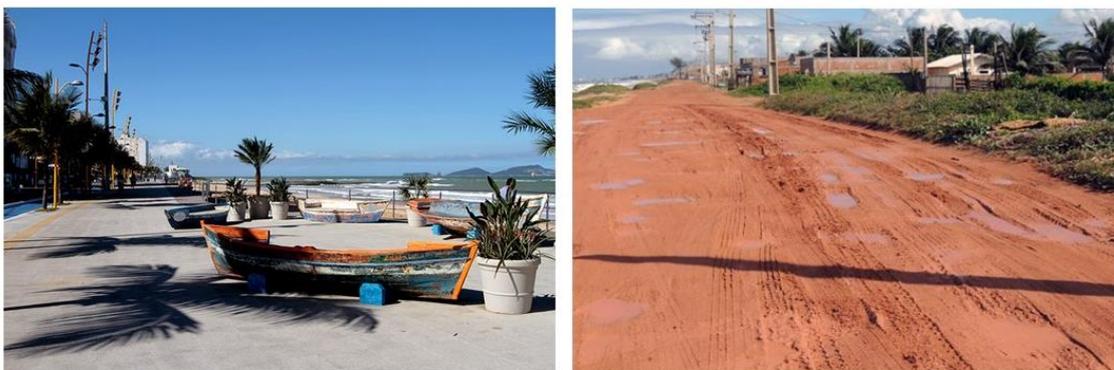
Portanto, para que os problemas que atingem especialmente as áreas mais precárias do município e sua população sejam mitigados, políticas eficazes devem conduzir à legalização dos espaços irregulares, às melhorias urbanas e à integração com as áreas mais estruturadas, reduzindo, assim, as diferenças impostas pelo desenvolvimento industrial acelerado.

Para exemplificar quais são os problemas que se dão nesses espaços, apontaremos aqui um pouco da situação vivenciada pelos moradores do Lagomar, bairro localizado na região norte do município, próximo ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, e que abriga uma das Zonas Especiais de Interesse Social, a ZEIS 1.

Segundo o IBGE, o Lagomar é o terceiro bairro mais populoso do município, lá moram cerca de 45 mil pessoas e estas ocupam uma área de aproximadamente 3.290.000m<sup>2</sup> (FONTES, 2018). Assim como a maioria dos bairros e comunidades da cidade, o Lagomar cresceu sem nenhuma infraestrutura, tanto que os investimentos urbanos começaram a chegar cerca de 10 anos após a instituição das ZEIS pela Prefeitura Municipal, em 2005 (FONTES, 2017). De acordo com um levantamento realizado pelo jornal “O Debate” junto à população local, existem nesse bairro sérios problemas que afetam a todos que ali residem, como, por exemplo, a ineficácia da Estratégia da Saúde da Família (ESF), cujo o quadro de médicos é insuficiente, as precariedades dos serviços das UPAs, a deteriorização das poucas áreas de lazer, a não finalização das obras do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), visto como uma “porta de entrada para várias famílias em situação de vulnerabilidade, para que tenham acesso à diversos programas sociais” (FONTES, 2018), o lançamento irregular de esgoto, o *déficit* na educação e a violência.

Além desses, um outro problema relatado foi o da falta de asfaltamentos das ruas, tanto em vias comuns quanto em vias principais como a da orla da praia (Figura 15). Não obstante, segundo a reportagem, esse e outros bairros da região norte do município contarão com o apoio do Tepor na realização de algumas melhorias urbanas e uma delas será a execução da Avenida Atlântica, no trecho que vai desde a entrada do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba até os limites do Parque Municipal do Barreto (DEBATE ON, 2018).

De acordo o jornal, a orla do Lagomar, que comparada à orla da Praia dos Cavaleiros, na Zona Sul, é uma quimera, contará a partir dessa intervenção com “ciclovias, calçadão, praças de lazer, rampas de acesso à praia, além da implantação de infraestrutura de drenagem, rede de água e esgoto e melhoria da faixa de praia” (DEBATE ON, 2018).



**Figura 15:** Orla da Praia dos Cavaleiros, na Zona Sul de Macaé, e Orla do Lagomar, na Zona Norte da cidade – ano de 2018. Fonte: Jornal O Debate On (FONTES, 2017) e PMM

À vista disso, pode-se dizer que Parcerias Público Privadas (PPP) soam como uma alternativa para que projetos, como o da orla da praia do Lagomar, que estão há muitos anos no papel, se concretizem, dada a ineficiência e a dificuldade do Estado em cumprir com sua atribuição de atenuar as desigualdades e promover a equidade entre os diferentes espaços da cidade. No entanto, esses investimentos não se dão isentos dos interesses dos grandes empreendimentos. Eles, com isso, visam atrair mais empresas para a região e consequentemente mais lucro para sua companhia. Na mesma via, a falta de assistência do poder público nessa localidade, assim como em outras áreas “excluídas”, acontece muito mais por questões de prioridades na gestão dos investimentos, como já mencionamos anteriormente, do que por falta de instrumentos e/ou recurso para isso. Uma vez que, é visível a discrepância entre os investimentos feitos pelo Estado nos bairros (assistidos) da zona sul e os (desassistidos) das zonas norte e oeste. Não teriam as populações desses bairros o mesmo direito à cidadania?

Dessa forma, a exemplo do Lagomar, observa-se que há muito o que ser feito nas Zonas Especiais de Interesse Social do município, no entanto, conforme a Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Macaé, a verba reduzida (para esse fim) e a demora dos processos de licitação impedem que a execução dos cronogramas de intervenção nessas áreas aconteça de acordo com o previsto. Em consequência, o que é visto é que a medida que os anos se passam a população dessas localidades aumenta e muito pouco é feito para regularizar os problemas de infraestrutura, transporte, educação, saúde, lazer, etc. Desse modo, entende-se que esta realidade (complexa e segregada) é, em maior parte, resultado tanto das (não) ações Estado, como da pressão dos proprietários dos processos produtivos, dos promotores imobiliários e dos donos de terra. Sendo, então, possível afirmar que os excluídos sociais, apesar de serem agentes ativos na produção do espaço, são muito mais agentes de efeito das ações dos agentes que comandam o meio do que agentes do poder que ditam as ordens no espaço.

Posto isso, é possível alegar que, de modo geral, as áreas excluídas tendem a crescer juntamente com a cidade, que se reflete como um espaço simultaneamente fragmentado, articulado e desigual, caracterizado pela sobreposição de diferentes usos de terra que se unem e se relacionam de maneiras distintas. Na atualidade, em virtude das ações dos agentes sociais (especialmente os de maior poder) e do processo de urbanização desigual, os centros urbanos têm apresentado (cada vez mais) um absoluto quadro de pobreza (FERREIRA, 2000), e isto tem, de certa forma, constituído um padrão que tem se repetido em várias cidades, especialmente nos países subdesenvolvidos. A exemplo disso, na América Latina, 60% dos pobres moram em zonas urbanas (Arriagada apud FERREIRA, 2000) e, não coincidentemente, em Macaé ocorre algo semelhante. Em contraste com as áreas mais nobres do distrito urbano, a cidade abriga em seus bairros mais populosos cerca de 60% da população do município (vide Tabela 02), cujo poder aquisitivo é considerado muito baixo (JERONYMO et al., 2017). Este é, portanto, um quadro oriundo da natureza desequilibrada da industrialização e urbanização periférica, que torna visível a dificuldade de reintegrar o contingente excessivo de mão de obra na cidade, e agrava cada vez mais o seu quadro social (PRADO Jr. Apud FERREIRA 2000).

Desta maneira, é possível afirmar que na lógica urbana, “a contradição estrutural das economias de desenvolvimento desigual e combinado se traduz pela incompatibilidade entre os bairros ‘globalizados’ da cidade formal e os assentamentos ditos ‘subnormais’” (FERREIRA, 2000, p. 14). Esse cenário, logo, é corrente em Macaé que, da mesma maneira que muitas outras cidades do país, exhibe seu quadro de

antagonismos. Assim, considerando o que até aqui foi posto, podemos afirmar que na “capital do petróleo” não se tem mais o controle do crescimento urbano, nem das contradições presentes no espaço, dessa forma, os problemas das zonas periferias parecem se multiplicar em meio aos interesses e investimentos capitalistas, assim como o número de pobres em relação aos ricos e as diferenças entre a modernidade dos bairros nobres e o atraso das zonas periféricas. Em suma, para “encerrar”, é importante declarar que tais problemas são apenas uma consequência da subordinação absoluta da cidade à lógica dos negócios (FERREIRA, 2000), isto é, das conhecidas necessidades e pretensões dos agentes sociais capitalistas, que produzem e (des)organizam o espaço urbano de Macaé, especialmente em função da indústria do petróleo.

### **3.5. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS: CONSEQUÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO EM MACAÉ**

Ao longo da pesquisa, pontuamos alguns dos impactos causados pela expansão urbana de Macaé por meio das ações dos seus principais agentes sociais. Nessa seção, iremos, então, destacar outros problemas ambientais e sociais decorrentes desse processo que, segundo a presente análise, merecem nossa atenção e reflexão.

#### **3.5.1. Remoção da população**

Conforme apresenta Jeronymo et al. (2017),

o processo histórico e recente de uso e cobertura da terra na cidade de Macaé se deu e ainda se dá, em grande parte, em áreas de risco (de inundação, deslizamento, desmoronamento, contaminação, explosão, atividades industriais, aeroporto, linha férrea e de transmissão de alta tensão), em ecossistemas frágeis (Mata Atlântica, restingas, áreas úmidas, mangues, cursos hídricos e lagoas costeiras), em áreas protegidas (APP; UC; Zona de Amortecimento; faixas de servidão; zonas e setores especiais ambientais) ou em áreas degradadas (por contaminação da água e solo, erosão acelerada, aterramento de áreas úmidas e corpos hídricos), com deficiência ou inexistência de infraestrutura urbana e de cobertura de serviços públicos. (JERONYMO et al., 2017 p. 113)

Em decorrência disso, superfícies foram desmatadas, espécies da fauna e flora foram assoladas, corpos hídricos foram contaminados, solos foram sobrecarregados, prováveis alterações microclimáticas ocorreram, pessoas foram expostas a condições insalubres, entre outros muitos impactos negativos. Ainda assim, em meio a essas circunstâncias difíceis, surgiram, em Macaé, inúmeros assentamentos urbanos, com muitas diferenças entre eles.

Segundo o autor, o contraste entre estes assentamentos se dá no tratamento do Estado ao regularizar aqueles ditos de alto poder aquisitivo e instalar neles infraestrutura

e serviços públicos, ao passo que nos assentamentos onde reside uma população de baixo poder aquisitivo, os serviços e a infraestrutura pública persistem de forma deficientes, quando não são inexistentes.

Desse modo, como base em justificativas ambientais e legais, o Governo Municipal tenta fundamentar a razão pela falta de atenção pública em algumas localidades e afirma que determinadas populações (a maioria de baixa renda) “devem ser removidas e realocadas a fim de preservar o ambiente ou pela área possuir risco ambiental” (JERONYMO et al., 2017, p. 114).

De acordo com Marcuse (2004), “a remoção de pessoas instaladas em ocupações irregulares e sua realocação em áreas distantes da sua localização original caracteriza o processo denominado de gentrificação” (apud JERONYMO et al., 20167 p. 114). Esse fenômeno consiste na intervenção urbana por meio da mudança de determinados grupos sociais de certas áreas da cidade em favor das camadas mais ricas da população. Em Macaé,

esse processo se torna mais nítido nos casos das remoções para fins de preservação ambiental em assentamentos humanos próximos às áreas nobres da cidade, valorizadas ou em valorização, como Novo Horizonte, Imboassica, Nova Malvinas, Morro de Santana, Morro de São Jorge, Novo Botafogo e Rio Novo (JERONYMO et al., 2017, p. 113)

Em contrapartida, nos espaços onde vivem uma população de alto poder aquisitivo, como o Mirante da Lagoa e o Vivendas da Lagoa, apesar de se localizarem nas proximidades de um ecossistema frágil, a Lagoa de Imboassica, continuam a receber investimentos em infraestrutura e se estabeleceram como duas das áreas cujo o metro quadrado é dos mais caros da cidade.

Na Figura a seguir, podemos ver o contraste entre dois dos loteamentos urbanos de Macaé, o Novo Botafogo, localizado na Zona Oeste e habitado por uma população de baixa renda, e o Vivendas da Lagoa, localizado na Zona Sul e habitado por uma população de alta renda.



**Figura 16:** À esquerda o loteamento Novo Botafogo (ano de 2012) e à direita o loteamento Vivendas da Lagoa (ano de 2019). Fonte: Jornal O Debate On e acervo pessoal.

Isto posto, podemos afirmar que o processo de ocupação urbana em Macaé e o histórico das ações corretivas dissemelhantes caracterizam uma lógica espacial segregada e demonstram o poder e a influência de determinados agentes sociais, visto que a permanência da população pobre em espaços vulnerabilizados é questionada em favor da recuperação de áreas degradadas, à medida que os espaços ocupados por uma população de alto poder aquisitivo são regularizados sem a necessidade de muitas remoções sob a justificativa de preservação e restauração ambiental. Por conseguinte, é necessário recordar que muitos desses assentamentos, independente da renda da população que o ocupa, são responsáveis por provocar a degradação dos ecossistemas naturais da região, logo, não deveria existir argumentos que livrassem determinados grupos da responsabilidade dos impactos causados ao meio ambiente.

Podemos, assim, conjecturar que – por vezes mediante a estudos tendenciosos – muitas áreas irregulares foram e são regulamentadas pelo poder público em Macaé, independente do impacto provocado por elas, apenas por oferecem maiores lucros e, em razão disso, concentram o maior interesse dos agentes sociais, cujas influências espacial e econômica são desmedidas. Além disso, na contramão desse cenário, populações estão sendo removidas, causando, dessa forma, inúmeros conflitos sociais e afetando diretamente à população realocada que está sendo transferida para uma área com infraestrutura precária.

Um exemplo disso é o Bosque Azul, um loteamento popular que vem sendo implantado pelo Estado, no bairro da Ajuda, em uma área que corre riscos de inundações, bem distante do centro urbano (JERONYMO et al., 2017), destinada à população translocada e que se apresenta como uma amostra concreta do processo de segregação residencial na cidade.



**Figura 17:** Loteamento Bosque Azul na fase de construção – ano de 2016. Fonte: PMM

### **3.5.2 Saneamento Básico**

Uma séria consequência do não planejamento urbano é o agravamento das condições sanitárias da cidade. Como sabemos, o rápido crescimento industrial de Macaé, somado, entre outras coisas, às dificuldades operacionais e de gestão do Governo Municipal, causou (e ainda tem causado) inúmeros problemas à sociedade e ao meio ambiente. Por consequência, muitos desses problemas estão relacionados ao saneamento básico.

Entende-se por saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais de uma dada região (BRASIL, 2007).

Em Macaé, até o ano de 2013, não havia um sistema de saneamento básico eficiente. Por muitos anos não houve a oferta adequada dos serviços de tratamento e coleta de efluentes, drenagem pluvial e destinação dos resíduos. Atualmente, a cidade conta com Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs), Aterro Sanitário licenciado (JERONYMO et al., 2017) e redes de abastecimento de água e drenagem, todavia, o sistema de saneamento municipal ainda não atende de maneira apropriada todos os assentamentos humanos da cidade e dispõe de inúmeros problemas de manutenção e fiscalização.

Nos períodos chuvosos, por exemplo, a situação se torna desordenada, vários bairros alagam, redes de esgoto e drenagem são obstruídas – na maioria das vezes por lixo que foi despejado de forma inadequada –, vias ficam intransitáveis, canais e lagoas transbordam, configurando, assim, um verdadeiro caos urbano (Figura 18)



**Figura 18:** Área alagada no bairro Praia Campista (ano de 2012) e trabalhadores da Prefeitura Municipal trabalhando na limpeza rua Evaldo Costa, Sol e Mar (ano de 2019) em 2016. Fonte: Portal G1 e NF Notícias.

Vemos, então, a partir de situações correntes, como as chuvas, o agravamento dos problemas sanitários existentes há anos na cidade, como a contaminação dos solos e dos corpos hídricos, a disseminação de doenças, o assoreamento dos rios, a falta de água, entre outras coisas que impactam tanto a sociedade como o meio ambiente. Para elucidar esta problemática, utilizaremos aqui o exemplo da Lagoa Imboassica, situada em uma planície de restinga, isto é, em um ecossistema frágil, no extremo sul de Macaé.

De acordo com Farias (2018), a Lagoa Imboassica é um exemplo de ecossistema aquático costeiro extremamente afetado pelo aporte contínuo de efluentes sem o tratamento apropriado. Como consequência do avanço industrial e populacional na região, verificou-se, ao longo dos anos, a existência e a intensificação de um processo chamado de eutrofização artificial, caracterizado pelo aumento da concentração de nutrientes na lagoa, especialmente de nitrogênio (N) e fósforo (P), oriundos de fontes antrópicas. Segundo o autor, esse tipo de contaminação em corpos d'água, tem a capacidade de afetar diretamente a flora e a fauna de um ecossistema e, por isso, se configura como um dos problemas que mais impacta o funcionamento e a biodiversidade de lagoas neotropicais (FARIAS, 2018).

O crescimento da cidade, seguramente, foi o principal agravante do processo de degradação da Lagoa Imboassica. Conforme Farias (2018), até o final da década de 1970 não havia nenhuma ocupação urbana nas suas proximidades (Figura 19), mas com o avanço industrial e o aumento das migrações esse cenário foi rapidamente modificado. Uma das primeiras construções urbanas na região, antes ocupada predominantemente por fazendas com grandes áreas de pastagem, foi o loteamento Mirante da Lagoa (FARIAS, 2018). Para a sua implantação, foi necessário efetuar o aterramento de uma área

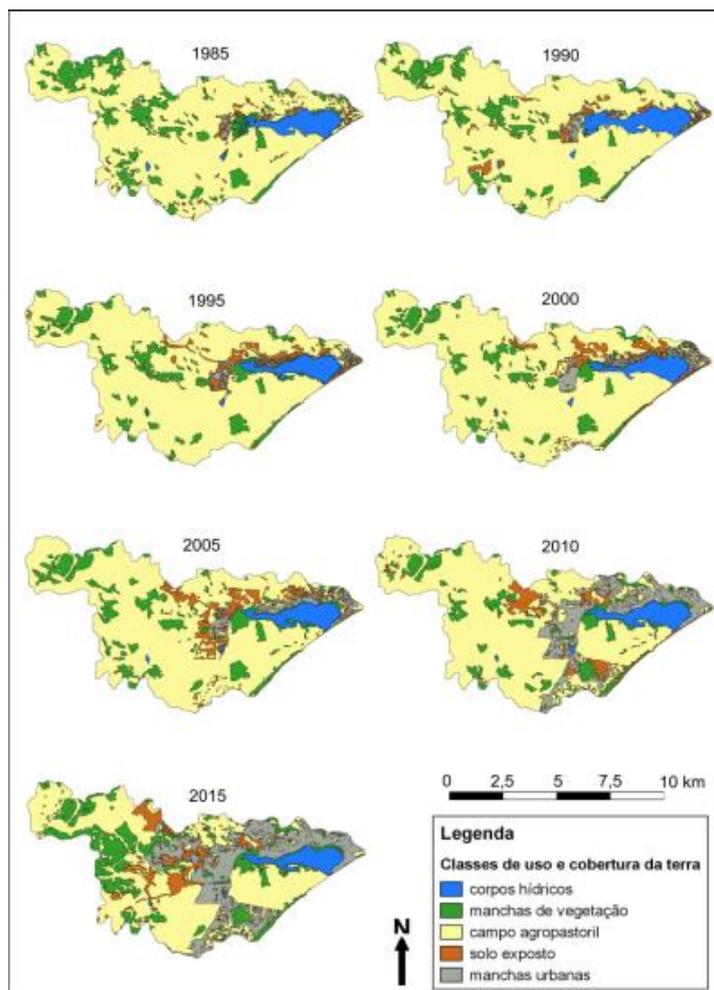
naturalmente alagável, logo, podemos dizer que esse foi um dos primeiros impactos de maior dimensão causado pelo homem a esse ecossistema.

Nas décadas seguintes, houve um avanço da área urbana na direção sudeste do município, acentuado, sobretudo, no final da década de 1990, em decorrência do aumento do número de empresas ligadas à indústria do petróleo. No ano de 2010, segundo Farias (2018), a população residente na bacia hidrográfica da Lagoa Imboassica (BHLI), que se localiza na fronteira com o município de Rio das Ostras, era de 9.765 habitantes, sendo 91% dela de Macaé. Dessa forma, como consequência do repentino crescimento populacional na cidade, a lagoa sofreu (e ainda vem sofrendo) inúmeros impactos, além dos provocados pelos já mencionados depósitos de efluentes domésticos e industriais.



**Figura 19:** Fotos aéreas da Lagoa Imboassica em aproximadamente na década de 1970 e em 2014. Fonte: Rômulo Campos e Cláudia Barreto, respectivamente.

Conforme aponta Esteves (1998), a ocupação desordenada de áreas inundáveis e a frequente abertura da barra arenosa que separa a lagoa do mar são também alguns dos impactos antrópicos que atingem este corpo hídrico (apud FARIAS, 2018). Como podemos verificar no mapa a seguir, a expansão da área urbana de Macaé provocou inúmeras alterações no uso e na cobertura da terra na BHLI. Vastas áreas naturais foram, então, substituídas por áreas industriais e residenciais, as quais ocuparam irregularmente as planícies de inundações dos rios e da lagoa.



**Mapa 6:** Uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica da Lagoa Imboassica em 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015. Fonte: FARIAS, 2018.

Em decorrência disso, na estação chuvosa, como já havíamos dito, é muito comum ocorrerem alagamentos que, acrescido das falhas do sistema de drenagem, provoca enormes danos à sociedade. Destarte, como alternativa para minimizar os impactos causados pelas enchentes, o poder público eventualmente realiza a ruptura da faixa arenosa da lagoa, formada a partir do acúmulo de sedimentos oriundos do Rio Imboassica. Esse processo, segundo Farias (2018), consiste

na abertura de uma pequena fenda na barra de areia que, pela pressão da água acumulada se transforma em um grande canal. Com isso, grande parte ou a totalidade da massa de água do corpo hídrico é exportada para o mar (FARIAS, 2018, p. 21).

Sobre o impacto causado por essa ação, ainda não se sabe exatamente o seu tamanho. Alguns estudos apontam que em parte ela é “positiva”, visto que reduz, mesmo que temporariamente, o grau de trofia <sup>4</sup>do sistema, causado especialmente pelo despejo de efluentes não tratados (FARIAS, 2018). Por outro lado, argumenta Esteves (1998), a

<sup>4</sup> Trofia é o estado ou a condição nutritiva de um sistema (FARIAS, 2018).

redução do nível da água após a abertura da barra “favorece a entrada de efluentes domésticos e industriais represados nos canais no entorno da Lagoa Imboassica” (apud FARIAS, 2018, p. 108), aumentando, assim, logo seguida, a concentração dos nutrientes responsáveis pelo processo de eutrofização. Além do mais, esta ação pode causar a mortandade de peixes e prejuízos aos pescadores artesanais locais (Figura 20).



**Figura 20:** Antes de depois da abertura da barra na Lagoa Imboassica – ano de 2018. Fonte: Acervo pessoal de Juliane Felix E. Muniz

Pode-se dizer, também, que o acúmulo de lixo e a presença de insetos representam problemas que afetam a região. O primeiro, como resultado do descarte irregular de resíduos pela população e o segundo tanto como consequência do primeiro, quanto como efeito da morte dos seus predadores naturais (MORAES, 2010), em sucessão das condições tróficas e das intervenções antrópicas realizadas no ambiente lagunar.

Sendo assim, à vista do que brevemente foi exposto até aqui, podemos ter uma noção dos impactos causados (à população e ao meio ambiente) de maneira direta e/ou indireta pela expansão urbana e pelas falhas do sistema sanitário municipal. Contudo, é importante notar que se nas proximidades da Lagoa Imboassica, onde se encontram áreas valorizadas da zona sul da cidade, ocupadas em grande parte por população de alto poder aquisitivo, os problemas se acumulam e se evidenciam, imagina o que tem ocorrido nas áreas excluídas pela sociedade e pelo Estado.

### **3.5.3. Grandes Empreendimentos**

Nos últimos anos, foram muitos os impactos causados pelo desenvolvimento industrial no processo de urbanização de Macaé e as consequências deste processo no espaço e na sociedade. Atualmente, presume-se que um novo cenário poderá emergir com a construção do Terminal Portuário de Macaé (Tepor) e de complexos logísticos como o CLIMA que, como podemos ver na Figura 21, já está em fase de implantação.



**Figura 21:** Placas com a identificação da Licença de Instalação do Complexo Logístico Industrial de Macaé, na RJ 168, e início das obras – ano de 2019. Fonte: Juliane Felix E. Muniz.

Não se sabe exatamente quais serão as consequências dessas mudanças (caso a construção do Tepor aconteça), contudo, imagina-se que, após alguns anos de exploração da indústria do petróleo na região, os efeitos econômicos, sociais e ambientais serão descomunais, dada a previsão dos investimentos a serem realizados no município.

Segundo o Relatório de Impactos Ambiental do Tepor, o Complexo Portuário (CP) da cidade terá grandes dimensões e contará com instalações em áreas marítimas e em áreas terrestres, onde “serão desenvolvidas atividades industriais, de logística, de armazenamento e distribuição para o setor de óleo e gás” (AMBIENTAL, 2018, p. 7). O empreendimento, que ocupará uma área total de aproximadamente 6 milhões de m<sup>2</sup>, conforme representado na Figura 22, deverá ser instalado no litoral norte do município, em uma área que convenientemente teve o seu zoneamento alterado pelo poder público sob a justificativa da retomada econômica a partir da diversificação das atividades industriais, comerciais e de serviços.



**Figura 22:** Representação da estrutura do Complexo Portuário de Macaé – ano de 2018. Fonte: AMBIENTAL, 2018

Sabendo, portanto, que serão numerosos os impactos que poderão atingir os meios físico, biótico e socioeconômico do município (e além) a partir da implantação desse projeto, iremos aqui destacar algumas considerações (Referentes à última revisão do EIA RIMA do Tepor) feitas por Ferreira (2018) e sua equipe e apresentadas em um Relatório Técnico emitido pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense.

Segundo este documento:

- O empreendimento pode ser caracterizado com uma MIDAS, *Maritime Industrial Development Area* (Área de Desenvolvimento Marítimo e Industrial), assim como o CLIPA, Complexo Logístico, Industrial e Portuário de Açú, cujos impactos já são (relativamente) conhecidos;

- A instalação do Tepor configura-se como um caso clássico de injustiça social, uma vez que irá expor a população vizinha, especialmente aquelas localizadas nas ZEIS, à riscos ambientais como poluição atmosférica, contaminação hídrica, enchentes, entre outros;
- O processo de impermeabilização de mais de seis milhões de hectares promovido pela construção do CP poderá provocar alterações na estrutura de drenagem da região, comumente sujeita a inundações;
- As alterações nas regras de uso e ocupação das terras realizadas pelo poder público aparenta ter sido uma estratégia empregada para licenciar o empreendimento que é por alguns considerado ambientalmente inviável;
- O RIMA do Terminal Portuário não apresentou um estudo de análise de risco, nem para a área offshore nem para a onshore, que contará com uma unidade de processamento de Gás Natural;
- A existência de corpos hídricos e nascentes na Área Diretamente Afetada (ADA) não está sendo considerada pelo empreendimento;
- A construção do CP poderá contribuir para a redução dos níveis estático e dinâmico das águas subterrâneas devido ao processo de impermeabilização, reduzindo a infiltração de água no solo e a capacidade de recarga do aquífero;
- Os promotores do empreendimento têm se utilizado de estratégias para desafetar Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e a APA e Parque Natural Municipal do Arquipélago de Santana, enquanto que os impactos à essas áreas são extremamente sensíveis; e
- A implantação do projeto pode aumentar a suscetibilidade às inundações das zonas adjacentes e o aumento de salinidade do lençol freático devido ao fenômeno de intrusão salina.

Estes apontamentos esclarecem alguns problemas e impactos, talvez os mais significativos, que descreditam a viabilidade do Tepor, apesar de que eles não englobam a totalidade dos acontecimentos que poderão proceder com a sua instalação, assim como aconteceu há alguns anos com a chegada da Petrobras e de várias empresas multinacionais.

Segundo a Primeira Revisão do Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário de Macaé, elaborado pela Masterplan ainda em 2014, a construção deste

empreendimento, deverá afetar, entre muitas coisas (além do que foi dito), a fauna e a flora da região (não apenas do município de Macaé), a atividade pesqueira e toda a comunidade que vive entorno dessa atividade, assim como os moradores dos bairros Lagomar, São José do Barreto, Parque Aeroporto, Ajuda e Cabiúnas, que se localizam na ou próximos a área onde se propõe instalar o terminal.

Não obstante, o Complexo Portuário também movimentará a economia local e, certamente, irá contribuir para o aumento do PIB, dos investimentos no setor petrolífero, dos estabelecimentos comerciais, da migração (especializada e não especializada), dos custos com infraestrutura, da concentração de renda, da segregação espacial e assim por diante.

Quanto ao CLIMA, ainda não há muitos estudos que refletem as consequências de suas instalações, apesar disso, um complexo logístico com as suas dimensões, que abrigará, entre outras coisas, três termelétricas em uma área de mais de 6 bilhões de m<sup>2</sup>, trará para Macaé inúmeras consequências, algumas positivas, diante da movimentação financeira que irá causar, e outras negativas, dado à sua extensão e atividades que acomodará.



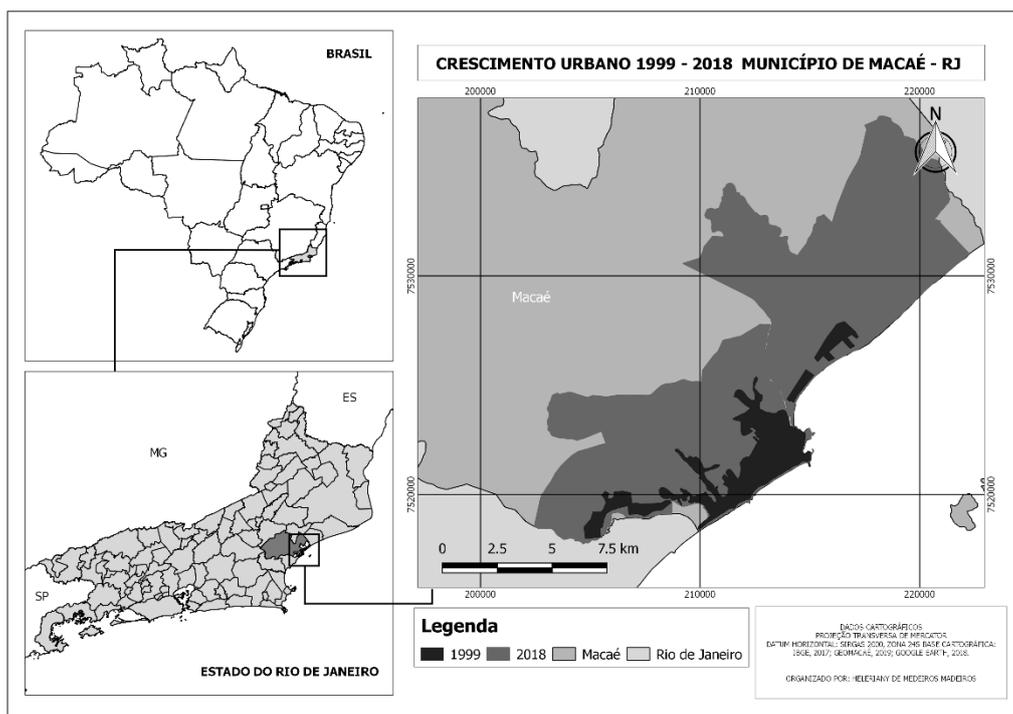
**Figura 23:** Planta do Complexo Logístico e Industrial de Macaé (CLIMA) – ano de 2019.  
Fonte: CLIMA

#### **3.5.4. Desafios futuros da Expansão Urbana de Macaé**

Se somarmos as áreas previstas para as instalações do Tepor e do CLIMA serão mais de 12 milhões de m<sup>2</sup> de empreendimento industrial chegando na cidade. É quase impossível conjecturar o tamanho da influência que eles, assim como o Polo Cabiúnas e

outros novos empreendimentos do ramo, exercerão sobre o processo de urbanização de Macaé

Como já analisamos, desde a chegada da indústria do petróleo a cidade vem sofrendo inúmeras transformações. A exemplo, podemos citar que nos últimos 20 anos a sua população cresceu cerca de 90% e a sua área urbana ampliou mais do que 8 vezes o seu tamanho, como podemos observar no mapa a seguir.



**Mapa 7:** Destaca a áreas urbana de Macaé no ano de 1999 e no ano de 2018. Elaboração: Madeiros, 2019.

O Estado, em todos esses anos, não pode conter (e algumas vezes até fomentou) a expansão dos proprietários dos meios de produção, o crescimento da especulação dos proprietários de terra, a exploração dos promotores imobiliários e a resistência dos excluídos sociais, especialmente na periferia da cidade. Não houve, a partir deste agente, entendido como árbitro dos conflitos e contradições que surgem no espaço (CAPEL, 1974), nem o planejamento prévio para a expansão urbana, nem o uso correto dos instrumentos que, mesmo elaborados tardiamente, tem a função de mitigar os impactos causados pelo processo de urbanização. Dessa forma, é possível afirmar que a organização espacial de Macaé ficou (praticamente) a critério do mercado industrial capitalista e das suas oscilações.

Assim, o espaço, entendido como uma produção humana, contínua, dinâmica, um “fazer incessante” (CARLOS, 2015), tem, portanto, sob as ações (principalmente) dos agentes de poder, substituído seus objetos naturais por objetos artificiais (fabricados,

técnicos, mecanizados, cibernéticos) (SANTOS, 2022). Este fato, logo, tem imprimido (maiormente nos últimos 20 anos) uma nova configuração espacial urbana. Por isso, entendemos que com as ações futuras, previstas pelos proprietários dos meios de produção, Macaé entrará em uma nova fase, de maior crescimento industrial e, por conseguinte, de maior transformação e injustiça social e ambiental.

Desse modo, pressupomos que as áreas mais próximas da Rodovia Transportuária (que ligará o porto à Rodovia do Petróleo), tanto no sentido norte como no sentido oeste da cidade, serão rapidamente ocupadas, especialmente por empresas prestadoras de serviços ao setor industrial, ampliando, assim, (ainda mais) a área urbana do município e modificando a sua organização interna. Isto posto, torna-se, então, um desafio para o Estado atenuar os conflitos que irão emergir com as mudanças que estão por vir, já que o processo de reorganização espacial que ocorrerá com a incorporação de novas áreas ao espaço urbano apresentará uma realidade tão ou mais complexa e desigual quanto a que estamos inseridos na atualidade.

#### **4. CONCLUSÕES FINAIS**

Podemos dizer que a produção do espaço urbano de Macaé é fruto de um processo histórico orientado pelas ações de diversos agentes sociais. A princípio, ele foi fomentado pelo desenvolvimento e expansão das atividades agrícolas na região. Posteriormente, pelo progresso e difusão da indústria petrolífera. No entanto, foi com esta, ou seja, com a implantação das atividades de exploração e produção do óleo e gás natural no município que a sua área urbana passou a crescer em um ritmo mais acelerado.

Durante as últimas décadas, mudaram-se os agentes, alteraram-se as relações e com eles ocorreram imensuráveis transformações no espaço, sobretudo após a chegada das multinacionais do petróleo. Por essa razão, acredita-se que a atual configuração urbana de Macaé é resultado de um processo histórico de produção em torno das atividades *offshore*. Um reflexo das diversidades de ações, interesses e estratégias dos agentes sociais, que têm reproduzido espaços diferenciados, segregados, contraditórios, estruturados, excluídos, valorizados, legalizados, irregulares, complexos, abrigados, inseguros e lucrativos.

Um desses agentes são os proprietários dos meios de produção, em especial as empresas do ramo do petróleo. Sobre eles é possível destacar que

- São grandes consumidores de espaço e por isso grandes responsáveis pela expansão da área urbana de Macaé;
- Mantém boa relação com o Estado;
- Impulsionam e se beneficiam da flexibilização das normativas públicas quanto ao uso do solo;
- Influenciam a elaboração e alteração de dispositivos legais; e
- Instigaram (e instigam) o aumento da migração, dos investimentos comerciais, da infraestrutura pública (em determinados espaços) e da especulação financeira.

Outro agente é o Governo Municipal, entendido como árbitro imparcial dos conflitos espaciais, mas que, não obstante, habitualmente cede às necessidades dos agentes de poder, quando não trabalham em parceria com eles. Sobre ele, pode-se dizer que

- Tem realizado uma controversa gestão das verbas e políticas públicas;
- Efetua baixos investimentos em infraestrutura;
- Age com morosidade na execução de projetos, especialmente os que envolvem à população de baixa renda; e
- Se mostra negligente no cumprimento das diretrizes de leis municipais importantes.

Já a despeito dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários, que em muitos casos atuam em parceria, podemos afirmar que

- Se concentram em obter a maior renda da sua mercadoria, seja ela um pedaço de terra ou um imóvel;
- Contraíram (e ainda contraem) grandes lucros por meio da expansão industrial e do investimento público em infraestrutura;
- São responsáveis pela difusão de grandes empreendimentos residenciais e comerciais na cidade; e
- Contribuem para o processo de segregação e o surgimento de aglomerados subnormais no município.

Por fim, acerca dos excluídos sociais, é importante destacar que

- Eles representam uma grande parcela da população do município, visto a vasta concentração de pessoas em áreas de “interesse social”, com pouca ou nenhuma infraestrutura, onde vivem com pouca ou nenhuma renda.

- Como o próprio nome recomenda, sofrem com a desatenção da sociedade e por isso atuam em resistência às ações dos agentes sociais supracitados; e
- Dada as suas contribuições no processo de produção do espaço urbano de Macaé eles são entendidos aqui como um agente de efeito e não como um agente de poder.

Isto posto, é fundamental evidenciar que são vários os impactos sociais e ambientais causados pelas ações desreguladas desses atores sociais. Por conseguinte, o espaço urbano de Macaé se tornou um produto dos seus excessos. Os problemas sanitários e as remoções da população são apenas duas das muitas consequências da falta de planejamento urbano e do diálogo de interesses entre os envolvidos na produção do espaço. Há muito o que ser reparado e há muito o que ser evitado.

É notória a inexistência de uma estratégia que objetive regular e minimizar os conflitos e impactos provenientes das práticas dos agentes sociais. O espaço urbano, nos últimos tempos, tem sido comandado pelas suas ações independentes e as regras nele existentes muitas vezes se aplicam à alguns, mas não a outros. Por isso, a cidade tem sido o cenário de muitas divergências, que começam nas oportunidades e culminam nas ações (e nas suas consequências). Com efeito, não se segue o Plano Diretor, na prática ele só existe no papel. Logo, de que valem as leis se não forem para ser cumpridas?

Em suma, não objetivamos esgotar aqui a temática, mas sim discutir a expansão urbana de Macaé por meio da análise das ações dos seus principais agentes sociais para, junto com outros trabalhos já publicados, suscitar novas investigações e reforçar a importância e a necessidade do planejamento urbano, da regulação dos feitos dos atores espaciais e da reflexão sobre o desafio que é compreender o espaço citadino e toda a sua complexidade. Sendo assim, consideramos que esse é, na verdade, um breve epílogo de uma pesquisa cujo o tema é infinito, e por isso ela se coloca aberta a discussões e outras interpretações.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Aspectos espaciais da ação recente dos incorporadores imobiliários no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, p.297-316, abr. 1982.

AMBIENTAL, ITI Consultoria. **Relatório de Impacto Ambiental: Projeto Terminal Portuário de Macaé - TEPOR**. Macaé: ITI Consultoria Ambiental, 2018. 49 p.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-87.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. 393 p.

BARBOSA, Ivo Francisco. **A Produção do Espaço Urbano em Aparecida-SP: Agentes e Processos**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos do Goytacazes, 2016.

BARBOSA, Luiz Otávio de Moura; SILVA, Silvana Cristina da. O circuito espacial de produção do petróleo e a rede hoteleira de Macaé/RJ: reflexões sobre a especialização territorial. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, n. 58, p.3-10, dez. 2017.

BARUQUI, Solange Silva Carvalho. **A cidade formal e a cidade informal em Macaé: Uma análise do crescimento habitacional na década de 90**. 2004. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2004.

BRASIL. Lei nº 11455, de 05 de janeiro de 2007. **Diretrizes Nacionais Para O Saneamento Básico**. Brasília, DF: Governo Federal, 05 jan. 2007.

BORGES, Armando. **A Associação Comercial e o progresso de Macaé**. Campos dos Goytacazes: Lar Cristão, 1988.

BORGES, Armando. **História da Economia de Macaé**. Campos dos Goytacazes: Damadá Artes, s/d.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, vol. VII, nº 1-2, Universidad de Barcelona, 1974, p. 19-56.

CARINGI, Sergio. **Macaé: a natureza revelada**. Rio de Janeiro: Caringi, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017. 234 p.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-102.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CONSTRUÇÃO S.A, Agrivale Incorporação. **Quem Somos**. 2019. Disponível em: <<http://climamacae.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da. **A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea**. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Ufmg, Belo Horizonte, 2008.

DEBATE ON, Jornal O. **Construção do Terminal Portuário vai beneficiar seis projetos sociais**. 2018. Disponível em: <<https://www.odebateon.com.br/construcao-do-terminal-portuario-vai-beneficiar-seis-projetos-sociais/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DIAS, Robson Santos. **A formação de uma aglomeração industrial em Macaé/RJ**: uma caracterização da espacialidade da indústria petrolífera e seus impactos no espaço urbano macaense e sua região de entorno. 2005. 116 f. Monografia (Especialização) - Curso de Licenciatura em Geografia, Cefet, Campos do Goytacazes, 2005.

DELGADO, Fernanda et al. **A nova metodologia de cálculo dos royalties de petróleo no Brasil**. Brasil: Fgv, 2017. 12 p.

FARIAS, Roberto Nascimento de. **De campo a cidade**: urbanização e eutrofização artificial de um ecossistema aquático costeiro (Lagoa de Imboassica, RJ). 2018. 145 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.10-20, out. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000400003>.

FERREIRA, Maria Inês Paes. **Considerações sobre a instalação do TEPOR - Terminal Portuário de Macaé, Macaé/RJ**. Macaé: IFF, 2018. 8 p.

FONTES, Marianna. **Com 35 mil habitantes, Lagomar ainda apresenta problemas**. 2017. Disponível em: <<https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/39329/com-35-mil-habitantes-lagomar-ainda-apresenta-problemas>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FONTES, Marianna. **Problemas ainda geram reclamações no Lagomar**. 2018. Disponível em: <<https://www.odebateon.com.br/problemas-ainda-geram-reclamacoes-no-lagomar/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FONTES, Mariana. **Sonho de urbanização já dura duas décadas na Ilha Leocádia**. 2018. Disponível em: <<https://odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/41080/sonho-de-urbanizacao-ja-dura-duas-decadas-na-ilha-leocadia>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agglomerados Subnormais**: Brasil: IBGE, 2010. Color.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Resultados Preliminares do Universo Conceitos e Definições – Tabelas Adicionais**. Rio de Janeiro: Ibge, 2011. 12 p

JERONYMO, Carlos André Luz et al. Evolução do uso e cobertura da terra e a formação de assentamentos humanos em ecossistemas frágeis, áreas protegidas, com riscos ou degradadas: o caso da cidade de Macaé (RJ-Brasil). **Revista Tamoios**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.94-117, 17 dez. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/tamoios.2017.25599>.

KUPFER, Cristian. Crise afeta comercia e provoca fechamento de lojas. O Debate On, 02 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/38776/crise-afeta-comercio-e-provoca-fechamento-de-lojas>> Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.

LAMENGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do Ibge, 1946.

LEAL, G. F.; MARTINS, R. L.; VIEIRA, T. W. M.. **Pescadores artesanais, indústria do petróleo e neodesenvolvimentismo: conflitos e injustiça ambiental**. In: Luciano Florit; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Arlindo Philippi Jr.. (Org.). *Ética Socioambiental*. 1ed.Barueri: Manole, 2019, v., p. 635-655.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LÔBO JUNIOR, Dácio Tavares et al. **Macaé: Síntese Geo-Histórica**. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal, 1990.

LOUREIRO, Walter Luiz de Mello et al. The Oil Industry in Macaé: characteristics and socioeconomic impacts under the perspective of sustainable development. **Revista Vértices**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.189-220, 2014. Essentia Editora. <http://dx.doi.org/10.5935/1809-2667.20140026>.

MACAÉ. Lei Complementar nº 141, de 03 de março de 2010. **Código de Urbanismo de Macaé**. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal de Macaé, 03 mar. 2010. p. 1-58.

MACAÉ. Lei Complementar nº 076, de 28 de dezembro de 2006. **Plano Diretor do Município de Macaé**. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal de Macaé, 28 dez. 2006. p. 1-157.

MARTÍN, M. Macaé, do Eldorado do petróleo à terra do desemprego. **El País**, 10 de novembro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/economia/1446645908\\_814221.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/economia/1446645908_814221.html)>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. Exclusão social e pobreza no espaço urbano - O papel do estado na sociedade capitalista brasileira: contribuições para um debate. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, p.175-186, out. 2004.

MEIRELLES, Ricardo. **Macaé Portuária: A luta de uma Cidade pelo seu Porto**. Rio de Janeiro: Íris Mídia Comércio e Serviços Ltda, 2018. 74 p.

MINCARONE, M.M. et al. **Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo da Bacia Marítima de Campos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, 84 p., 2016.

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MORAES, Celine. **Insetos invadem bairros próximos a Lagoa de Imboassica**. 2010. Disponível em: <<https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/10885/insetos-invadem-bairros-proximos-a-lagoa-de-imboassica>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

NASCIMENTO, Josilene Barbosa do. **"Burros sem rabo": invisibilidade e consumo ostensivo**. Curitiba: Appris, 2016. 305 p.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Macaé/RJ: uma análise sobre o crescimento econômico e suas repercussões na vida da população local**. 2008. 73 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos do Goytacazes, 2008.

O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Condomínios exclusivos: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, p.63-81, jan. 1986.

ORTIZ NETO, José Benedito; COSTA, Armando João Dalla. A Petrobrás e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um approach evolucionário. **Revista Brasileira de Economia**, [s.l.], v. 61, n. 1, p.95-109, mar. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71402007000100006>.

PARTICIPAÇÕES LTDA, Cabiúnas Incorporações e. **O Empreendimento**. 2019. Disponível em: <<https://polocabiunas.com.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. **Petróleo e Região no Brasil**: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 352 p.

PMM, PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Anuário de Macaé**. Macaé: Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, 2012.

PMM, Prefeitura Municipal de Macaé. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**: Diagnóstico das Necessidades Habitacionais e Estratégias de Ação. Macaé: Secretaria Municipal de Habitação, 2010. 133 p.

PMM, Prefeitura Municipal de Macaé. **Prefeitura realizará licitação para topografia na Ilha Leocádia**. 2019. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/prefeitura-realizara-licitacao-para-topografia-na-ilha-leocadia>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. As Grandes Corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobras em Macaé. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p.115-149, out/dez. 1991.

RESSINGUIER, J.H.B. Atividade petrolífera e impactos no espaço urbano do município de Macaé/RJ – 1970/2010. 2011, 113 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, 2011.

RICO, Equipe. **O Que São Commodities, Tipos, Vantagens e Como Investir**. 2018. Disponível em: <<https://blog.rico.com.vc/o-que-sao-commodities>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SANTO, Camile Fonseca do Espírito. **Porto do Barreto**: Uma análise da participação social no processo de licenciamento. 2017. 114 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal Fluminense, Macaé, 2017

SANTOS, Leonardo Bis dos. **A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000**: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. 2016. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384 p

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 176 p.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton et al. **Território e Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 409 p.

SANTOS, Sérgio Carlos da Costa. **Planejamento Estratégico da Macaé Empreendimentos Imobiliários**. 2017. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Mba em Gestão Empresarial, Fundação Getúlio Vargas, Macaé, 2017.

SILVA, Leonardo Scharth Loureiro. **Análise multitemporal do crescimento urbano com suporte de imagens históricas e SIG**: Estudo de caso de Macaé-RJ. 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia da Computação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias**: Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

TAVARES, Alice F.; CAUTIERO, Gisele Muniz dos Santos; FRANCO, Maria da Conceição Vilela (Org.). **Relatos e Personagens na História de Macaé**. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé / Solar dos Melos, 2014. 128 p.

TEPOR. **Estudo de Impacto Ambiental:** Terminal Portuário de Macaé. Diagnóstico Ambiental, Revisão 1. Rio de Janeiro: Masterplan Engenharia, 2014. 64 p.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Espinhaço**, Diamantina, p.41-51, mar. 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade Contemporânea:** Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2016. 207 p.

ZACCHI, Raquel Callegario. **O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados:** Campos dos Goytacazes/RJ (1980-2011). 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos do Goytacazes, 2012.